

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Lidiane Maria Maciel**

**O SENTIDO DE MELHORAR DE VIDA: ARRANJOS  
FAMILIARES NA DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES RURAIS-  
URBANAS EM SÃO CARLOS-SP**

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosana Aparecida Baeninger

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como requisito para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

CAMPINAS-SP  
2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
SANDRA APARECIDA PEREIRA-CRB8/7432 - BIBLIOTECA DO IFCH  
UNICAMP

M187s Maciel, Lidiane Maria 1985-  
O sentido de melhorar de vida : arranjos familiares na  
dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP  
/ Lidiane Maria Maciel. -- Campinas, SP : [s.n.], 2012

Orientador: Rosana Aparecida Baeninger  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de,  
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Migração rural-urbana - São Carlos (SP). 2.  
Família. 3. Mobilidade Social - São Carlos (SP). I.  
Baeninger, Rosana Aparecida, 1963-. II. Universidade  
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em Inglês:** The meaning of better of life : family arrangements in  
migration rural-urban to São Carlos (SP)

**Palavras-chave em inglês:**

Rural-urban migration - São Carlos (SP)

Family

Social mobility - São Carlos (SP)

**Área de concentração:** Sociologia

**Titulação:** Mestre em Sociologia

**Banca examinadora:**

Rosana Aparecida Baeninger [Orientador]

Maria Ines Rauter Mancuso

Fernando Antonio Lourenço

**Data da defesa:** 28-02-2012

**Programa de Pós-Graduação:** Sociologia

**Lidiane Maria Maciel**

***“O SENTIDO DE MELHORAR DE VIDA: ARRANJOS FAMILIARES NA  
DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES RURAIS-URBANAS EM SÃO CARLOS-SP***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Sociologia sob a orientação da Profa. Dra. Rosana Aparecida Baeninger.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 28/02/2012

**BANCA:**

Profª Drª Rosana Aparecida Baeninger



Profª Drª Maria Ines Rauter Mancuso



Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço



**SUPLENTE:**

Prof. Dr. Oswaldo Truzzi

Profª Drª Arlete Moysés Rodrigues

**CAMPINAS-SP  
FEVEREIRO/2012**

## RESUMO

MACIEL, L. M. **O sentido de melhorar de vida: arranjos familiares na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP.** 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp, Campinas-SP, 2012.

Esta dissertação atentou para o sentido de “melhorar de vida” na migração. A pesquisa considerou que a noção geral de melhorar de vida altera definitivamente os arranjos familiares dos migrantes tanto nos locais de origem quanto nos locais de destino. A investigação fora realizada em São Carlos-SP e teve como campo uma região formada no bojo do processo de expansão urbana do município. Foram realizadas quinze entrevistas qualitativas com trabalhadores rurais migrantes nas quais tentamos mapear as transformações nos arranjos familiares proporcionados pela migração e os significados gerais da expressão melhorar de vida.

**Palavras-chave:** Migração rural-urbana; São Carlos-SP; Família; Mobilidade social.

## **ABSTRACT**

**MACIEL, L. M. The meaning of better of life: family arrangements in migration rural-urban to São Carlos – SP. 2012. 164 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp, Campinas-SP, 2012.**

This master dissertation attempt to the meaning of better of life. The research was means which general notion of this sense relates to perspective of grown better means of life. This change to better on your turn change, in fact, familiar arrangement than in original place as last place. The research was been at São Carlos/SP and has how fieldwork villages built at scope of this municipal urban expansion process. Was happen 15 qualitative interviews with rural migrates who we tried mapping the changes in familiar arrangements conditioned by migration and the general meanings of the expression better of life.

**Keywords:** Migration rural-urban; São Carlos-SP; Family; Social mobility.

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localização do Estado de São Paulo e localização do município de São Carlos em relação ao Estado de São Paulo .....	52
Mapa 2 - Distribuição geográfica de produção de laranja para indústria, por EDR, Safra 2008-2009.....	69
Mapa 3 - Área Urbana do Município de São Carlos com destaque a Região Cidade Aracy.....	83

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População Escrava – São Carlos e região (1874-1887).....	57
Tabela 2 - Produção Agrícola - Cana-de-açúcar – Produção (Em toneladas) – RG Araraquara e RG São Carlos –1990/2007 .....	68
Tabela 3 - Produção Agrícola – Laranja – Produção (Em toneladas) – RG Araraquara e RG São Carlos – 1990/2007 .....	68
Tabela 4 - Municípios RA: população e atividade econômica significativas em (%).....	76
Tabela 5 - Evolução da população da Região de Governo de Araraquara 1940/2010 .....	78
Tabela 6 - Evolução da população da Região de Governo de São Carlos 1940/2010.....	79
Tabela 7 - Movimento Migratório para São Carlos segundo Grande Região (1995-2000).....	80
Tabela 8 - Evolução da População do Município de São Carlos (1980-2010) em número de habitantes.....	82
Tabela 9 - Número de trabalhadores vinculados à laranja por município e sexo.....	102
Tabela 10 - Número de trabalhadores vinculados à produção de laranja por município e faixa etária.....	103
Tabela 11 - Número de trabalhadores rurais vinculados a laranja por município e escolaridade .....	103
Tabela 12 - Rendimentos em salários dos trabalhadores vinculados À laranja Município/por Salários.....	104

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Desmembramento dos Municípios da Região de Governo de Araraquara.....	74
Figura 2 - Desmembramento dos Municípios da Região de Governo de São Carlos .....	75

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Pirâmide etária da população por sexo e idade – São Carlos - 2010 .....	72
Gráfico 2 - Pirâmide Etária da população por sexo e idade – Araraquara 2010 .....	73

## LISTA DE SIGLAS

Apta	Instituto Econômico Agrícola da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
CBT	Companhia Brasileira de Tratores
CCQ	Círculo de Controle de Qualidade
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IEDI	Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial
IES	Instituições de Ensino Superior
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
ParqTec	Parque Tecnológico de São Carlos
PIA	População em Idade Ativa
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
Pró-álcool	Programa Nacional de Álcool
Proinde	Programa de Interiorização do Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
USP	Universidade de São Paulo



## AGRADECIMENTOS

Como agradecer em poucas linhas a todas as pessoas que fizeram parte da construção dessa dissertação? Certamente é impossível enumerá-las aqui.

Primeiramente, agradeço a meus pais, Eni e José, que me apoiaram de maneira incondicional nesses últimos anos, e a meu irmão Leandro, pela solicitude. Agradeço a Arthur que, com amor, me ajudou a superar muitos desafios da pesquisa, companheiro perseverante de Ciências Sociais, sempre crítico, em relação a meus *insights* sociológicos. Também não poderia deixar de agradecer a Maria Izabel (minha avó), a Clara e ao Davi pelas palavras carinhosas de apoio a mim direcionadas. Agradeço a minha querida tia Iraci pelo interesse pela pesquisa; devo a ela muitos dos achados de campo.

Agradeço imensamente aos entrevistados dessa pesquisa que abriram suas casas e suas vidas, sempre de maneira tão gentil.

Agradeço às colegas de pesquisa da Unicamp e da UFSCar: Gisele M. Almeida, Silvana Queiroz, Juliana Dourado, Juliana Biondi, Thaís M. Favoretto, Tatiana Barberini, Rodolfo Moimaz e a todos aqueles que dividiram comigo as angústias do artesanato da pesquisa. Também agradeço o companheirismo dos amigos da *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp*.

Agradeço a Jocenilson Ribeiro pela dedicação na revisão técnica do texto. À Maria Ivonete Zorzetto Teixeira pela assistência prestada nos últimos anos; a Adriana Cristina Fernandes – Bibliotecária do Núcleo de Estudo de População da Unicamp – pela paciência e disposição na incansável procura por minhas referências bibliográficas incompletas; a Maria Cimélia Garcia, pela alegria e motivação, e a Cristina Faccioni, pelo carinho destinado a nós alunos da Pós-graduação em Sociologia.

Sou grata à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da bolsa que viabilizou a pesquisa e pelo reconhecimento da relevância da temática para o debate científico contemporâneo. Agradeço a Profa. Dra. Maria Inês Mancuso e ao Prof. Dr. Fernando Lourenço que assumiram gentilmente a difícil tarefa de serem avaliadores e colaboradores desse trabalho.

E, por fim, meus agradecimentos são direcionados a Profa. Dra. Rosana Baeninger, minha orientadora, que, com sua simpatia, competência e respeito motivou-me na realização dessa pesquisa. Sem sua agradável presença certamente esse trabalho não teria sido desenvolvido.

*À minha querida família extensa.  
E para Arthur, com amor (em retribuição).*

*Nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. As migrações representam também uma movimentação no universo social e é deste ponto de vista que ela nos interessa de modo particular. (DURHAM, 1973, p.136)*

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
APROXIMAÇÕES TEÓRICAS INICIAIS.....	17
PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM SÃO CARLOS.....	22
METODOLOGIA.....	24
PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E DEFINIÇÕES.....	27
<b>CAPÍTULO I: CONSTRUINDO ELEMENTOS TEÓRICOS SOBRE A RELAÇÃO MIGRAÇÃO E FAMÍLIA</b> .....	<b>33</b>
1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DAS MIGRAÇÕES RURAIS-URBANAS E URBANAS-URBANAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	33
1.2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOCIOLÓGICAS SOBRE FAMÍLIA NO BRASIL.....	41
1.2.1 Tipos de família.....	45
1.3 AS REDES FAMILIARES E A MIGRAÇÃO.....	46
1.4 FAMÍLIA, MIGRAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL: APROXIMAÇÕES SOBRE O SIGNIFICADO DE “MELHORAR DE VIDA”.....	48
<b>CAPÍTULO II: ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E POPULACIONAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL: MIGRAÇÃO E TRABALHO RURAL EM SÃO CARLOS-SP</b> .....	<b>51</b>
2.1 BREVE ANTECEDENTE HISTÓRICO: A ABERTURA DE CAMINHOS PARA O OESTE PAULISTA.....	52
2.2 ASPECTOS GERAIS DA INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO E A CIDADE DE SÃO CARLOS.....	60
2.2.1 Reestruturação produtiva: indústria e agroindústria de São Carlos.....	63
2.3 O AGRONEGÓCIO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL.....	66
2.4 ASPECTOS POPULACIONAIS DA REGIÃO CENTRAL.....	72
2.4.1. Evolução da População.....	77
2.5 ASSALARIAMENTO RURAL ENTRE FAMÍLIAS DOS BAIRROS DA “GRANDE ARACY”.....	85
2.5.1 Arregimentação e contratação: a ação dos turmeiros e processo de trabalho.....	87
2.5.2 O trabalho familiar: arranjos e disputas.....	92
2.5.3 As condições de trabalho na colheita da laranja.....	94
2.5.4 Entre o trabalho rural “com” e “sem” registro: a segmentação da força de trabalho.....	99
2.5.5 A pendularidade do trabalho rural no município de São Carlos.....	110
<b>CAPÍTULO III: O SENTIDO DE “MELHORAR DE VIDA”: ARRANJOS DO PARENTESCO NA DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES RURAIS-URBANAS EM SÃO CARLOS-SP</b> .....	<b>113</b>
3.1 ASPECTOS GERAIS DA RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO E A EXPRESSÃO “MELHORAR DE VIDA”.....	115
3.1.1 “Melhorar de vida” como expressão de acesso ao consumo.....	116
3.1.2 “Melhorar de vida” como expressão de acesso a direitos sociais.....	120
3.1.3 “Melhorar de vida” como libertar-se de esquemas de dominação.....	123
3.1.4 “Melhorar de vida” e movimentação nos espaços sociais de vida.....	126
3.2 “FAMÍLIAS” E “FAMÍLIAS”: OS ARRANJOS FAMILIARES ANTERIORES E POSTERIORES À MIGRAÇÃO.....	130
3.2.1 Migração e arranjos familiares.....	130
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>149</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>157</b>



## APRESENTAÇÃO

Este texto de dissertação de mestrado está inserido no Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas. Foi realizado com o auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), concedido em fevereiro de 2010, e compõe parte do projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo” (FAPESP), coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger.

Ao iniciarmos a pesquisa de mestrado em março de 2009, tínhamos como objetivo geral *estudar as migrações de origem rural com destino ao município de São Carlos e os impactos nos arranjos e relações familiares*. Desse objetivo geral, surgiu a necessidade de: a) aprofundar a bibliografia acerca da relação migração e gênero; b) caracterizar a região e o município acerca da evolução da população, movimentos migratórios, dinâmica de crescimento intraurbano; c) espacializar os movimentos migratórios no município; d) caracterizar as famílias migrantes rurais-urbanas recentes e suas transformações nos arranjos e relações familiares no local de destino: o meio urbano periférico; e) aprofundar conceitos teóricos que se aproximem da expressão “melhorar de vida” afim de que pudéssemos avançar no conhecimento a partir das evidências empíricas.

Ao iniciarmos a pesquisa, entendemos a noção global de sentido como significado; ou seja, aquilo que uma sentença linguística expressa acerca do mundo em que vivemos ou acerca de um mundo possível. Assim, nessa dissertação, quando discutido o sentido de “melhorar de vida”, estaremos questionando aos agentes sociais da migração, os migrantes, sobre como constroem, representam e simbolizam a noção de “melhorar de vida”.

Num segundo momento, já conclusivo, a partir de uma nova agenda de pesquisa, proporemos as implicações do uso do conceito weberiano de sentido para a análise das migrações.

Assim, a fim de problematizar as questões colocadas no projeto, desenvolveram-se os seguintes capítulos: (i) *Construindo elementos teóricos sobre a relação migração e família*; (ii) *Adentrando a Região Central*; e (iii) *O sentido de melhorar de vida: arranjos do parentesco na dinâmica das migrações rurais-urbanas em São Carlos-SP*.

No **Primeiro Capítulo**, construímos os elementos teóricos que irão compor nossa reflexão, tentando estabelecer a relação entre família e migração. Esse capítulo foi elaborado com o intuito de apresentar a problemática teórica a qual nos filiamos.

O **Segundo Capítulo** situa a questão no tempo e no espaço social em que se desenvolve a problemática; é um capítulo de caracterização. Nesse espaço, o objetivo é contextualizar o leitor sobre o desenvolvimento do município de São Carlos-SP e sobre a problemática do trabalho rural que atinge a população dos bairros que compõem a região conhecida como Cidade Aracy. Nesse capítulo, atentamos para suas raízes históricas e sociais, bem como para a importância dos movimentos migratórios.

O **Terceiro e Último Capítulo** discorre sobre o que os migrantes chamam de “Melhorar de vida” e sobre como os arranjos familiares são alterados ou não na dinâmica do processo migratório. As possibilidades de melhora qualitativa nos padrões de consumo já foram indicadas por diversos pesquisadores que se debruçaram sobre as motivações da migração (DURHAM, 1973; ANTICO, 1994). Porém, consideramos como hipótese, nesse capítulo, que o sentido de “melhorar de vida” pode ser interpretado sob a luz de outros processos sociais.

# INTRODUÇÃO

## APROXIMAÇÕES TEÓRICAS INICIAIS

As migrações no Brasil e, especialmente, na região sudeste, tornaram-se, em meados do séc. XX, um campo de estudo para as Ciências Sociais. O êxodo rural e a formação de grandes e médios centros urbanos trouxeram novos elementos a serem analisados sociologicamente (DURHAM, 1973; FARIA 1991; SILVA, MENEZES, 2007). Diferentemente dos primeiros estudos que direcionavam o olhar ao movimento Rural-Urbano, na contemporaneidade o processo migratório experimenta novas modalidades de deslocamento, as quais se redesenham frente ao contexto urbano cada vez mais complexo e dinâmico, o que impõe novas questões aos estudiosos da temática (BAENINGER, 2008).

Assim, com esta pesquisa, dedicamo-nos ao estudo da dinâmica da organização de famílias de trabalhadores rurais migrantes residentes em contextos urbanos. Destaca-se a importância de se apreender o significado atribuído por estes migrantes no que se refere à noção de “melhorar de vida”. Essas migrações, em um novo contexto e etapa da urbanização, representam para o migrante a relativização de estruturas tradicionais e a incorporação de um sistema diferenciado de relações sociais, bem como obtenção de novos valores (GARCIA, 1988).

As famílias migrantes de origem rural pesquisadas residem nos bairros que compõem a região da Cidade Aracy em São Carlos-SP. A proposta centra-se na análise do comportamento desses grupos migrantes que viveram o processo e a aprendizagem de novos modelos “ideais” de relacionamento familiar, proporcionados pela migração.

A possibilidade de “melhorar de vida” relaciona-se com a perspectiva de modificar positivamente as condições de vida, econômicas e sociais, muitas vezes consideradas como precárias nos locais de origem dos migrantes (DURHAM, 1973).

Seguindo o campo desta pesquisa, o projeto de “melhorar de vida” articula a família extensa. Logo, nas diferentes trajetórias,

alguns conseguem, em determinado momentos dos ciclos de vida alcançar as condições de reprodução que os definem como camponeses, enquanto outros têm suas trajetórias marcadas pelo deslocamento permanente e simultâneo entre duas formas de reprodução (MENEZES, 2002, p.74).

Complementando a autora, podemos também considerar que as trajetórias migrantes são marcadas pela permanência precária ou não nos locais de destino como para qual essa dissertação vem atentar-se.

“Melhorar de vida” representa a alteração não somente nos padrões de consumo familiares e individuais, mas significa a possibilidade da substituição de determinados padrões de comportamento e dominação por outros, bem como acesso a direitos sociais.

Dessa maneira, nosso recorte recai sobre o projeto familiar, mais ou menos definido, sobre a intenção generalizada e a expectativa gerada no bojo do processo migratório. Atrelado a esse processo, os significados da representação de “melhorar de vida” não são construídos individualmente, mas partem do projeto familiar. Nesse processo, o grupo familiar assume diversos arranjos, que não necessariamente respondem ao tipo de família nuclear dos paradigmas clássicos dos estudos de família, (CORREA, 1984; ALMEIDA, 1987).

A migração das famílias, geralmente, favorece uma mudança no universo simbólico dos contextos de vida de seus membros. O processo não é apenas um deslocamento geográfico, mas representa uma movimentação no universo sociocultural dos indivíduos, como afirma Garcia (1988). A circulação e a aceitação dos migrantes nos novos espaços sociais de vida dependem da produção de novos valores que orientaram suas relações sociais.

Os arranjos familiares, como mostraram Stolcke (1986) e Silva (2007), são redefinidos nos locais de destino. Os membros do grupo familiar devem aprender a manipular esses locais, cujo sistema cultural se diferencia do anterior.

Segundo Stolcke (1986, p.336),

a migração para as cidades e a integração na economia monetária alteraram não só as condições materiais, mais igualmente a qualidade das relações sociais [...]. Os laços de parentesco e amizade forneciam valiosos pontos de apoio na mudança dos trabalhadores para as cidades em busca de emprego, mas eram freqüentemente afetados pelas condições novas de vida e trabalho.

Estas famílias, como afirma Silva (2007), por exemplo, pela figura do pai “*que foi embora*”, situam-se no contexto de mudança provocada pela migração. O arranjo familiar é tensionado pelas novas disposições de gênero e geracionais. A figura do homem/pai provedor da época do colonato, como apontado por Stolcke (1986), é reduzida Para essa

autora, o fim do colonato significou a alteração nos padrões de masculinidade e virilidade, que eram designados pela possibilidade do mando e organização da força de trabalho familiar.

Nesse contexto, segundo Silva (1987), a família de trabalhadores rurais migrantes no interior de São Paulo, viveu a dissolução do trabalho familiar em prol do trabalho individualizado, do *agrobusiness*, na qual

todos os membros passam a ser contratados sob valores diferentes pelo capital. Ao capital não interessa mais o trabalho familiar, no qual o chefe da família assumia as funções de pai-patrão e o trabalho da mulher aparecia sob o envelope do trabalho do marido. Interessa-lhe, sim, o trabalho individualizado, cooperativo, hierarquizado e controlado por outros que não mais o chefe de família (SILVA, 1998, p.101).

Nessa leitura, a possibilidade de projetos individuais oferecidos pela nova dinâmica da organização do trabalho rural na cidade impacta diretamente nas normas de cooperação e solidariedade familiares anteriores. “Agora os turmeiros ajustam os membros da família em base individual. Os maridos/pais podem tentar influenciar as decisões de suas esposas e filhos quanto ao lugar de trabalho [...] mas na prática, as mulheres decidem por si mesma e igualmente por seus filhos” (STOLCKE, 1986, p.372).

A renda que, em grande medida, garantia a posição de chefia na casa, obtida pelo trabalho familiar, não mais é necessariamente administrada pelo marido/pai. De acordo com essa autora, “As mulheres sempre temem que seus maridos gastem mais da conta, bebendo em excesso ou com outras mulheres, pondo em questão com isso a sobrevivência do resto da família [...]. É por isso que as mulheres às vezes assumem a administração das finanças familiares” (STOLCKE, 1986, p.372).

Essa nova condição atribuída à vida social apresenta outros quadros de relações para a antiga família “caipira”, como trabalhado por Candido (1948) em uma perspectiva histórica, e para família de migrantes nordestinos e mineiros como discutido por Menezes (2002) e por Silva (2007).

Na cidade, o modelo conjugal é comumente pensado como uma importante unidade de socialização, sendo a noção de conflito evidente e parte integrante do modelo familiar, como mostrado por Stolcke (1986), Menezes (2002), Heilborn (2004). As relações e as posições podem ser revistas, e o não cumprimento de deveres que um lugar confere permite a contestação da autoridade e da legitimidade que a posição indicava, como lembrado por Sarti (1996).

O campo desta pesquisa verificou que, nos bairros estudados, onde moram muitos trabalhadores rurais migrantes, posições e deveres de homens, mulheres e filhos são renegociados na dinâmica do trabalho e da convivência diária da casa. Em outros estudos, como o de Silva (2007), as famílias de trabalhadores rurais migrantes em Rincão-SP, e em cidades dormitórias, por exemplo, apresentavam-se organizadas pelo arranjo não-nuclear, com destaque para o vínculo mães-filhos, no qual a matrifocalidade era bastante evidente. Neste exemplo, a paternidade não é assumida como valor nem como dever ou compromisso.

Assim, nos termos definidos por Scott (1990, p.38), “o termo matrifocalidade identifica uma complexa teia de relações montadas a partir do grupo doméstico onde, mesmo na presença do homem na casa, é favorecido o lado feminino do grupo”. Contudo, essa teia de relação tecida no interior da casa pode ainda considerar a centralidade do lado masculino por sua posição simbólica e, como colocado por Sarti (1996), por sua função de mediação com o mundo da rua. Ou ainda, marcadores de identidades masculinas podem estar presentes nas práticas femininas de gestão das relações dos grupos domésticos. Na relação diária podem coexistir, como colocado por Silva (2007), normas patriarcais gerenciadoras de práticas matrifocais.

Nesse contexto, a circulação das crianças por outras casas (famílias), via compadrio<sup>1</sup>, é uma constante: “As crianças circulam quando as condições de sobrevivência põem em risco a vida delas” (SILVA, 2007 p.117). A sobrevivência do grupo doméstico de mulheres “chefe de família” é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites das casas (SARTI, 1996; FONSECA, 1996; SCOTT, 1990).

De acordo com Sarti (1996), o que define a extensão da família entre os pobres é a rede de obrigações que se estabelece: são da família aqueles com os quais se pode contar, isto é, aqueles que retribuem ao que se dá; aqueles, portanto, para com quem se tem obrigações. São essas redes de obrigação que delimitam os vínculos, fazendo com que as relações de afeto se desenrolem dentro da dinâmica familiar.

Portanto, as obrigações morais são as balizas da definição da família, “fundada num dar, receber, e retribuir contínuos, torna-se uma referência simbólica fundamental, uma

---

<sup>1</sup> O compadrio é pautado por relações de solidariedade entre os grupos de vizinhança e parentesco, como indicado nos trabalhos de Freyre (1936), Queiroz (1976), Sigaud (2006).

linguagem, através das quais os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado a suas relações dentro e fora da casa”. (SARTI, 1996, p.63)

Nesse quadro de análise, a unidade familiar conjuga práticas internas implicando relações de reciprocidade e respeitabilidade de cada membro para com o outro, estando essas práticas submetidas a um jogo hierárquico delimitado pelas posições pré-estabelecidas. A família torna-se dotada de mecanismos dinâmicos que trabalham para constituir parâmetros simbólicos que estruturam, por exemplo, explicações sobre o mundo (SARTI, 1996), favorecendo a delimitação de identidades e posicionamentos. Porém, a ruptura das relações de reciprocidade estabelecida entre os membros de uma família pode favorecer a criação de espaços de tensão. Nesse jogo hierárquico, a família, nos termos de Menezes (2006, p. 98), pode representar um espaço “de tensão, e dominação de pais sobre filhos (as), em que são negociados os papéis sociais, os interesses, desejos e necessidades específicas de cada membro”. Nesse contexto, o processo migratório, ao passo que lança estes indivíduos ao novo sistema de valores sociais, pode estabelecer novos campos de tensão às relações familiares.

Como ressaltado por Menezes (2002), a partir de etnografias na Paraíba, “‘a frase meu pai era carrasco’ simboliza a imagem de pai autoritário, que atua, algumas vezes, de forma violenta, de modo a socializar seus filhos e filhas através do disciplinamento de seus corpos e dos respectivos usos do tempo” (MENEZES, 2006, p.100).

Segundo Martins (1986), no processo migratório, o grupo familiar é afetado por dois movimentos: o de segmentação e o de recomposição. O desenraizamento das práticas tradicionais não envolve necessariamente a dissolução dos laços familiares, mas, ao contrário, promove modificações e a reestruturação nas relações internas e externas ao grupo (DURHAM, 1973).

Nesse sentido, acompanhar famílias migrantes rurais-urbanas, urbanas-urbanas, interestaduais na cidade de São Carlos permite apreender mudanças e continuidades nos arranjos familiares, na qualidade das relações, e nas hierarquias internas ao grupo. Na abordagem seguida neste trabalho, as relações familiares tornam-se significativas e necessárias para a representação social de “melhorar de vida”. É na família ou/e contra ela que é produzido o significado social dessa máxima.

## PROCESSOS MIGRATÓRIOS EM SÃO CARLOS

O município de São Carlos desenvolveu-se na esteira da civilização cafeeira e, desse modo, vivenciou a fase áurea do ciclo e o processo de desarticulação dessa política econômica a partir de 1930. A cidade desde então tendeu a se modernizar através da formação de um parque industrial diversificado (TRUZZY, 2000).

Os movimentos migratórios no município de São Carlos e região representam elemento importante para o crescimento populacional do município (FUNDAÇÃO SEADE, 1990). São Carlos beneficiou-se dos movimentos migratórios das décadas anteriores (em especial nos anos 60 e 70) com origem no estado de Minas Gerais e Paraná e dos estados do Nordeste (BAENINGER, 1999). Aliado aos processos migratórios e ao esgotamento da área urbana tradicional, a expansão do município resultou na formação de uma periferia urbana.

A modernização agrícola, que processou no Estado de São Paulo a partir dos anos 1970, solapou as antigas estruturas cafeeiras modificando a estrutura social e trabalhista da Região Central do Estado de São Paulo. Nesse momento, a força de trabalho dos migrantes chegados de vários estados brasileiros somou-se à força de trabalho dos deslocados das antigas fazendas de café (STOLCKE, 1986; SILVA, 1988; ALVES, 1991).

O município de São Carlos vivenciou e beneficiou-se direta ou indiretamente do processo acima relatado, acompanhando o ritmo de crescimento urbano e populacional ditado pelas mudanças sociais e econômicas em curso. A expansão urbana foi ditada pela especulação imobiliária e pelo próprio esgotamento do terreno urbano tradicional, o que resultou, nos anos 1980, o surgimento do bairro Cidade Aracy.

Tomando com base o trabalho campo desenvolvido entre os anos de 2010 e 2011, bem como outros indicativos da literatura, a região do município de São Carlos conhecida popularmente como “Aracy” concentra uma população migrante de origem rural interestadual. Esse território é composto por quatro bairros Cidade Aracy I, Cidade Aracy II, Presidente Collor e Antenor Garcia, divididos pelo Censo 2010 (IBGE, 2011) em quinze setores censitários totalizando uma população de 19.079 habitantes. Estes bairros estão inseridos no subdistrito de Bela Vista que concentra 66.988 habitantes. Em 2010, o município conta com 221.950 habitantes.

Estes bairros surgiram no bojo do descontrole da expansão urbana da cidade de São Carlos, nos anos 1980 e 1990 (LIMA, 2007), e eram atrativos devido ao baixo valor imobiliário da área, bem como pela livre doação de terrenos pelo loteador da área.

Para Durham (1988), a concentração da população pobre encontra-se nas periferias de qualquer cidade; essas costumam ser caracterizadas e formadas pelos bairros mais distantes, mais pobres, menos servidos por transportes e serviços públicos, e através da venda de lotes, muitas vezes, em áreas topograficamente desfavoráveis de difícil acesso, sem documentação legal e sem serviços públicos, vende-se também “o sonho da casa própria, que passou a ser aspiração generalizada das classes populares [...] as casas construídas aos poucos pelos próprios moradores, parecem sempre inacabadas” (DURHAM, 1988). Para muitos migrantes, casa inconclusa torna-se, a expressão máxima da representação de “melhorar de vida”.

A população dos bairros Aracy II e Antenor Garcia, segundo Ávila (2006), é composta por maioria de migrantes, afrodescendentes, com baixa escolaridade na qual a matrifocalidade é bastante comum. Esses bairros constituem um reduto de pobreza. Já no bairro Cidade Aracy I, como verificado no trabalho de campo dessa pesquisa, por ser a parte mais antiga e por possuir uma dinâmica comercial intensa, é possível verificar a presença de uma classe média em expansão. Excetuando o bairro Antenor Garcia, a divisão dos bairros em Cidade Aracy I, Cidade Aracy II e Presidente Collor, é meramente formal. Popularmente, a área é conhecida somente como “Aracy”.

Segundo Ávila (2006), o trabalho rural faz parte da realidade de muitas famílias desses bairros. Os trabalhadores rurais são contratados por aliciadores, comumente conhecidos como “turmeiros”, para as colheitas de laranja e café, e para o corte de cana, em plantações afastadas da cidade. Na entressafra, esses trabalhadores, quando não são assegurados pelo seguro desemprego, atuam como servente de pedreiro, catadores de sucata, diaristas, carregadores de caminhões nas granjas da região, bem como atuam em outras safras.

Os bairros que compõem a Cidade Aracy, embora estabeleçam contato direto com o meio rural – proveniente do trabalho na colheita e do histórico destes trabalhadores –, não devem ser considerados bairros rurais (QUEIROZ, 1973) são bairros que compõem o processo de expansão urbana municipal. Nesse sentido, a pendularidade da população no âmbito regional, para o assalariamento rural, constitui um elemento importante para o

entendimento da dinâmica das migrações e da possibilidade de “melhorarem de vida”<sup>2</sup>; o trabalho rural coloca esses migrantes em contato com situações que podem ou não remeterem a seus locais de origem, há por parte deles uma reinterpretação do mundo rural e suas práticas.

As trajetórias de vidas de muitos migrantes dos bairros que compõem essa região não se constituem linearmente; às vezes, são compostas por trajetórias migratórias múltiplas, nas quais as redes de sociabilidade familiar e não familiar tornam-se importantes para inserção social dos migrantes e para superação dos obstáculos na sociedade de destino (SILVA, 2007).

## METODOLOGIA

Na construção do conhecimento científico, torna-se importante a atenção para as diversas metodologias que nos forneçam elementos para discussão minuciosa do objeto de pesquisa. Os capítulos que compõem essa dissertação foram escritos seguindo pelo menos três instrumentos de pesquisa. A primeira delas definiu o aporte teórico a ser seguido e foi composta por uma revisão da literatura especializada sobre migração e família. Essa literatura encontra-se apresentada ao longo do texto e no item *Referências*. A segunda metodologia atentou para análise dos dados quantitativos, referentes à economia e população, oferecidos por grandes bancos de dados nacionais e regionais. Essa abordagem ofereceu um mapa delimitado do processo que nos orientou na terceira e última parte, composta por um aprofundado trabalho de campo na região de interesse.

Em Ciências Sociais e em algumas ciências afins, costuma-se colocar as abordagens qualitativas e quantitativas em lados opostos, pela impossibilidade de os pesquisadores dedicarem-se a ambas. No entanto, nesse trabalho, a fim de aprofundar as dimensões explicativas consideramos que a possibilidade de tratar a questão pelas metodologias qualitativas e quantitativas nos ofereceria uma visão mais complexa do objeto de pesquisa e assim foi seguido.

---

<sup>2</sup> Os trabalhadores com os quais tivemos contato são registrados e desfrutam de alguns direitos trabalhistas como seguro desemprego durante a entressafra. Eles trabalham essencialmente na safra da laranja atuando em fazenda da região de São Carlos, com destaque para Água Vermelha (distrito de São Carlos), Brotas, Bebedouro, Araraquara, Ribeirão Bonito, Itirapina entre outras. Assim sendo, caracterizam-se como uma população pendular, pois trabalham em municípios diferentes daquele em que residem.

Para Pereira (1999), a pesquisa qualitativa não está isenta de quantificação, nem a quantitativa prescinde o raciocínio lógico. Ambas podem interessar-se por qualquer objeto, sendo que a identidade de cada uma se expressa no campo dos métodos e não dos objetos. Para esse autor, a suposta disputa entre essas abordagens reside nos conceitos de mensuração e objetividade que fundam a ciência moderna. Segundo o autor, “De um lado a análise de dados quantitativos se desqualifica por se propor a medir o imponderável, de outro a pesquisa qualitativa seria desautorizada por seu comportamento subjetivo” (p.26). Na visão desse autor, negar a subjetividade envolvida no processo de pesquisa seria uma incoerência já que o fazer científico depende da ação dos pesquisadores. São eles quem explicam o real por meio de conceitos subjetivamente gestados.

No processo qualitativo, a produção de dados, conforme Pereira (1999), é também uma estratégia de mensuração, mas, nesse caso, o objeto de mensuração não é a “coisa” em si, mas seus predicados, seus atributos ou qualidades.

Nesta dissertação, como estratégia de pesquisa quantitativa, utilizamos os dados secundários oferecidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do trabalho. Esses dados ajudaram-nos a delimitar o campo de pesquisa, bem como foram importantes na análise do objeto na medida em que em alguns momentos foi possível contrastá-los com os dados qualitativos obtidos com as entrevistas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com informantes privilegiados, selecionados por uma rede de relacionamentos estabelecidos na pesquisa exploratória. Diferentemente de um questionário fechado, quantitativo, utilizamos um roteiro que nos possibilitou uma abordagem mais ampla da problemática. Segundo Rocha-Trindade (1995), “estas perguntas servem para encaminhar a atenção do entrevistado para as áreas consideradas pertinentes e sobre as quais é necessário obter informações.” (p.119)

Compassado com esse roteiro de entrevista, a fim de captar a trajetória migratória e recolher material biográfico que ajudasse na análise do objeto, também foram realizadas, com alguns informantes, entrevistas no estilo *história de vida*. A necessidade de aprofundar o conhecimento sobre essas trajetórias surgiu dos encaminhamentos da própria pesquisa, uma vez que, em alguns momentos, foi necessário retroceder comparativamente para identificar o que expressaria a noção de “melhorar de vida”.

Sobre a utilização dessa metodologia, desenvolvemos uma reflexão a partir da problematização proposta por Mintz (1984) e Bourdieu (1990), pois ambos tocam em

questões semelhantes àquelas que estiveram presentes durante o trabalho de campo, na medida em que surgia a necessidade de pensar as histórias de vida dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Mintz (1984), no artigo “Encontrando Taso e me descobrindo”, submete-se à análise crítica sobre seu trabalho de campo realizado entre cortadores de cana-de-açúcar em Porto Rico nos anos 1960. Para esse autor, “Taso” tornou-se um informante privilegiado, devido à disposição demonstrada no acolhimento do pesquisador e ao profundo interesse pela pesquisa. Esse informante tornou-se, para Mintz (1984), um colaborador assíduo.

Para Mintz (1984), mesmo tendo que lidar com os perigos que a amizade com “Taso” pudesse oferecer para no afastamento axiológico necessário à pesquisa, passou a entender com convicção que a vida desse seu colaborador privilegiado sintetizava questões que atravessavam não somente a sua vida, mas de outros indivíduos daquela comunidade.

Assim, “Taso” era “representativo de seu tempo, de seu lugar, e de seu povo, precisamente porque sua narrativa pessoal enriquecida por sua perspicácia incomum incorpora a experiência de uma comunidade.” (MINTZ, 1984, p.55). Assim, no entendimento do autor, os elementos dispostos na trajetória social de “Taso” eram frutos de um tipo de sociedade. Logo “seu dom é revelar suas experiências como estão incorporadas a história de sua sociedade, e também a incorporam”. (MINTZ, 1984, p.56).

A metodologia da *história oral*, como coloca Thompson (1998), oferece oportunidade básica de conseguir ir além das generalizações estereotipadas e recuperar a lembrança detalhada daquele momento histórico e social. A oralidade oferece interpretações qualitativas de processos histórico-sociais, procurando destacar visões e versões advindas da experiência dos atores sociais (LOZANO, 1996).

Mesmo apostando na ideia de história, essa metodologia não significa produção de discursos ordenados, lógicos e conclusivos. Sobre esse aspecto, Bourdieu (1990) é bastante crítico. Para ele, devemos nos atentar inicialmente para própria noção de história que nós pesquisadores utilizamos quando entendemos a vida enquanto tal. Assim, considerar a vida enquanto história implica considerá-la como um conjunto de acontecimentos lógicos, de relatos coerentes o que, para o autor, pode significar uma ilusão retórica, pois “o real é descontínuo formado por elementos justapostos sem razão”.

Assim, dependendo de como ocorre a situação de pesquisa, o relato de vida pode apresentar-se como modelo oficial de apresentação de si, aproximando-se de um interrogatório. Para Bourdieu (1990, p.190), “os acontecimentos biográficos se definem

como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes espécies de capital que estão no jogo no campo considerado”.

Para então compreender uma trajetória de vida, deve-se construir “os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou, e logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto aos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis.” (p.190) Isto é a própria construção da superfície social.

Por isso, na análise do objeto, atentamo-nos para as histórias de vida justapostas às fontes secundárias, na tentativa de aproximar-nos das condições de vida e dos aspectos relevantes no processo migratório.

## PROCEDIMENTOS DE PESQUISA E DEFINIÇÕES

Iniciamos a pesquisa com a recuperação das informações migratórias dos censos demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000 – os quesitos sobre migrações não são totalmente comparáveis no decorrer deste período – para o município e a região de São Carlos. Essas análises permitiram caracterizar as mudanças em curso no processo de urbanização e de redistribuição espacial, suas tendências no âmbito estadual, regional e local, e, na medida em que foram sendo divulgadas as informações do Censo Demográfico 2010, as mesmas foram sendo incorporadas.

Trabalhamos essencialmente com os dados sistematizados pela Fundação SEADE para a região de interesse e, ainda, com os dados oferecidos pela Relação Anual Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho para o ano de 2010. Esses dados ajudaram a caracterizar a região de interesse do estudo e foram considerados nas discussões do segundo e terceiro capítulos.

Para melhor pontuarmos a expressividade do fenômeno, descrevemos os fluxos intrarregionais de São Carlos e sua região, bem como a articulação desses deslocamentos com o mercado de trabalho agrícola regional; sistematizamos os dados e estudos socioeconômicos e demográficos já existentes relativos ao município. Para complementar essa descrição, realizamos conversas informais com o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de São Carlos e com o subsecretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento dessa cidade.

Para o estudo mais aprofundado das dimensões socioespaciais e migratórias nas transformações das relações familiares, realizamos entrevistas com roteiro semiestruturado com homens e/ou mulheres trabalhadores (as) rurais, procedentes de família migrante, objetivando apreender as releituras dessas famílias nesse novo contexto, comparando a organização familiar da qual derivava o migrante com o arranjo e relações familiares vivenciadas naqueles bairros<sup>3</sup>. Exploramos as trajetórias de vida dos trabalhadores rurais migrantes, da migração ao assalariamento rural nos entornos do município de São Carlos.

Temos como perspectiva de trabalho que as histórias orais, por meio de entrevistas e história de vida, extraem das verbalizações elementos que contribuem para a compreensão das transformações nas relações de famílias migrantes interestaduais de origem rural em São Carlos.

Para apreensão teórico-metodológica do que os migrantes denominam de “melhorar de vida”, utilizamos a seguinte estrutura preliminar de entrevistas, buscando compreender:

- a trajetória do(a) migrante, bem como de sua família: a origem e os destinos;
- o mundo do trabalho rural “da roça” de laranja, de cana-de-açúcar e outras culturas agrícolas;
- o mundo da casa, da convivência familiar: o embate geracional (idade), da relação de gênero;
- as expectativas temporais dos grupos sociais no processo migratório (ROBERTS, 1995);
- a vida na periferia, relação com a vizinhança e com outros migrantes já estabelecidos e/ou recém chegados (ELIAS, SCOTSON, 1990);
- as condições de vida e de reprodução, do lá (local de origem) e cá (local de destino);
- as diferentes percepções de “mobilidade social” (JANNUZZI, 1998) e o sentido de “melhorar de vida”.

Os entrevistados eram homens e mulheres trabalhadores (as) rurais migrantes com idades que variavam entre 15 e 59, atuando na safra de cítricos. Isto se justifica quando se

---

<sup>3</sup> Este estudo manteve contato com as pesquisas do Professor Fernando Lourenço (IFCH/Unicamp) e da Profa. Maria Aparecida de Moraes (DS/UFSCAR), portanto, se beneficiou da experiência de suas equipes, da quais somos gratas.

toma como referência a População em Idade Ativa (PIA). No processo de seleção das famílias, consideramos o tempo de residência no município de São Carlos e a inserção no trabalho rural. A escolha dos participantes da pesquisa contou com a ajuda de alguns contatos estabelecidos em projetos anteriores em que participamos (como Curso Pré-vestibular da UFSCar com uma sede no bairro de Cidade Aracy II), e da pesquisa exploratória já realizada em janeiro de 2009, bem com pela formação de uma rede de informantes que foi se estabelecendo ao longo da pesquisa.

Como em Mintz (1986), também tivemos o privilégio de conviver com uma participante que nos lembrou muito “Taso”. Trata-se de Cilene, 39 anos, migrante do Estado de Pernambuco. Ela foi nosso primeiro contato estabelecido. Além de colaborar com a pesquisa, ajudou-nos a constituir uma rede de informantes, chegando, muitas vezes, a acompanhar-nos no campo e até mesmo esclarecer dúvidas sobre a história de vida dos participantes. Nesse trabalho de campo, Cilene, frequentemente, ajudou-me a quebrar a desconfiança e a inibição, inerentes ao primeiro contato, comumente vivenciados na relação pesquisador e entrevistados.

No desenvolvimento do trabalho de campo da pesquisa, era necessário que os participantes da pesquisa estabelecessem comigo uma relação de confiança, pois para acessar elementos da vida familiar e cotidiana não bastavam os questionamentos diretos. Aproximar-me desses elementos, desafiava-me enquanto pesquisadora, pois não se oferece ao desconhecido a vida íntima.

Mesmo em muitos momentos sendo acompanhada por Cilene, que representava um elemento de confiança, iniciei as entrevistas lançando questões referentes ao mundo da “rua” que, nesse caso, poderíamos chamar de mundo da “roça” – do trabalho na colheita de cítricos, para acessar as questões que nos interessavam sobre os arranjos relacionais proporcionados pela migração e por todas as questões que atravessam esse processo.

Falar do processo de trabalho deixava os participantes sempre empolgados; o interesse demonstrado por mim ao trabalho rural, pouco valorizado socialmente, foi crucial para o estabelecimento da relação de confiança necessária para os relatos sobre as famílias e as tensões no interior delas. Os relatos mais profundos sobre tensões familiares foram obtidos nas entrevistas com mulheres. Nesse aspecto, ainda parece persistir a noção de que a mulher é detentora do discurso sobre a família, sobre o mundo da casa, como trata Sarti (1996).

A identidade de gênero também precisava ser considerada, pois é inegável que as mulheres pareciam estar mais à vontade para falarem sobre suas famílias comigo, diferentemente dos homens. Nos relatos masculinos, encontrei as grandes formulações e explicações sobre o mundo do trabalho. Para a composição do texto, tentei unir essas duas perspectivas, preenchendo lacunas a partir do discurso de um e de outro. Nas entrevistas realizadas com casais, foi possível perceber que o homem e a mulher estruturavam seus discursos de maneira complementar, o que é recorrente numa situação dialógica desse tipo. .

Para além dos relatos obtidos formalmente por meio das entrevistas, foram bastante longas minhas conversas com Cilene, debaixo de seu abacateiro, em frente a sua casa. Entre outras observações durante as entrevistas, geralmente, a estrutura ou arranjo familiar era revelado por meio da observação das situações durante e depois da entrevista. Notava a circulação de pessoas, os comentários e a organização do próprio espaço. Esses aspectos etnográficos também foram considerados na produção dos dados qualitativos sobre as famílias das quais falaremos com maior recorrência e detalhes no terceiro capítulo.

Os dados qualitativos foram colhidos entre junho de 2010 e fevereiro de 2011. Neste texto, também consideremos outras conversas informais obtidas ao longo desta pesquisa e da pesquisa de campo exploratória. Foram realizadas 15 entrevistas, das quais oito foram em profundidade; para execução destas entrevistas, entre os trabalhadores(as) rurais, utilizamos um roteiro semiestruturado (Anexo I). No caso de dois turmeiros entrevistados – arregimentadores – e de dois comerciantes das Casas do Norte do bairro, utilizamos roteiros complementares (Anexo II e III).

O uso das entrevistas para a reflexão sociológica seguiu as condições propostas pela metodologia de análise de dados qualitativos, denominada *análise de conteúdo* (BARDIN, 1977). Essa metodologia de análise de dados foi utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de entrevistas gravadas e/ou transcritas, textos e documentos em geral. A metodologia tem por finalidade atingir os significados possíveis do material, produzindo assim interpretações.

Seguindo Bardin (1977), a análise de conteúdo é concebida como:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens (BARDIN, 1977, p.42).

Moraes (1999), seguindo a esteira de Bardin (1977) e de Krippendorff (1990), entende que os valores e a linguagem do entrevistado e do pesquisador exercem uma influência sobre os dados da qual o pesquisador não pode fugir. Assim sendo, a análise de conteúdo é uma interpretação possível de um dado objeto preso a seu tempo e espaços sociais.

Sobre esse método, Bardin (1977) aponta pelo menos três condições para a realização da análise de conteúdo: (i) pré-análise – na qual devemos sistematizar as ideias retomando os objetivos e a hipótese do trabalho. Nessa etapa é aconselhado que se faça uma leitura fluente dos materiais a fim de organizá-los, constituindo um *corpus* que permita a elaboração de novas hipóteses; (ii) na fase seguinte, o material organizado na fase anterior deve ser explorado e classificado a fim de criar categorias analíticas; e, por fim, (iii) os materiais são interpretados, sob a luz dos aportes teóricos pré-selecionados pelo pesquisador.

Por fim, neste trabalho, após a leitura atenta do caderno de campo, bem como das entrevistas transcritas, atentamos para a organização dos elementos contidos nas entrevistas que minimamente respondiam a nossa questão de pesquisa.



# **CAPÍTULO I: CONSTRUINDO ELEMENTOS TEÓRICOS SOBRE A RELAÇÃO MIGRAÇÃO E FAMÍLIA**

## **1.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DAS MIGRAÇÕES RURAIS-URBANAS E URBANAS-URBANAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Nesta revisão bibliográfica sobre a temática *migração*, não pretendemos escolher entre uma e outra abordagem nem dar conta de toda literatura sobre o assunto, mas sim mostrar as potencialidades de alguns aportes para análise do processo migratório no município de São Carlos, considerando que a complexidade do fenômeno migratório na atualidade exige dos pesquisadores e interessados uma compreensão mais totalizante do processo desencadeado por uma série de fatores sociais.

A primeira lição aprendida com Singer (1976), ao percorrermos o texto “Migrações considerações teóricas sobre seu estudo”, é que “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudanças, do qual elas não devem ser separadas.” (p.217). Essa análise tornou-se importantíssima para os estudos de migração que proliferaram nas Ciências Sociais brasileiras nas décadas seguintes. O fenômeno da urbanização provocada pela saída em massa de população do campo em direção a cidade impunha novos desafios às disciplinas.

Lopes (1974) considera que as migrações são parte integrante das transformações estruturais que marcaram o desenvolvimento econômico. Assim, tanto os fatores quanto os resultados das migrações fazem parte desse processo de mudança provocada nas últimas décadas.

A análise histórico-estrutural pretendia oferecer uma abordagem alternativa frente às análises psicossociais dos estudos de migrações, cujo autor americano, Everett Lee, era um dos representantes. Lee (1966) retoma Ravenstein (1885) mostrando como suas leis gerais respondiam pouco à diversidade do fenômeno migratório, que minimamente implicava para o autor um local de origem, outro de destino e uma série de intervenientes.

Para Lee (1966), os migrantes em potenciais fazem um cálculo racional, considerando a positividade ou negatividade dos fatores intervenientes à migração, isto é, os migrantes fazem, inicialmente, uma comparação entre o local de origem e o local de

destino e, assim, para que a migração ocorra, “o saldo a favor do deslocamento deve ser suficientemente forte para vencer a inércia natural que sempre existe. Ademais, sempre prevalece, entre dois pontos, uma série de obstáculos intervenientes, que podem ser leves em certos casos e insuperáveis, em outros.” (p.102). As migrações para Lee (1966) ainda são realizadas dentro de um quadro de seletividade, pois “os migrantes não constituem uma amostra aleatória da população de origem. As migrações são seletivas em razão de as pessoas responderem de forma diferente à série de fatores positivos e negativos prevalentes nos locais de origem e destino”. (p.111). Assim, se considerarmos as várias etapas que as trajetórias migratórias podem conter, é possível verificar que a superação da seletividade migratória é um fator decisivo na fixação ou não dos migrantes em determinados territórios, como aponta Brito (2001).

Já o enfoque histórico estrutural adotado por Singer (1976), Lopes (1976) e Balán (1976) concebe as mudanças no padrão de desenvolvimento como motor das migrações. Nessa linha é também possível incluir o estudo de Durham (1973) em que, embora considere numa abordagem antropológica a ação dos migrantes no processo migratório, a análise sobre migrações ainda se vincula a mudanças no padrão de desenvolvimento do país. Para a autora, houve, pois, a desintegração de modo de vida tradicional rural que levou a quebra do isolamento de população e a conseqüente migração.

Assim, seguindo a perspectiva histórica estrutural adotada por Singer (1976) entre outros, as transformações estruturais modificaram as relações econômicas das regiões e, no caso brasileiro, criaram desigualdades regionais. Assim, as poucas ou inexistentes oportunidades econômicas oferecidas em certas regiões determinaram a expulsão de sua população.

De acordo com Singer (1976), os determinantes de expulsão são de duas ordens e se realizam por meio dos *Fatores de mudança*, “que decorrem da introdução de relações de produção capitalista nestas áreas, a qual acarreta a expropriação de camponeses [...] tendo por objetivo o aumento da produtividade do trabalho e a conseqüente redução do nível de emprego.” (p.223) e, por meio dos *Fatores de estagnação*, “que se manifestam sob a forma de uma crescente pressão populacional sobre uma disponibilidade de área cultiváveis que podem ser limitadas tanto pela insuficiência física de terra aproveitável como pela monopolização de grande parte da mesma pelos grandes proprietários”. (p. 224)

Assim, conforme Singer (1976), na complexidade da estrutura econômica e social, desaparece a ação dos indivíduos, e somente o grupo social, transvestido em classe, é

capaz de responder às pressões que os fatores de mudança e estagnação exercem sobre a população. As causas da migração manifestam-se no quadro geral das condições socioeconômicas e é o condicionante social de classe que seleciona os indivíduos que se lançarão no processo migratório. As causas dos fluxos migratórios somente são explicadas pelos fatores estruturais.

Para Singer (1976, p. 237),

quando uma classe social se põe em movimento, ela cria um fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino. É o fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino

A origem nesse caso está onde se processaram as transformações socioeconômicas que levaram um ou vários grupos sociais a migrarem.

Mesmo que a área tenha saldos migratórios positivos, muito possivelmente ela pode ser apenas uma etapa de determinados fluxos migratórios. [...] É possível, por exemplo, que uma determinada cidade industrial seja o lugar de destino de trabalhadores rurais que se integram no proletariado urbano, mas que a pequena burguesia a procurar de oportunidades de educação superior e de trabalho especializado, mais freqüente no setor terciário, esteja migrando desta cidade em direção a áreas metropolitanas dentro e fora do país. Deste modo, uma mesma área é lugar de destino para um fluxo migratório e lugar de origem para o outro. (SINGER, 1976, p.239)

Portanto, diferentemente de Lee (1966), que apostava na expulsão de pessoas sem instrução para migração, Singer (1976) defende que o processo migratório atinge todos os indivíduos reunidos entorno das classes sociais. Fatores positivos ou fatores negativos, nos locais de origem e de destino, serão gestados de diferentes maneiras, dependendo da posição social do indivíduo na sociedade em questão. Nesse sentido, para Durham (1973), a estrutura da sociedade brasileira estava sofrendo profundas fraturas pós anos 1950, e o fenômeno das migrações não poderiam ser entendidos isoladamente. Para Durham (1973), a industrialização e a urbanização significaram para esses migrantes, dos quais fala Singer (1976), a quebra do isolamento das comunidades rurais tradicionais nas quais viviam o que implicou a produção de novos valores sociais. Para o trabalhador rural, a migração aparecia como uma tentativa de “melhorar de vida”: “Isto é restabelecer, em níveis mais altos, o equilíbrio entre as necessidades socialmente definidas e a remuneração do

trabalho” (DURHAM, 1973, p.145). Como postula a autora, a migração só fora possibilitada pelas relações familiares que os migrantes conseguiam ativar; portanto, a migração ocorria dentro de universo familiar e não individualizado. A rede de parentesco definia algumas obrigações recíprocas que auxiliam os migrantes no processo de entendimento e integração dos novos espaços sociais.

Silva e Menezes (2007) criticam a leitura estrutural realizada por Singer (1976) e por outros autores sobre as migrações. A análise das autoras repousa na discussão de Oliveira (1981) sobre a crítica ao dualismo estrutural que colocava campo e cidade em oposição. Oliveira (1981) argumenta que a análise dual é meramente formal, pois “de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”, se se quer manter a terminologia” (p.8, *grifos do autor*). Para o autor, quando se analisa o processo de acumulação capitalista via relações externas, o problema se transformou em oposição. Nesta visão, subdesenvolvimento é então produzido pela própria expansão do capitalismo.

Na passagem da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial, houve uma acumulação que expropriava o excedente formando pela posse transitória da terra e, em vista disto, por detrás da ambiguidade, entre agricultura e indústria, existia, uma “integração dialética”, pois “a agricultura cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes da força de trabalho, seja fornecendo os alimentos [...] ela tem contribuído importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia” (OLIVEIRA, 1981, p.21).

Há relações densas e estruturais entre os dois setores no que toca à noção de desenvolvimento e subdesenvolvimento. O modelo gera então um desenvolvimento desigual e combinado que é “produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-30, que dá na existência de setores atrasados e modernos” (OLIVEIRA, 1981, p.32). Este modelo, então, propiciou a concentração de renda, de propriedade e do poder, bem como da formação de setores marginalizados que, conseqüentemente, migravam.

A fim de considerar a ação dos agentes sociais na conformação das migrações, Menezes e Silva (2007) entendem que:

A explicação das desigualdades regionais é relevante para entender as migrações de significativos grupos sociais da Região Nordeste em direção à Região Sudeste do Brasil. No entanto, acreditamos que há uma

lacuna subjacente a essa visão, ao não incorporar o significado das migrações para os próprios agentes envolvidos nesse processo social. (MENEZES; SILVA, 2007, p.3)

A proposta então não é voltar às análises a partir das quais se centrava o processo migratório nos indivíduos, mas incorporar o agente ao jogo da estrutura.

Vale ainda dizer que os agentes sociais da migração, “os migrantes” [...] não são agentes passivos dos fatores de “expulsão” ou “atração”, mas participam ativamente de um processo, que não é exatamente o processo migratório, mas sim o de reprodução das suas condições de vida (MENEZES, SILVA, 2007, p.4).

Os migrantes, para esta análise, são posicionados na estrutura histórica social como produtores de relações sociais, via suas agências no campo social, sendo condicionados e condicionando a estrutura social, travando um jogo dialético.

Considera-se o migrante sob duas óticas: inicialmente, trata-se de um (a) trabalhador (a) produzido no bojo de determinadas relações sociais, que, muitas vezes, resultam de processos de violência e expropriação. Esta situação remete à análise das condições históricas responsáveis por esses processos; em seguida, o migrante insere-se numa realidade social, definida por laços sociais [...], que o caracterizam como pertencente a um determinado espaço social e cultural. (MENEZES, SILVA, 2007, p.5)

O desenvolvimento desta análise é derivada da incorporação pelas autoras da teoria sociológica contemporânea que, via os trabalhos de Elias (1990) e de Bourdieu (1994) deram novos significados às noções de *agência social* e *processo social* e caracterizaram brilhantemente o jogo entre sociedade e indivíduo e estrutura social e agência.

Em muitos municípios, uma estrutura agrária precária ou arcaica, somada a um mercado de trabalho limitado, é determinante para as migrações temporárias ou permanentes. Há regiões em que os tradicionais arrendamentos de terras por pequenos agricultores tornam-se inviáveis dado a pressões de grandes empreendimentos pecuários e de monoculturas (SILVA, 1998; MENEZES, 2002; CARNEIRO, SOUSA, MARINHO, 2008).

Carneiro et al. (2008) mostram, por exemplo, como em Timbiras-MA este processo atua como fator de expulsão de população para o corte da cana no interior de São Paulo, ou para as “pontas de ruas” em busca de melhores condições de serviços oferecidos pelo

precário sistema de segurança social. Neste caso, a condição de miséria permanente é um determinante para migração.

Para Silva (1998), esses trabalhadores, que inicialmente poderiam ser considerados como exército de reserva, sobrantes ou excluídos, são certamente “incluídos”, pois o agronegócio, que se delineou na década de 1990 no Estado de São Paulo, necessita desta mão-de-obra pouco qualificada para que possa pagar o mínimo pela sua força de trabalho e ampliar as condições de sua acumulação. Porém, entre a estrutura e a agência, os migrantes na tentativa de modificarem suas trajetórias de vida e de suas famílias, assumem, e ressignificam esse processo de exploração de sua força de trabalho passando também a gerir o lá (local de origem) e o cá (local de destino), bem como o processo de reprodução social de suas condições de vida.

A possibilidade de “melhorar de vida” relaciona-se, na literatura sociológica, com a perspectiva de modificar positivamente as condições de vida, muitas vezes, classificada como precária nos locais onde os sujeitos encontram-se inserido. Durham (1973), por exemplo, considera que para estes “a percepção da necessidade de melhorar de vida é decorrência de uma quebra do isolamento relativo e inclusão numa economia competitiva” (p.114).

Porém, além de considerarmos estas migrações que partem do rural para a sazonalidade do trabalho na cana e na laranja, nos municípios da Região Central e de Ribeirão Preto, a problemática delineada nestas regiões nos anos de 1990 impôs a construção de novos quadros de análise das migrações, uma vez que não podemos considerar um padrão único de deslocamentos, como em estudos anteriores que focaram suas análises na modalidade migratória rural-urbana. Assim a “compreensão dos fenômenos urbanos, em especial as novas formas de mobilidade espacial da população passam por dimensões que, mesmo como reflexos de reestruturações na economia, compõem um novo mosaico das interações sociais” (BAENINGER, 2005, p.86).

As trajetórias migratórias encontradas no campo de estudo deste trabalho não conjugam apenas um tipo e uma modalidade migratória. Muitas das famílias migrantes desse campo, antes de estabelecerem-se em São Carlos, realizaram entre os anos 1980 e 2000 migrações do tipo Rural-Urbana e Urbana-Urbana, para grandes capitais e cidades do em torno do local de origem.

Porém, mesmo observando no campo de estudo essas diversas trajetórias migratórias, a maior parte das famílias entrevistadas é considerada por instituições de

produção e sistematização de dados como IBGE e SEADE como população não natural porém, permanente e residente no município de São Carlos. Os trabalhadores rurais entrevistados residiam nesse município há mais de cinco anos, e não mais se adequavam a operacionalidade do conceito de “migrante” proposto por essas instituições.

Essa evidência empírica do processo migratório estudado, somada à leitura atenta da Sociologia das Migrações, nos sugeriu a seguinte provocação: Por que, então, chamar esses trabalhadores rurais e moradores dos bairros considerados de migrantes, uma vez que por essa abordagem constituem população permanente da cidade de São Carlos?

Iniciamos a reflexão a partir de Sayad (1998) na qual a imigração de Argelianos para França colocava os migrantes a uma dupla contradição:

Não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se se trata de um estado mais duradouro mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade. Oscilando, segundo as circunstâncias, entre o estado provisório que a define de direito e a situação duradoura que a caracteriza de fato. (SAYAD, 1998, p.45)

Para esse autor, o que se soma a essa provisoriedade e o que define os argelianos na França enquanto migrante é o fato de serem essencialmente uma força de trabalho temporária e em trânsito. Esta noção é bastante similar àquela desenvolvida por Silva (2005) quando discute as *migrações permanentemente temporárias* realizadas por pequenos proprietários ou rendeiros do Norte e do Nordeste do Brasil para a Região Central e de Ribeirão Preto do Estado de São Paulo. Esses trabalhadores assalariam-se na safra de cana-de-açúcar que alimenta a indústria do agronegócio paulista.

Assim, persistimos na questão: o que é um “migrante” para nosso campo de estudo, considerando que as famílias tratadas nesta pesquisa mantêm “residência fixa” nos bairros que compõem a Cidade Aracy? Essa população não pode ser entendida à luz do trabalho de Sayad (1998) como constituída por indivíduos, cuja situação é provisória ou, como em Silva (2005), numa condição permanentemente temporária.

Nosso raciocínio seguirá a seguinte proposição: consideramos *migrantes* os indivíduos que, nos últimos anos, participaram ativamente ou não de um processo de reprodução das condições de vida familiar ou individual que, necessariamente, previa o deslocamento de locais os quais consideravam “espaços de vida”. Estes trazem consigo marcas desses espaços que os possam definir enquanto paraibanos, pernambucanos, mineiros, baianos, paranaenses *em* São Carlos.

A noção de “Espaço de Vida” utilizada aqui é derivada dos estudos de Courgeau (1976) e operacionada por Domenach e Picouet (1987) pelo conceito de “Residência Base”. Para os autores, *espacio de vida* corresponde à formação de rede de relações e eventos referenciados à vida familiar, econômica, política, cultural etc. Assim, a saída de uma residência para outra nem sempre implica a mudança no espaço de vida. As migrações sempre partirão de uma “Residência Base”, e todas as reconversões são direcionadas e relacionadas a esse espaço.

Nas palavras dos autores: “*La residencia base como el lugar o el conjunto de lugares a partir del cual (o los cuales) los desplazamientos tienen una probabilidad de retorno más elevada, cualquiera sea la duración de la estadía y en otro lugar, todo ello durante la vida de un individuo*” (DOMENACH; PICOUET, 1987, p.55). Esse conceito nos ajuda a pensar as identidades individuais dos migrantes que iniciaram ao longo de suas trajetórias vários deslocamentos, e nas quais, quando questionadas sobre seu local de origem, levam em consideração o conjunto de sentimentos e construções simbólicas que fizeram em espaços que não aquele que nasceram.

Os espaços de origem que podem ser ou não os locais de nascimento – ajudam os indivíduos a construir identidades regionais ou locais. As identidades dos trabalhadores rurais nem sempre estão vinculadas à região de nascimento, mas a outros “espaços de vida” formados no bojo do processo migratório. Não é o tempo de residência nem o local de nascimento que determina a identidade e o sentimento de pertencimento desses indivíduos aos locais que residem, mas a capacidade da construção de espaços de vida. Esses espaços serão sempre mapeados pelas possibilidades de retornos sejam eles definitivos ou não.

Para a literatura especializada na temática (SAYAD, 2000; FAZITO, 2010), o retorno é um elemento estruturante no processo migratório na medida em que alimenta os fluxos migratórios ao criar, nos indivíduos que ficaram, representações sobre os lugares ou de onde seus familiares migraram. Mas também pode representar condição essencial do processo migratório, pois, em alguns casos, se atribui “a idéia original para todo migrante de que seu projeto de deslocamento só encontra sentidos e o ciclo vital da migração se fecha no retorno à terra natal – um princípio simbólico que inscreve a circularidade nas migrações” (SAYAD, 2000 apud FAZITO, 2010).

Segundo Fazito (2010), a circularidade e a dinâmica das migrações podem provocar modificações no próprio tecido social do local que fora deixado pelo migrante. “Os

deslocamentos refundam os “territórios” e suas geografias pela inserção no campo social de novos sujeitos e relações sociais” (SAYAD, 1998; BOURDIEU, 1998 apud FAZITO, 2000, *grifo dos autores*).

As representações sobre os possíveis destinos migratórios são criadas nesses reencontros proporcionados pelas migrações de retorno, sejam elas permanentes ou não, e pelo fluxo de informações transmitidas pelos fios das redes sociais de relacionamento. Assim, os discursos dos retornados são sempre relevantes na medida em que oferecem informações preciosas e confiáveis sobre os possíveis espaços migratórios. Esses discursos operaram transformações no universo simbólico dos indivíduos e/ou das famílias.

Truzzy (2008), considerando as potencialidades das análises das redes sociais nas migrações internacionais, considera que:

Muitos decidiam emigrar após informarem-se previamente das oportunidades (e dificuldades) com imigrantes anteriores, seja por carta, seja quando retornavam. Estes podiam prover tanto *informações*, no tocante às perspectivas de emprego e alojamento iniciais, como *recursos*, por meio de remessas monetárias, que pudessem financiar e assim viabilizar a viagem. Cabe, nesse sentido, sublinhar o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, de modo a influenciar o comportamento de novos migrantes potenciais, estimulando ou restando projetos, expectativas e investimentos futuros. (TRUZZY, 2008, p. 203, *grifos do autor*)

A perspectiva de Truzzy (2008) valoriza a presença do membro ausente como se essa existência, de alguma maneira, reestruturasse materialmente e simbolicamente as vidas de seus familiares.

## 1.2 CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOCIOLOGICAS SOBRE FAMÍLIA NO BRASIL

Convencionou-se chamar de *família moderna* o tipo de organização familiar, surgida na Europa nos séculos XVII e XVIII que revolucionou as relações internas entre pais e filhos como mostrado por Ariès (1981) e Foucault (1975). A nova família estava calcada na dissolução das famílias extensas em prol da nuclearização dos lares. Logo,

em lugar da antiga sociabilidade quente, na qual a distância entre os sujeitos é relativamente menor, impõe-se a instauração da intimidade familiar, que, nesse contexto, deixa de ser fundamentalmente uma instituição de direitos privados com finalidade de transmissão de bens e

de nomes, passando a se constituir numa unidade moral e afetiva. (HEILBORN, 2004, p.63)

As noções de “amor” e “infância” tomam corpo nesses períodos. A criança é o epicentro da atenção familiar. Desde então a afeição e o controle recaíram sobre ela. A instituição tornou-se *locus* privilegiado para a execução do poder disciplinar. (Cf. FOUCAULT, 1975)

Em contexto brasileiro, os modelos organizadores das relações familiares são discutidos por uma longa historiografia sociológica e antropológica, cujos primeiros destaques referem-se à obra de Gilberto Freyre. Em *Casa Grande Senzala* (1933) e em *Sobrados e Mucambos* (1936), Freyre enfatiza a função socializadora da família brasileira. Para esse autor, a sociedade brasileira era organizada pela família patriarcal no interior da qual o poder de mando e decisão centrava-se na figura do patriarca.

As figuras freyrianas de “pai taciturno, mulher submissa, filhos aterrorizados” caracterizavam o sistema de relações familiares baseado no mando, sadismo e submissão ao poder masculino. A disposição mais comum do grupo era conhecida pela extensividade, pois, ao lado do núcleo familiar, se encontrava uma infinidade de agregados.

De acordo com Samara (1987), no plano conceitual, o impacto das definições freyrianas sobre a família impõe aos pesquisadores a necessidade de revisões contextuais, já que esse modelo não explica a diversidade dos arranjos familiares encontrados na própria historiografia. Assim. “confundiram-se aí vários conceitos: o de família brasileira, que passou a ser sinônimo de patriarcal, e mesmo e de família patriarcal, que passou a ser sinônimo de família extensa.” (p.30)

Segundo Correa (1981), a força do paradigma da família patriarcal marginalizou todos os possíveis tipos de organização existentes em nossa história. Fez com que ignorássemos “a multidão dos terceiros, dos anônimos tão ocupados em fazer a história que são por ela escassamente registrados. [...] Registra-se a casa grande e a senzala com sua sombra apagada ou luxuriante.” (CORREA, 1981, p.15) Logo, a trajetória da família brasileira, bem como da ocupação do espaço, seria constituída de maneira linear e contínua, restrita às interações sociais traçadas a partir do engenho.

No entanto, segundo Freyre, (1933, 1936), as transformações sociais ocorridas na virada do século XIX para o XX impuseram a decadência do patriarcado e o surgimento de novas instituições bem como novos valores sociais que estabeleceram nas famílias novas formas organizativas. Assim, costuma-se registrar que a família patriarcal perdeu espaço

para a família conjugal estabelecida a partir de meados do século XX com o advento da urbanização. O modelo conjugal é pensado como uma importante unidade de socialização que revê e rediscute valores e comportamentos da vida cotidiana. A noção de conflito é evidente e parte integrante dele. Torna-se constitutivo de papéis sociais reajustados pela dinâmica que pressupõe. (SARTI, 1994; MENEZES, 2002)

Essa nova perspectiva caracterizou-se pela nuclearização da família, que nem sempre significou a dissolução da extensividade da família brasileira, tanto para camadas mais favorecidas quanto para as menos abastadas. Para a primeira, ela significou troca de informações e manutenção do “*status quo*”, enquanto para camadas menos favorecidas significou suporte emocional em situações adversas como citado por Sarti (1996).

Para Bruschini (1987), se pensarmos que arranjos diversificados extrapolam as fronteiras do domicílio, o predomínio da família nuclear acaba não coincidindo com nossa experiência diária. A obrigação moral tornou-se o eixo das discussões sobre a família, sendo delimitada por este vínculo. Nas diversas conjugações, a família nuclear brasileira não é um ente isolado, mas uma rede em profunda articulação com outros núcleos; “tal articulação é significativa para a construção social da identidade, e, portanto, fundamental à compreensão da subjetividade dos indivíduos que compõem essa sociedade” (VELHO, 1987, p.82).

Já no tocante à *autoridade*, Candido (1951) considera que a família conjugal moderna brasileira é uma derivação da desintegração da família patriarcal, na qual a autoridade que estava no semblante do “chefe” foi sendo desmontada quando não dividida com as mulheres.

No Brasil, a partir da segunda metade do século XX, as noções de conjugalidade e de a divisão sexual do trabalho foram redefinidas. Para autoras como Vaitsman (1994) e Heilborn (2004), o debate feminista da década de 1980, trazendo à baila as noções de igualdade e individualidade, consolida o conflito entre homens e mulheres. Para a família, a conjugalidade não mais emerge do fato jurídico, mas “expressa uma relação social que condensa um estilo de vida fundado em uma dependência mútua e em uma dada modalidade de arranjo cotidiano, mais do que propriamente doméstico” (HEILBORN, 2004, p.12).

As diferenciações econômicas, políticas e sociais entre os gêneros tendem a ser relativizadas. Há a recusa do englobamento proposto na antiga hierarquia; “essa indiferenciação no par faz-se acompanhar da atenção quanto à equanimidade da

distribuição de tarefas domésticas que a convivência passa impor e pela exigência de uma paridade entre os membros no tocante ao aporte financeiro” (HEILBORN, 2004, p.114).

Assim, como apontado por Bilac (1997), a urbanização processou sérias mudanças na organização familiar alterando o tamanho dos domicílios, diversificando os tipos de agrupamento doméstico e reduzindo o número de famílias ampliadas, forçando a nuclearização dos domicílios. Outra tendência básica identificada pela autora é o aumento dos lares matrifocais ou monoparentais, cuja relação mãe-filho é bastante comum.

O estudo de Berquó (2001), a partir dos dados do censo demográfico de 2000, indica que as famílias chefiadas por mulheres têm aumentado nos últimos 30 anos. Seguindo esses dados, a autora afirma que, em 1970, as famílias monoparentais correspondiam a 13% das famílias consideradas; já em 1999 correspondiam a 26% da amostra. Para a autora

uma chefia feminina tem vários significados: uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou [porque]adultos, já saíram de casa, ou [porque] já faleceram, tendo ou não parentes e/ou agregados vivendo no domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa. (BERQUÓ, 2001, p. 2apud WOORTAMN, 2004).

Esses arranjos familiares formados por díades, mãe-filho(s) ou pai-filho(s), surgem em consequência das mudanças nos padrões econômicos, culturais e sociais do país. Como mostra Goldani (1994), mudaram as condições de reprodução da população, mudaram os padrões de relacionamentos entre os membros da família, os modelos de autoridades e a posição relativa da mulher.

Um aspecto que deve ser levado em consideração no debate contemporâneo sobre família é no que tange à chamada Transição Demográfica (Cf. BRITO, 2007), que indica a centralidade da mudança nos padrões de fecundidade. No Brasil, a diminuição dos grupos etários mais jovens e o aumento da população acima de 60 anos passaram a reformular o grupo familiar, proporcionando uma convivência mais prolongada entre as gerações (PATARRA et al., 2000, p. 2).

No Brasil, a mudança nos padrões de fecundidade esteve ligada a uma série de circunstâncias que coincidiram com a introdução da pílula anticoncepcional. Seguindo Patarra et al. (2000), podemos citar

à ampla extensão do sistema de crédito ao consumidor, permitindo acesso mais rápido a um consumo antecipado; à existência de sistema previdenciário que implica na percepção de que não mais a família constituem os suportes econômicos na velhice; os meios de comunicação em massa (particularmente a televisão) difundindo novos modos de vida e valores; os sistema de saúde e a chamada medicalização da vida cotidiana (PATARRA et al., 2000, p. 8).

Por esses fatores, foi gestada a ideia de inviabilidade das famílias numerosas, com muitos filhos, modificando de maneira significativa a organização dos lares. Outro aspecto apontado pelos autores é o aumento da gravidez na adolescência, o que elevaria a situação de vulnerabilidade entre as famílias.

### **1.2.1 Tipos de família**

Nesse trabalho, usaremos pelo menos três tipos para falar de arranjos familiares e suas relações. Assim, toda vez que nos referimos à *família*, estamos considerando grupo de pessoas que coabitam o mesmo domicílio por possuírem laços de consanguinidade e/ou afinidade. As relações sociais desenvolvidas pelo grupo familiar são marcadas por reciprocidade e conflito. (BRUSCHINI, 1988; SARTI, 1996; MENEZES, 2002; SALEM, 2006).

Podemos ainda considerar, seguindo Almeida et al. (1987, p.13), que a família “trata-se de uma representação social que diversos grupos e sociedades fazem das relações de aliança e de consanguinidade, sendo, nesse sentido, não uma realidade positiva visível, mas uma realidade simbólica – e, portanto, construída – que expressa, produzindo, reproduzindo e legitimando valores que transcendem as fronteiras do grupo”.

Assim, quando citamos *família*, temos pelo menos três noções representativas:

- Família nuclear ou conjugal: grupo formado pelo casal mais filhos (ARIÈS, 1981);
- Família extensa (Ampliada): grupo formado pelo casal, filhos e outros parentes, consanguíneos ou não (FREYRE, 1932);
- Famílias monoparentais: grupo familiar formado majoritariamente pelo vínculo mãe-filho(s) ou pai-filho(s)(FONSECA, 1996; BERQUÓ, 2000).

Os novos arranjos familiares proporcionados pela migração decorrem das modificações que esses grupos sofrem, ao longo de sua trajetória migratória. Nesse deslocamentos algumas famílias são rearranjadas, alguns membros ficam enquanto outros vão; quando não os arranjos familiares também são quebrados nos locais de destino.

### 1.3 AS REDES FAMILIARES E A MIGRAÇÃO

*“Migração é assim: um vem e vai puxando o outro.”*

(Marlene, migrante da Paraíba)

Neste trabalho, consideramos que as migrações ocorrem em um ambiente familiar. As redes familiares de relacionamento são *locus* de apoio e circulação de informações valiosas para o convívio da família migrante nos locais de origem e destino (MENEZES, 2002).

Segundo Truzzy (2008), a noção de rede pode ser tomada como um conceito, pois “concebe a sociedade como um conjunto de relações, e introduz uma dimensão da estrutura social entendida como estrutura de relações, o que é bastante diferente de imaginá-la como estruturada segundo categorias agregativas.” (TRUZZY, 2008, p.214)

E ainda, os grupos migrantes, nessa perspectiva,

não são considerados como meras categorias analíticas de homens ou mulheres, jovens ou idosos, habilitados ou não habilitados, pobres ou ricos, solteiros ou casados, militantes ou apolíticos, crentes ou agnósticos. Claro que indivíduos migraram, às vezes, sozinhos. Mas o fizeram como participantes de um processo social que se estendia muito além deles próprios. (TRUZZY, 2008, p.214-215)

Portanto, nessa abordagem, é enfatizada a importância dos laços familiares na formação das redes de relacionamento no processo migratório. Como destaca Durham (1973), a família tem papel fundamental no projeto migratório; as famílias chamam outras quando as condições são favoráveis ou se mudam para onde estão outras. Conforme Stolcke (1986), os laços de parentesco e amizade forneciam valiosos pontos de apoio na mudança dos trabalhadores para as cidades e na busca por emprego. O projeto migratório não é individual, mas, na maioria das vezes, articula todo o grupo; nesse sentido, as redes

de parentesco e de amizade ligam os migrantes e não migrantes nas áreas de origem e destino (MASSEY, 1988) ou nas áreas de rotatividade migratória (BAENINGER, 2011).

Por essas redes, circulam informações sobre trabalho e sobre as condições de vida nos possíveis espaços de migração; são redes de informação, como citado por Menezes (2002), e também é por elas que o capital inicial para o deslocamento é conseguido. É o grupo de irmão, tios, tias, primas, migrados que enviam remessas aos seus entes familiares, financiando assim suas migrações.

No caso brasileiro, a extensa literatura sobre migrações rurais-urbanas (SINGER, 1976; DURHAM, 1973; BILAC, 1988, MENEZES, 2002) tem demonstrado que o processo migratório geralmente realiza-se no âmbito familiar. O sucesso migratório depende das relações desenvolvidas no processo, bem como da gestão das relações no lá e no cá.

Em alguns municípios do Nordeste, como apresentado por Menezes (2002), os homens partem para o corte de cana-de-açúcar no estado de São Paulo enquanto as mulheres responsabilizam-se pelos roçados familiares e outras atividades que reforçam os laços sociais do grupo familiar. Essa perspectiva segue a linha de análise de Woortman (1990) na qual considera que, de fato, a migração tornou-se para muitas famílias a possibilidade de reprodução e permanência camponesa.

Para Woortman (1990), “a migração camponesa não é apenas consequência da inviabilidade de suas condições de existência, mas é parte integrante de suas próprias práticas de reprodução. Migrar de fato pode ser condição para permanência camponesa” (p.35), visto o caso dos migrantes sazonais que se assalariam no corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo (SILVA, 1999; ALVES, 2008; MENEZES, 2002). Ou os migrantes para a colheita do café em Minas Gerais (NOGUEIRA, 2010; CARMO, 2010).

Diferentemente do processo considerado acima, das migrações circulares (MARTINS, 1988), o deslocamento de caráter mais ou menos permanente é realizado em família. Segundo Bilac (1997), “o papel da família e das relações familiares como condicionantes importantes ao longo de todas as etapas do processo migratório: da decisão de migrar, dos arranjos econômicos necessários à implementação desta decisão, à integração e adaptação do migrante à sociedade urbana” (p.177).

A condição migratória, alerta Bilac (1997), introduz modificações nas definições de padrões nas relações familiares, na organização da própria residência e no ritmo do seu

ciclo vital que, neste trabalho, chamaremos de novos arranjos familiares proporcionados pela migração.

#### 1.4 FAMÍLIA, MIGRAÇÃO E MOBILIDADE SOCIAL: APROXIMAÇÕES SOBRE O SIGNIFICADO DE “MELHORAR DE VIDA”

A noção de “melhorar de vida” trabalhada na literatura sobre migração, como a encontrada no trabalho de Durham (1973), relaciona-se com a concepção de ascensão social. Essa noção considerava que a mudança de status social das famílias ou indivíduos por meio do trabalho da migração era sempre positiva. Ascender socialmente significava a mudança no status profissional e a melhora nos padrões de vida. A migração, nesse contexto, era o meio de ascensão social vivido pela maior parte da população rural que se deslocava para os centros urbanos. Nas décadas de 1960, 1970 e 1980 a migração era fator estruturante da ascensão social.

No entanto, paralelamente ao processo de reestruturação produtiva e crise econômica do final da década de 1980, o conceito de ascensão social fora sendo substituído pelos estudiosos da questão pelo conceito de mobilidade social. Esse paradigma analítico trabalhava com duas dimensões a da mobilidade ascendente e a mobilidade descendente. (PASTORE 1979; SCALON, 1999; JANNUZZI, 2001, 2004). Segundo Scalon (1999), a idéia geral de mobilidade social é importante, pois traz ao debate a discussão da desigualdade social no país. E mostra ainda a maneira como a distribuição dos bens sociais é realizada no espaço social. As análises de mobilidade social estão calcadas no movimento interclasses. O conceito de Classe Social é encontrado nos estudos de mobilidade por meio de duas discussões clássicas que opõem o conceito de Classe social de Karl Marx e Max Weber.

Jannuzzi (2004), considerando a tese de Pastore (1979), lembra que a formação da sociedade urbano-industrial brasileira teria sido acompanhada de um intenso processo de mobilidade social ascendente, cuja expansão dos serviços educacionais públicos teria sido um mecanismo importante para garantir a ascensão social. A mobilidade social é caracterizada nessa abordagem pela posição que os indivíduos ocupam na pirâmide social, entendida por meio da posição que eles desempenham no mercado de trabalho.

Assim, a mobilidade social “designaria, pois o movimento dos indivíduos ou famílias no interior do sistema de categorias socioprofissionais e por extensão do sistema

de classe” (JANNUZZI, 2004, p.4). A ocupação é posta nessa abordagem como construto operacional para medir a mobilidade social das famílias e indivíduos.

Nos últimos 50 anos a pirâmide social brasileira teria experimentado uma intensa modificação, com a diminuição da parcela de famílias na base e o aumento das parcelas situadas na classe média (PASTORE, 1979). Especialmente os filhos de trabalhadores rurais migrantes teriam efetuado mobilidade intergeracional ao ocuparem carreiras diferentes de seus pais ligadas ao mercado de trabalho urbano.

Baltar e Dedeca (1997) se posicionam de maneira crítica aos encantamentos dos números positivos da mobilidade social no Brasil, ao considerarem que “o volume de mobilidade social não teria significado melhora efetiva nas condições de vida de uma massa considerável de trabalhadores vindos do campo” (BALTAR; DEDECA, 1997, apud, JANNUZZI, 2002, p.8), visto que como posto por Bianchi (1983), a mudança do campo para cidade implicou a elevação dos custos de vida da família e expôs os migrantes ao mercado de trabalho informal.

Já na década de 1990, segundo Jannuzzi (2004), a migração e a industrialização perderam a força transformadora das décadas passadas, e a mobilidade que outrora era desigual e restrita, porém ascendente, tendeu a apresentar-se de maneira descendente dada “as condições gerais do mercado de trabalho urbano [...], com baixa expansão do emprego formal, aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado e fortes oscilações do nível de desemprego e rendimento médio.” (JANNUZZI, 2004, p.3)

Nesse contexto, a percepção de “melhorar de vida”, encontrada nas falas dos migrantes e em diversos trabalhos sobre migração, é deslocada e não mais se relaciona estritamente com os ganhos econômicos conseguidos com a migração. Há, portanto, outras dimensões e motivações no que tocam os condicionantes do processo migratório que serão consideradas. Assim sendo, não devemos tão somente relacionar a ideia geral de “melhorar de vida” com mobilidade social, cujo caráter economicista é estruturador.



## **CAPÍTULO II: ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E POPULACIONAIS DA REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL: MIGRAÇÃO E TRABALHO RURAL EM SÃO CARLOS-SP**

O espaço social no qual se inserem os migrantes chegados na cidade de São Carlos entre os anos 1980 e 2000 é profundamente marcado por seus antecedentes socioeconômicos. A grande periferia, objeto desse estudo, surgiu da expansão urbana das últimas décadas em que estão presentes diversos fluxos migratórios. Este capítulo apresenta aspectos históricos, econômicos e sociais que conduziram à formação do município.

O município de São Carlos está localizado na Região Administrativa Central<sup>4</sup> e conta atualmente com uma população de 221.950 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011). Possui uma economia diversificada e fundamentada nas atividades industriais, das quais se destacam algumas empresas multinacionais como, Faber-Castell, a montadora Volkswagen, Husqvarna, Tecumseh, Eletrolux., bem como algumas unidades de produção de empresas nacionais dentre as quais destacam-se Toalha São Carlos, Tapetes São Carlos, Prominas Brasil, Papel São Carlos, Opto Eletrônica, Latina e Sixtron Company. No que toca a produção da agropecuária, destaca-se a produção de cana-de-açúcar, laranja, laticínios e avicultura.

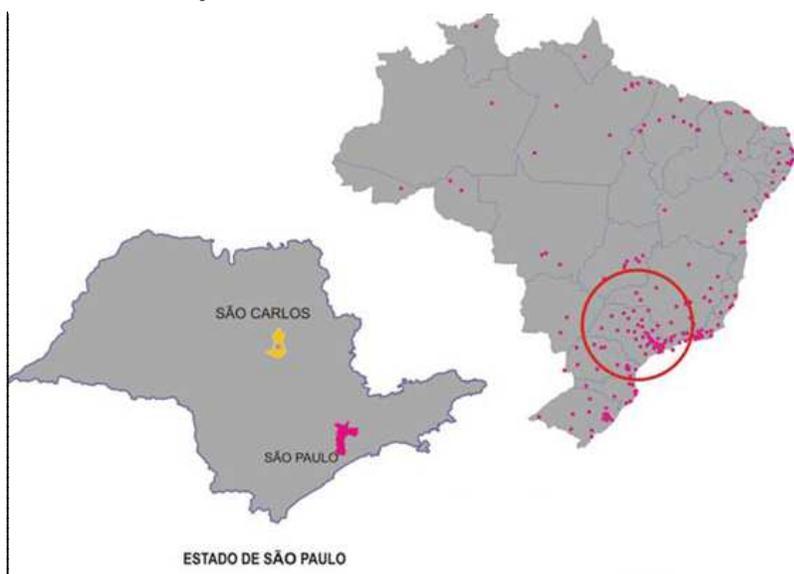
O município está localizado a 232 km da capital, cujo acesso rodoviário entre as duas cidades se faz pela rodovia Washington Luiz. Como boa parte das cidades do oeste paulista, São Carlos é resultado do ciclo do café, e sua industrialização derivou-se do

---

<sup>4</sup> Em 1967, o Decreto Estadual nº 48.162, alterado pelo Decreto nº 52.576, de dezembro de 1970 estabeleceu e classificou 11 e 48 sub-regiões do estado de São Paulo segundo afinidades para a distribuição de órgãos da administração estadual. O município de São Carlos era pertencente à Região Administrativa de Ribeirão Preto. No início da década de 1980, o Decreto nº 22.970 manteve a classificação de Região Administrativa, subdividindo as áreas sobre a designação de Região de Governo (RG) e, por fim, o Decreto nº 32.141 de agosto de 1990 alterou definitivamente a distribuição dos municípios ao criar a Região Administrativa Central, que, como Barretos e Franca, fora desmembrada da Região Administrativa de Ribeirão Preto. Atualmente, o Estado de São Paulo é dividido em 15 Regiões Administrativas e 42 Regiões de Governo. Fonte: Biblioteca Virtual do Governo do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.bv.sp.gov.br>>. Acesso em: 15 jan. 2012.

processo técnico alavancado pela antiga lavoura (TRUZZY, 2000). A partir dos anos 1970, seu dinamismo econômico foi consequência de uma série de incentivos estaduais e federais e da vinda de duas grandes Instituições de Ensino Superior (IES), a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e a Universidade de São Paulo (USP), cujas áreas de ciências exatas em ambas IES conferiram à cidade o caráter tecnológico tal como é hoje conhecida como pioneira nacional nesse campo. Foi também por volta da década de 1970 que atingido por diversos fluxos migratórios o município consolidou sua expansão demográfica.

Mapa 1 - Localização do Estado de São Paulo e localização do município de São Carlos em relação ao Estado de São Paulo



Fonte: SMHU, Localização de São Carlos (2002), apud Lima 2007

## 2.1 BREVE ANTECEDENTE HISTÓRICO: A ABERTURA DE CAMINHOS PARA O OESTE PAULISTA

Para a longínqua capital, os campos de *aracoara*<sup>5</sup> tornaram-se importantes ainda no século XVIII devido à descoberta de ouro em Cuiabá e Goiás. Assim, houve a necessidade de as autoridades portuguesas abrirem novos caminhos que partissem de São Paulo e

<sup>5</sup>Denominação dada pelos índios guaianases moradores desta região. O nome Aracoara referenciava ao sol que nascia da escarpa presente; em tupi-guarani, designa morada do sol. Os campos, ou sertões correspondiam à porção do planalto ocidental paulista, de origem arenístico-basáltica. (MANO, 2006)

atingissem a nova mina. Segundo Benicasa (2003, p. 43), “Para chegar a Cuiabá era utilizado o Tietê e outros rios navegáveis, mas havia aí o perigo de ataques dos índios paiaguá e as dificuldades de corredeiras e saltos em precipícios, que dificultavam o acesso dos bandeirantes e arrefeciam os ânimos dos aventureiros”.

Somado ao desejo de alcançar as terras das regiões mineradoras, as especulações sobre a existência de ouro na região também atraíram populações para os campos. Todavia, a quantidade de ouro encontrada era pouco relevante, e assim “os primeiros mineradores, desiludidos com a não existência ou escassa ocorrência do metal, teriam sido obrigados a desenvolver outras atividades para o próprio sustento” (BENICASA, 2003, p. 47), já que a distância entre os campos e os centros exportadores era significativa. Era comum a plantação de lavoura de subsistência e criação de gado. O interesse pelas terras também advinham da capacidade de estes produtores abastecerem as tropas em direção às minas de Goiás e Cuiabá.

Naquela época, o governo imperial começou a financiar a militarização deste espaço, não somente através da escoação de riquezas auferidas pelas explorações de metais, mas também como política de ocupação das fronteiras.

Em momentos decisivos de tomada de posse de terra, quando dos combates contra índios e espanhóis, praticamente toda população masculina era convocada para a defesa do território. As forças armadas da capitania compunham-se de tropas de linha, que eram regulares e profissionais organizadas em regimentos e compostas por portugueses; vinham, em seguida, as milícias, cujos praças e oficiais eram recrutados nas freguesias, entre civis e não eram remunerados. Havia ainda os corpos de ordenanças, que reuniam todos os homens de onze a sessenta anos, não dispensados do serviço militar. (GORDINHO, 2004 p.14)

Segundo Gordinho (2004), porém, somente com a decadência da mineração e a necessidade de povoar os vales do Tietê e do Paranapanema – dada às constantes tentativas de invasões dos espanhóis –, a região de fato foi tradicionalmente “povoada”, via concessão de cartas de sesmarias e do afastamento das populações indígenas que ali residiam. Das várias etnias indígenas que circularam pelo cerrado araraquarense, destaca-se a presença de Guaranis ou Carijós – trazidos, segundo Mano (2006), pelos paulistas da região Paraná – Paraguaia, estes teriam permanecido nesta região até finais de 1880. Assim:

A documentação histórica dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX traz informações sobre índios Guarani, Cayapó, Kaingang, Bororo, Xavante e

Payaguá. Apesar disso, a historiografia regional insistiu na menção a uma suposta ocupação de índios Guayaná. No entanto, esse etnônimo não representa uma realidade etnográfica, mas deve antes ser entendido como uma construção que os intérpretes do contato, falantes do nheengatu, fizeram de povos arredios ou hostis que não compartilhavam características Tupi ou Guarani. Deste ponto de vista, e ao contrário do que pensa uma secular historiografia regional, nunca existiu uma nação Guayaná nos Campos de Araraquara. (MANO, 2006, p.371)

Desde então, segundo Benicasa (2003), uma população heterogênea foi se formando, composta por escravos, remanescentes dos povos indígenas catequizados, portugueses desbravadores, mineiros e caboclos de outras regiões advindas das antigas regiões mineradoras. Em 1817, foi criada a freguesia de São Bento de Araraquara, o primeiro povoado dos sertões. Toda região a ser posteriormente desmembrada é derivada desta primeira formação.

A consolidação da área firmou-se após 1830 com a introdução da lavoura cafeeira. A exigência de grandes contingentes de mão-de-obra para o cultivo do café determinou o salto populacional desta área; advindos da Europa, os imigrantes italianos, espanhóis e portugueses favoreceram a consolidação dos núcleos rurais e urbanos formados. O desmembramento dos campos de Araraquara é consequência deste processo desencadeado nos finais do século XVIII ecoando por todo século XX.

O município de São Carlos surgiu então no ano de 1857 a partir do desmembramento dos “Campos de Araraquara” ou “Sertões de Araraquara” designação correspondente à porção de terras ao norte do rio Piracicaba. Os campos iniciavam-se na região do Morro de Araraquara, estendendo-se até a nascente do rio Jacaré-Pipira. Os Campos ou Sertões de Araraquara foram descobertos no ciclo da mineração, no século XVIII, quando se abriram ligações viárias em direção ao sul da Província de Goiás. Os pedidos de carta de sesmaria na região deram-se no final do século XVIII e intensificaram-se a partir de 1810. A grande expectativa sesmeira era encontrar ouro na região. No território em que se formou o município de São Carlos, foram concedidas três sesmarias: a do Pinhal, Quilombo e Monjolino. (DEVESCOVI, 1987; TRUZZY, 2000; BENICASA, 2003; GORDINHO, 2004)

O desmembramento dos “campos de Araraquara” foi iniciado em 1844 com a criação do município de Descalvado; em seguida, Brotas em 1853; São Carlos do Pinhal, em 1865 e Jaboticabal, em 1967 (FUNDAÇÃO SEADE, 1983). Ainda em relação à fundação do município de São Carlos, a sesmaria do Pinhal fora concedida em 1781 ao

Cirurgião-mor<sup>6</sup> do Regimento dos Voluntários de São Paulo, Manoel Martins dos Santos Rego; cinco anos depois foi vendida à Carlos Bartholomeu de Arruda Botelho, sargento-mor<sup>7</sup> de Itu e futuro avô do Conde do Pinhal. A Sesmaria do Monjolinho foi demarcada em 1811 e administrada por João Alves de Oliveira. Já a Sesmaria do Quilombo, localizada no atual distrito de Santa Eudóxia, era habitada por negros fugidos e apossada no final do século XVIII, pelo Padre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel, originário de Piracicaba.

Os pedidos de cartas de sesmaria nos “campos” eram feitos comumente por proprietários estabelecidos no “quadrilátero do açúcar”<sup>8</sup> principalmente em Itu e Piracicaba. Contudo, no início do século XIX, a justificativa mais comum que acompanhava os pedidos de terras nesta região era para criação de gado. Naquele momento, a criação de gados constituía uma alternativa de exploração das novas terras, dada a impossibilidade de iniciar a exploração agrícola visto que o número de trabalhadores escravos era escasso.

Segundo Truzzy (2000, p.25), “em 1831, a pedido de Carlos José Botelho, filhos de Carlos Bartholomeu de Arruda, foi demarcada a sesmaria do Pinhal, em 1840, por iniciativa do mesmo, foram plantadas, ao lado de outras culturas mais importantes, os primeiros pés de café da região”. A sesmaria do Pinhal tornou-se uma das mais importantes produtoras de café da região dos Campos; até a chegada dos imigrantes, as lavouras eram tocadas por braços escravos. A importância da lavoura cafeeira no município era observada pelo volume da produção na localidade, que girava em torno de 140.000 arrobas em 1876 e em 1881 a 250.000 arrobas.

Segundo Devescovi (1985), ainda que as lavouras de café nesta cidade fossem presentes desde a década de 1840, a lavoura somente tornou-se comercial a partir de 1860 quando, por meio de iniciativas particulares, alguns obstáculos à produção começaram a ser superados. Antes de 1960, o sistema era estrangulado pela escassez de mão-de-obra e pela distância dos núcleos exportadores. A partir de 1884, com a chegada da ferrovia e fontes contingentes crescentes de imigrantes que chegavam à cidade, consolidou-a enquanto produtora de café.

---

<sup>6</sup> Segundo Gordinho (2004), era considerado cirurgião aquele que tivesse exercido tarefas afins em algum hospital. Os cirurgiões atendiam o público mediante pagamento e seu reconhecimento dava-se pela nomeação do rei para o cargo de Cirurgião-mor.

<sup>7</sup> De origem portuguesa, Carlos Bartholomeu, acumulou riquezas por sua atuação como militar, obtendo visibilidade pós a atuação na colônia de Iguatemi, localizada em Mato-grosso delimitava e marcava as terras portuguesas.

<sup>8</sup> Região delimitada pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá, Itu, Capivari, Porto Feliz, Campinas e Mirim (CANABRAVA, 2000).

Segundo Cano (1998):

Das vinte ferrovias existentes em 1910, São Paulo, apenas duas eram de propriedade do governo federal, uma do governo estadual, uma do capital estrangeiro, e as restantes 16 de propriedade nacional privada, destacando-se entre estas a Mogiana e a Paulista. Até 1883, a Mogiana e a Paulista, juntas, totalizavam apenas 200 km de penetração além de Jundiá; quando se inicia a nova, expansão de plantio, em 1886 essas duas estradas já haviam penetrado 611 km, e ao final dessa expansão (1987) já contavam com mais de 1.600 km. Além de outros, os fazendeiros de café foram os grandes organizadores e investidores da maior das ferrovias paulistas. (p.63-64)

A ferrovia, primordial à estruturação do complexo cafeeiro, foi estendida de Rio Claro a São Carlos, no ano de 1884, pela iniciativa de Antonio Carlos de Arruda Botelho. Rente à ferrovia, foram constituídos pequenos núcleos populacionais para atender as atividades complementares derivadas da implantação da ferrovia. Como exemplo disso, podemos citar o bairro de Vila Prado<sup>9</sup> em São Carlos. A ferrovia além de impulsionar a urbanização e a produção de uma rede articulada entre cidades, ainda, segundo Cano (1977) e Devescovi (1987), possibilitou a ampliação da acumulação do capital regional e nacional, pois propiciou uma redução dos custos de transporte elevando economicamente a produtividade física do café.

O café, a partir desta época, propiciou o surgimento de um núcleo comercial urbano apoiado na comercialização de produtos e captação de importados direcionados às fazendas produtoras. O sistema de grande lavoura cafeeira, em princípio, fora implantado por meio da utilização do trabalho escravo. Os escravos, na maioria das vezes, eram trazidos das propriedades rurais pertencentes aos proprietários das terras. Com a abolição da escravatura, o trabalho escravo parcialmente foi extinto, e os escravizados “vieram para a cidade, se aglutinados na periferia, juntamente na saída da estrada que ligava São Carlos à dita Fazenda (Palmital), e formou um bairro de negros, existentes ainda hoje, conhecido por Vila Isabel” (TRUZZI, 2000, p.52).

A fundação do município de São Carlos, em 1857, é simultânea ao declínio do regime escravista no Brasil; a lei de extinção do tráfico negreiro em 1850 já demonstrava que o número de trabalhadores escravos diminuiria deste modo. Porém, em 1874, eram 1.568 escravos presentes em São Carlos, aumentando esse número para 3.726, em 1887.

---

<sup>9</sup>Sobre assunto ver: MACIEL, 2008.

Assim, num primeiro momento, essa lei não impactou na diminuição desses trabalhadores na região de São Carlos.

A maioria dos escravos trazidos às sesmarias do Pinhal, Monjolinho e Quilombo, que hoje constituem o município de São Carlos, advinham de municípios vizinhos que possuíam propriedades nestas outras localidades. Exemplo disso são os escravos de João Alves de Oliveira, procedente de Minas Gerais, da sesmaria do Monjolinho, localizada rente aos terrenos da Sesmaria Pinhal.

**TABELA 1** - População Escrava – São Carlos e região (1874-1887)

<b>Municípios</b>	<b>1874</b>	<b>1883</b>	<b>1884</b>	<b>1885</b>	<b>1886</b>	<b>1887</b>	<b>Total</b>
<b>São Carlos</b>	1.568	3.465	3.774	3.773	2.982	3.726	19.288
<b>Araraquara</b>	1.626	2.247	1.828	1.811	1.300	1.627	10.439
<b>Rio Claro</b>	3.935	4.852	4.980	4.886	3.304	4.709	26.666
<b>Total</b>	7.129	10.564	10.582	10.470	7.586	10.062	56.393

**Fonte:** 1847 e 1886(CAMARGO apud TRUZZY, 2000, p.43)

A partir de 1850, com a abolição do tráfico negreiro e a iminente falência do sistema escravista, o subsídio à imigração internacional fora adotado como estratégia para a resolução do problema da falta de mão-de-obra. Já em 1850, Vergueiro empreendeu pioneiramente a imigração europeia para os cafezais paulistas, a parceria. (STOLCKE, 1986).

Em 1850, foi aprovada uma Lei de Terras que consolidava os direitos da propriedade privada e tencionava impedir que os imigrantes se tornassem proprietários, ao simplesmente se estabelecerem em terras públicas. A existência de vastas extensões de território não-ocupado colocou, de fato, um sério obstáculo no emprego da população nacional dispersa de trabalhadores livres, que nunca constituíram uma parcela significativa da fora de trabalho das fazendas no século XIX. (STOLCKE, 1986, p.22)

No entanto, ainda seguindo o argumento de Stolcke (1986), a falta de exatidão na gestão do sistema de parceria promoveu o surgimento de outro regime de trabalho, o colonato. Este regime consistia num sistema misto de remuneração, entre pagamento mediante tarefa e mediante medida colhida. Esse sistema prevaleceu na cafeicultura entre 1880 até meados da década de 1960.

Antonio Carlos de Arruda Botelho, através de uma iniciativa particular, seguindo o que já se processava na região de Rio Claro, financiou a primeira leva de imigrante para a região; foram 100 famílias alemãs que se instalaram em sua fazenda em 1876. Porém, até 1904, a maioria dos imigrantes estabelecidos em São Carlos vinha da Itália, das regiões setentrionais. Em 1886, cerca de 1/8 (2.051 habitantes) da população total do município (16.104 habitantes) era constituída por imigrantes estrangeiros, dentre estes, 1.050 eram italianos; em seguida, os portugueses (464) e alemães (371). Neste momento, o município de São Carlos era reconhecido como um polo de atração de imigrantes. Muitos destes estabeleceram-se nas fazendas da região sobre o sistema de colonato. Nos anos de 1894 e 1895, o número total de imigrantes aportados em São Carlos chegou à cifra de 8.232; nestes anos, a cidade em relação ao estado de São Paulo ocupou o primeiro e segundo lugar em número de imigrantes saídos da Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo. Nos anos seguintes, a cidade continuou a receber levadas de imigrantes em menor escala, mas ainda significativas (TRUZZY, 1999).

A imigração estrangeira constituiu-se como fator magno no crescimento populacional rural e urbano. Já em 1899, dos 10.396 habitantes, 66% da população rural eram de italianos, e somente 14% eram brasileiros natos (brancos e libertos). Neste momento, São Carlos também recebeu contingente de migrantes nacionais, mas os registros de números concretos são pouco conhecidos como citado por Neves (1984).

O ciclo do café – diferentemente dos outros – conseguiu criar uma multiplicidade de atores sociais, bem como gerou à sua volta uma economia diversificada para atender as necessidades que a produção impunha como roupas, gêneros alimentícios e outros artigos de consumo popular. Em São Carlos, é conhecido o incentivo dado pelos latifundiários em atividades industriais que favoreciam o beneficiamento dos produtos agrícolas como o caso do café (FERNANDES, 1975).

Os imigrantes europeus, segundo Fernandes (1975), tiveram uma participação significativa no surgimento das atividades industriais visto que, ao constituírem esse projeto imigratório, trouxeram consigo um rol de atividades, técnicas e perspectivas que alavancaram o processo de industrialização no Brasil.

Outro aspecto importante para a industrialização de São Carlos fora a introdução da cidade na malha ferroviária e das redes de energia elétrica, estrutura derivada do café. A ferrovia, localizada na porção sul do município, constitui-se como área privilegiada para a implantação das primeiras fábricas, dada a facilidade do embarque e desembarque de

matérias-primas e mercadorias finais, sem contarmos o rol de atividades ligadas à própria ferrovia que propiciava o surgimento de atividades industriais como serrarias, fundições entre outras.

Apesar da crise do café em 1929, os núcleos urbanos no Oeste Paulista caminhavam para consolidação da vida urbana. Neste momento, o café, antiga mola propulsora de desenvolvimento, teve que ser substituído por outras culturas como a de algodão, que sustentou a indústria têxtil da região, a de milho, de laranja, de arroz, entre outras, que impulsionaram a indústria alimentícia.

Durante toda a década de 1930, estas indústrias não obtiveram níveis significativos de produção dada à concorrência sofrida pelo parque industrial da capital. A indústria regional somente torna-se expressiva durante o processo de substituição das importações da década de 1940. A desarticulação da economia cafeeira determinou o êxodo rural e gerou uma demanda pela diversificação da malha industrial da região (LIMA, 2008).

Somada à crise do café, a Segunda Guerra Mundial também aqueceu a produção industrial. “Os maiores estabelecimentos puderam aumentar espetacularmente sua produção, exaurindo o equipamento disponível, trabalhando em turnos corridos e também diversificando a sua produção. É o caso, por exemplo, da Companhia Fiação e Tecidos São Carlos” (TRUZZY, 2000, p.135), a qual sua eficiência caracterizou-se pelo domínio de vários setores ligados à produção de fios, através da integração vertical.

Já no pós-guerra, mesmo várias fábricas entrando em decadência por conta da crise econômica instaurada; algumas indústrias se instalaram e consolidaram-se dado o vínculo com o exterior. Tal vínculo favorecia a importação de tecnologia. São os casos da “Tapete São Carlos”, a qual existe até hoje, localizada no alto da Vila Nery; e da Conserva Alimentícia Hero, fundada em 1951 e falida em 1995.

O circuito produtivo, formando nesta época, contava com a instalação das Indústrias Pereira Lopes Ltda., que, em 1945, detinha a tecnologia de produção de motores elétricos para a fabricação de geladeira, setor produtivo ainda hoje existente na cidade, e, em 1960, a tão expressiva Companhia Brasileira de Tratores (CBT) falida nos anos 1990.

Assim, de acordo com Truzzy (2000, p. 139), “ao iniciar a segunda metade do século XX, a cidade havia logrado construir um parque industrial relativamente expressivo, cuja maior peculiaridade em relação àqueles de sua região fosse talvez sua diversidade”.

## 2.2 ASPECTOS GERAIS DA INTERIORIZAÇÃO DA INDÚSTRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO E A CIDADE DE SÃO CARLOS

De acordo com Cano (1988), o estado de São Paulo ditou novas formas de acumulação baseadas na produção industrial, cujos determinantes estavam calcados no tipo de relações capitalistas emergidas durante todo ciclo de café.

Ao contrário das demais regiões, São Paulo contou com os elementos fundamentais para sua expansão diversificada e concentradora: avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado “interno” e desde muito cedo uma avançada agricultura mercantil, mesmo se excluído o café. Daí decorre a concentração industrial, já antes de 1930, sua estrutura industrial era a mais avançada do país (CANO, 1998, p. 25).

Somado a estes fatores, São Paulo herdou uma infraestrutura de transporte ferroviário, de portos marítimos e comunicação que, num mercado de trabalho em formação, segundo Cano (1998), reduziria os custos de produção industrial, alavancando a produtividade.

A integração da ineficiente indústria das outras regiões juntou-se à indústria de São Paulo por meio do abastecimento de matérias-primas e itens de primeira ordem. A periferia nacional atuava de maneira complementar e dependente de seu mercado de insumos, bens de capital e produtos finais, a indústria de vários segmentos que se desenvolvia em São Paulo; tamanha era, até a década de 1970, a concentração das atividades nesta capital (CANO, 1998).

Em 1972, foi lançado o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), pelo governo Médicis, que visava à criação de novas regiões metropolitanas, substituído em 1974, pelo Governo Geisel pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento, que previa a desconcentração industrial de regiões metropolitanas, crescendo de maneira descontrolada. Esse plano continha diretrizes para a aplicação de recursos estatais em cidades médias que tivessem o potencial de tornarem-se polos irradiadores de desenvolvimento (NEGRI, 1996).

O II Plano Nacional de Desenvolvimento apontava: “a excessiva concentração urbana, que ocorria, sobretudo nas regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, estava acarretando sérios problemas de congestionamento, superpopulação e poluição, em detrimento da qualidade de vida e do equilíbrio social” (NEGRI, 1996, p.175). O Plano, em seguida, definiria a estratégia do desenvolvimento urbano que privilegiaria a desconcentração inter-regional do sistema urbano dominante na região sudeste por meio do

esforço de evitar o crescimento excessivo de grandes aglomerações urbanas, principalmente, em São Paulo e no Rio de Janeiro, transferindo somente a outras regiões problemas sociais e ambientais destas regiões.

A partir dos anos 1970, alguns governos municipais, na perspectiva de modernizarem suas cidades, adotaram medidas, comprometendo recursos para subsidiar a vinda do capital produtivo. Segundo Negri (1996), o Programa de Interiorização do Desenvolvimento (Proinde) e política de descentralização industrial consistia

em programas de investimento em infra-estrutura econômica e social do interior, no sentido de ampliar a malha viária estadual, facilitando as ligações rodoviárias entre os principais centros urbanos e entre estes a região metropolitana e no sentido de adequar a infra-estrutura econômica e social – rede de saneamento básico, pavimentação asfáltica, das principais vias públicas municipais obras de artes (viadutos e pontes) facilitando o acesso aos núcleos urbanos, construção de equipamentos sociais (escolas de primeiro grau) e financiamento para construção de núcleos habitacionais.(NEGRI, 1996, p.183)

A partir de então, realizaram-se, por exemplo, investimentos pesados em infraestrutura nos municípios de Campinas, Sorocaba, São José dos campos, Americana, São Carlos, Piracicaba, Limeira, Jacareí, Jundiaí, Araraquara, Ribeirão Preto, entre outras (CANO, 1988).

Ainda em 1974, o governo estadual lançou, seguindo as diretrizes do II PND, o Programa Cidades Médias com o objetivo de criar polos regionais de desenvolvimento que favoreceriam a desconcentração industrial e urbana da cidade de São Paulo. Segundo Negri (1996), o município de São Carlos fora incluído na Região Administrativa de Ribeirão Preto, e os principais investimentos obtidos foram em saneamento básico, transporte e rede rodoviária. Conforme esse autor,

A melhoria da infra-estrutura econômica, e social do espaço interiorizado, o desenvolvimento de seus principais centros urbanos, a rede montada por mais de uma centena de distritos industriais e as facilidades de acesso às principais fontes de recursos hídricos contribuíram para a interiorização da indústria em São Paulo (NEGRI, 1996, p. 185).

A partir de 1970, viu-se a instalação de filiais de empresas de grande porte no interior do estado bem como as transferências de unidades da metrópole para o interior. Estes são fatores que contribuíram para a aceleração do processo de modernização e diversificação de sua indústria e ampliação da participação relativa de importantes ramos

industriais. Nesse sentido, Negri (1996) aponta as indústrias de material de transporte, material elétrico e de comunicações, mecânicas, metalurgia e matéria plástica, química e produtos farmacêuticos, entre outras.

Segundo Devescovi (1988), São Carlos apresentava em 1940 cerca de 117 estabelecimentos com 2.566 empregados; já no ano de 1975, possuía 376 com 11.122 funcionários, demonstrando a relevância das políticas de interiorização da indústria para esta cidade e incentivos outros.

A partir dos anos 1980, surgiu outro aspecto relevante para entender a indústria e setor de serviços surgidos em São Carlos. A aliança entre universidade e empresa elevou o nível técnico das atividades desenvolvidas neste município. A criação de inovação tecnológica tornou uma característica importante no surgimento de novos postos de trabalho extremamente especializados.

Em 1984, por meio da associação de professores e de alunos das universidades localizadas na cidade, surgiu o Parque Tecnológico de São Carlos (ParqTec), o primeiro a criar, na América Latina, uma incubadora de empresas de alta tecnologia. Atualmente, o Parque conta com mais de 80 empresas dos diversos ramos.

Segundo dados do Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial (IED), na cidade de São Carlos somam mais de 120 empresas deste porte. Segundo Ferreira (2000), trata-se de empresas de tecnologia intensiva que atuam em áreas consideradas de "tecnologia de ponta" tais como microeletrônica, informática, robótica, mecânica de precisão, química fina, cerâmica térmica, ótica, entre outras. Grande parte dessas empresas nasceu da relação com as universidades e/ou dentro dessas instituições.

O exemplo mais bem acabado desta relação é a Opto Eletrônica, surgida em 1985, com a iniciativa de alunos e professores da Universidade de São Paulo – Campus de São Carlos. Essa empresa desenvolveu o primeiro laser em escala industrial do Brasil e, ao longo do tempo, especializou-se em óptica de precisão, antirreflexo, componentes ópticos e lasers para indústria, área médica e ciência em geral. Atualmente, emprega mais de 400 funcionários produzindo espelho refletor cirúrgico, amplamente utilizado em consultórios odontológicos, abastecendo, segundo dados do IED, mais de 50% do mercado mundial.

Entre os clientes da Opto estão a Companhia Vale do Rio Doce, Companhia Siderúrgica de Tubarão, Mercedes Benz, Volvo, Volkswagen, BMW, Cosipa, Pirelli, Michelin, Goodyear, Bridgestone, Fotoptica, e Dabi Atlante. E desde o ano passado a divisão aeroespacial da Opto é parceira do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) e

está desenvolvendo a câmera Mux para o Satélite Espacial Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS). A empresa trabalha também com a Aeronáutica, o Exército e diversos institutos de pesquisas do governo brasileiro. (IED, 2000, p. 4)

Estas condições fizeram o município ser reconhecido como um tecnopolo, isto é, nos termos de Ferreira (2000) de modo genérico, arranjos organizacionais de inovação, que pressupõem duas características principais: concentração espacial de instituições de ensino-pesquisa associadas a empresas de base tecnológica e a existência de parcerias entre estas instituições com outros órgãos da iniciativa pública e privada visando a reunir condições favoráveis à formação de um ambiente inovador.

Além das universidades já citadas, há outros atores e instituições que marcam o contexto deste tecnopolo: a cidade ainda conta com outras instituições como SEBRAE, Embrapa, FIESP, CIESP, SENAI, que atuam no desenvolvimento de pesquisas e produtos, consolidando a imagem de tecnopolo que o município possui.

### **2.2.1 Reestruturação produtiva: indústria e agroindústria de São Carlos**

A reestruturação produtiva é um processo em curso nas economias capitalistas globais desde a década de 1970 (OFFE, 1989; HARVEY, 1992; ANTUNES, 1995; GOUNET, 1999). A profunda recessão de 1973 ocasionada pelo choque do petróleo colocou em movimento, segundo Harvey (1992), um conjunto de processos que abalaram o compromisso fordista com o surgimento da acumulação flexível. Para Harvey (1992, p. 141),

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracterizam-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Segundo o argumento de Leite (1994), no contexto da reestruturação produtiva, países considerados periféricos ou subdesenvolvidos, como o Brasil, somente foram afetados no início dos anos 1990.

Para o Brasil, a reestruturação produtiva significou, segundo Leite (1994), a introdução de novas tecnológicas produtivas robóticas, microeletrônicas e de máquinas; a

introdução do modelo japonês de gestão do trabalho baseado no Círculo de Controle de Qualidade (CCQ) e a gestão de estoque via *Just-in-time* foram diferenciais no cerne das indústrias e regiões do país. As indústrias automobilísticas estavam, nesse sentido, na ponta do processo.

A necessidade desta reorganização das relações de produção e a trabalho derivavam do aprofundamento da crise econômica e política no país nos anos 1990, limitando o mercado interno, forçando as empresas a posicionarem-se no exterior se quisessem permanecer no mercado. Leite (1994) ainda enfatiza que a abertura desta economia, desde o governo Collor, obrigava as empresas a melhorarem suas estratégias de produção e qualidade para fazer frente ao mercado internacional.

Paralelamente aos novos processos produtivos, a terceirização de novas atividades era recorrente; a meta era tornar-se empresas produtivas menores, mais especializadas, voltadas a resultados econômicos mais eficientes e facilmente gerenciáveis. Nesse sentido,

o movimento consiste na tentativa de concentrar os esforços da empresa na produção daqueles produtos sobre os quais ela detém evidentemente vantagens competitivas, externalizando a produção dos demais componentes necessários à produção do produto final e gerando, via de regra, redes de subcontratação com as empresas das quais passam a compor os produtos que antes produziam (LEITE, 1994, p.574).

Observando o contexto em que a economia brasileira se inseriria neste momento e contrapondo ao processo de desconcentração industrial citado no tópico anterior, consideramos que a qualidade dos postos de trabalhos criados pela vinda de indústrias derivadas da reestruturação produtiva pode ser descrita no curso da precarização dos postos trabalho. E que nem sempre representou para estes municípios em que se instalaram as grandes empresas a geração de emprego em massa ou a absorção de grande contingente de mão-de-obra.

Echeverria (2008) afirma baseado em dados dos IBGE entre 1991 – 2000, que a desconcentração industrial não provocou o aumento de postos de trabalho no interior; ao contrário, na década de 1990, no estado de São Paulo, houve redução dos mesmos. No caso de São Carlos, um exemplo dessa discussão sobre desconcentração industrial e precarização do trabalho é a implantação da Fabrica de Motores em 1996, a partir de um rol de incentivos fiscais oferecidos pelo governo municipal. Seguindo dados institucionais:

A fábrica de motores de São Carlos produz 16 tipos de motores alimentados por combustíveis diversos como gasolina, álcool e diesel, além dos motores flexíveis, que equipam os modelos Gol, Parati, Saveiro, Golf, Fox, Polo hatch e Sedan. Seus produtos têm como destino as fábricas Anchieta e Taubaté, em São Paulo, a fábrica Curitiba, no Paraná, além de outros países como Espanha e África do Sul, emprega diretamente 500 funcionários, produzindo 2.470 motores por dia.<sup>10</sup>

Segundo Bueno (2000), a fábrica contava em 2000, com cerca de 450 trabalhadores diretos e 200 terceirizados. Quando comparada a unidade de São Bernardo do Campo, inaugurada em 1959, dos primeiros anos do Fordismo no Brasil, suas diferenças são gritantes. A Fábrica de Motores já nasce dentro do contexto da reestruturação produtiva; assim, fragmenta o trabalho em células produtivas e terceiriza um rol de atividades ligadas à fabricação dos motores. Além de os salários não se equipararem com os da fábrica de São Bernardo do Campo, há ainda uma preferência na contratação de jovens que possuem cursos técnicos e com terceiro grau completo; as taxas de sindicalização também são baixas, não possuem o grau de organização encontrado em sua histórica fábrica do ABC. Dessa forma,

as diferenças entre as duas unidades desembocaram, em julho de 1999, uma greve dos funcionários da Fábrica de Motores da Volkswagen de São Carlos. O ponto crucial para o movimento é o tratamento desigual dado pela multinacional às suas diversas unidades no Brasil, por exemplo, enquanto o piso salarial da unidade do ABC era, em agosto de 1999, de R\$1.366,00, em São Carlos era, antes da greve, de R\$ 450,00. (BUENO, 2000, p.6)

Visto isto, queremos apontar que os empregos especializados são criados, mas absorvem uma pequena parcela da População Economicamente Ativa desse município; o número de empresas totais cadastradas em 2007 era de 9.884, o que ocupa cerca de 76.657 pessoas<sup>11</sup>. A outra parcela da população encontra-se empregada no setor de serviços, comércio e em diversos trabalhos agrícolas.

Seguindo a dinâmica econômica nacional, o setor de serviços é o responsável pela geração de parcela significativa de empregos nesta região. Este “é um dos principais responsáveis pela geração da pobreza e da desigualdade, baseando-se na percepção de que a qualidade dos postos de trabalho (salários em particular) gerados na maioria dos segmentos que compõem esse setor é baixa” (MENDOÇA; BARROS, 1997).

---

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://www.volkswagen.com/br/pt/s\\_sp.html](http://www.volkswagen.com/br/pt/s_sp.html)>. Acesso em: 07 jun.2010.

<sup>11</sup> Sobre este dado ver: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 07 jun. 2010.

Segundo a Fundação SEADE e os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), no ano de 2008, o município apresentava a seguinte configuração, quando vistos os empregos e rendimentos gerados: 4,84% eram derivados do setor agropecuário, 18,86% eram advindos do comércio, 40,82% do setor de serviços e 32,94% da indústria.

Para além do perfil industrial e de serviços, interessa-nos os 4,84% dos empregos formais gerados na agropecuária, bem como a parte não contabilizada dos empregos, muitas vezes precários, gerados pela agroindústria da região. Entendemos que uma parcela não menos significativa da população deste tecnopolo, formada por migrantes interestaduais, circulam entre os municípios da Região Administrativa Central para a colheita da laranja e corte de cana.

Para melhor delinear a questão, faz-se necessário um sobrevoo sobre as atividades da agroindústria da região que criam anualmente novos postos de trabalho e assalaria a população de interesse desse estudo.

### 2.3 O AGRONEGÓCIO NA REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL<sup>12</sup>

A partir dos 1960, o Estado de São Paulo passou a reorganizar e modernizar sua economia agrícola. Os incentivos governamentais, nos anos 1980, foram essenciais para que um novo complexo produtivo fosse estabelecido. Se atualmente, seguindo os dados do SEADE de 2008, nesta região a produção de cana-de-açúcar e laranja destaca-se com certa preponderância ao lado da carne de frango, sabe-se que nem sempre foi deste modo. Está perspectiva agrícola é fruto de um conjunto de iniciativas governamentais que, a partir dos anos 1970, priorizaram esse tipo de plantação dado a uma série de incentivos oferecidos à produção de álcool pelo Programa Nacional de Álcool (Pró-álcool). (STOLCKE, 1985; ALVES, 1993; NEGRI, 1996).

Em grande medida, as lavouras de laranja e, principalmente, de cana-de-açúcar substituíram, parcialmente, as antigas lavouras de café e ocuparam novos espaços para uma produção compassada com o desenvolvimento industrial.

Negri (1996) considera que o Pró-álcool impactou positivamente na indústria do interior paulista por causa de dois aspectos relevante:

---

<sup>12</sup> A necessidade de considerarmos não somente o município de São Carlos nos primeiros capítulos dessa dissertação deriva-se da condição circulatória dos trabalhadores rurais envolvidos na pesquisa; esses transitam entre os municípios da Região Administrativa Central para o corte de cana, colheita da laranja, entre outras atividades ligadas à agroindústria. A Região Administrativa Central é composta por 26 cidades gerenciadas por duas Regiões de Governo: Araraquara e São Carlos.

O primeiro, porque a indústria brasileira produtora de equipamentos para o parque sucro-alcooleiro tinha condições de atender a toda a demanda nacional sem precisar recorrer às importações e, mais do que isso, localiza-se no interior de São Paulo mais precisamente, nas regiões açucareiras de Piracicaba e Ribeirão Preto, e segundo porque a dinâmica agricultura paulista respondeu mais prontamente que os demais estados ao Programa Nacional do Alcool. (NEGRI, 1996, p.187).

Na década de 1990, no Brasil, foram aprimoradas as políticas que, desde 1970, priorizavam o desenvolvimento agrícola via incrementos tecnológicos no campo, o que, conseqüentemente, acarretou um aumento da produtividade e um novo posicionamento frente ao mercado internacional. Nos anos 2000, o agronegócio foi tomado como símbolo do desenvolvimento nacional.

Assim, colocam Martins e Silva (2006):

Neste período, a política agrícola nacional orientou-se para o setor externo estimulada por uma política cambial agressiva, levando com isso grandes produtores a transferir recursos alocados na produção doméstica para o investimento em produtos exportáveis (SAYAD, 1982). Muito do estímulo governamental encontrou reverberação nos produtores paulistas, que passaram a dedicar-se às culturas mais “protegidas” pelo governo – como foi o caso da monocultura canavieira, fortemente amparada pelo Pró-álcool (p.91).

O novo modelo produtivo realiza-se pela utilização intensiva de fertilizantes e agrotóxicos, pela busca por sementes selecionadas para algumas plantações como a soja, na mecanização de etapas da produção e controle excessivo de pragas. O que impacta diretamente na sustentabilidade do meio-ambiente. Para Martins e Silva (2006), o impacto ambiental produzido é resultado do uso indevido de fertilizantes que acarretam a contaminação dos recursos hídricos e da remoção vegetal que ocasiona o assoreamento de rios e eutrofização das águas.

No município de Araraquara, além de certa representatividade do setor sucroalcooleiro, possui ainda a maior empresa de suco cítricos do país; o município é responsável por 70% da exportação de suco concentrado. Ao chegar a Araraquara, pela rodovia Washington Luís, o cheiro do processamento da laranja já faz parte da identificação local, além de avistarmos por todo caminho inúmeras plantações de cana-de-açúcar, principalmente em sua vizinha Ibaté. A seguir, as Tabelas 2 e 3 mostram a potencialidade do setor na região.

O setor de cítricos, principalmente a laranja, é bastante representativo no setor agroindustrial do estado de São Paulo. O complexo agroindustrial, nesse caso, é formado pelo plantio, colheita, estocagem e processamento do produto, para a exportação. Atuando em vários municípios desse estado, com destaque para região de Limeira e Araraquara.

**TABELA 2** - Produção Agrícola - Cana-de-açúcar – Produção (Em toneladas) – RG Araraquara e RG São Carlos –1990/2007

<b>Localidade</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>
<b>Região de Governo de Araraquara</b>	10.021.320	14.535.008	21.055.510
<b>Região de Governo de São Carlos</b>	2.898.712	5.185.790	7.630.000

**Fonte:** Fundação SEADE

**TABELA 3** - Produção Agrícola – Laranja – Produção (Em toneladas) – RG Araraquara e RG São Carlos – 1990/2007

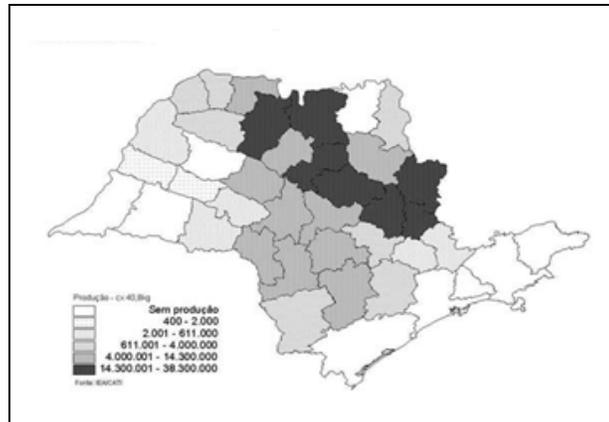
<b>Localidade</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2007</b>
<b>Região de Governo de Araraquara</b>	1.969.778	2.629.039	2.668.191
<b>Região de Governo de São Carlos</b>	440.240	675.568	794.473

**Fonte:** Fundação SEADE

Ao analisarmos as duas tabelas expostas acima confirmamos a potencialidade dos setores agrícolas ligados a produção de cana-de-açúcar e da laranja nas duas RG consideradas. Nas décadas de 1990 e 2000 esses setores fortaleceram suas produções apresentando saltos significativos no que toca ao aumento da produção em toneladas como demonstram as tabelas. A RG de Araraquara diferentemente da RG de São Carlos, por ser maior e mais tradicional no seguimento agrícola, apresenta uma dinâmica econômica ligada não somente ao plantio dessas culturas, mas ao seu processamento e comercialização. O crescimento desse setor nas décadas de 1990 e 2000 está ligado às novas dinâmicas impostas pela modernização agrícola desencadeada nesse período no Estado de São Paulo.

Visualizando o Mapa 2 apresentado abaixo, é possível observar o quão significativa é a produção de laranja da região central em direção ao norte do estado de São Paulo:

**MAPA 2** - Distribuição geográfica de produção de laranja para indústria, por EDR, Safra 2008-2009



Fonte: IEA/CATI

Parte do dinamismo do processo modernizador da agricultura paulista é derivada de políticas de subsídios à mecanização e ao uso intensivo de agroquímicos. No município de São Carlos, encontra-se uma importante base de pesquisa tecnológica para a agricultura, a Embrapa, que anualmente é responsável por uma massa de pesquisas direcionadas ao manejo do campo e novas formas de processamento de produtos.

Para além do incentivo de políticas para o desenvolvimento da agroindústria, é relevante considerarmos a conjuntura internacional no que toca a preponderância deste setor para a formação de divisas. A posição privilegiada da cana-de-açúcar frente a outros produtos é derivada do poder de barganha que o açúcar e, principalmente, o álcool ganharam nestes últimos anos. Para Alves (2008), os seguintes fatores são relevantes para entender tal dinamismo do setor:

- A elevação dos preços internacionais do petróleo [...];
- crescimento da demanda interna de álcool hidratado, em decorrência do sucesso dos novos modelos de automóveis, chamados “flex fuel”, movidos tanto a álcool quanto a gasolina;
- O efeito do protocolo de Kyoto, que impõe a redução, por parte dos países signatários, das emissões de CO<sub>2</sub>, quem tem provocado o crescimento

da demanda externa por álcool anidro, fazendo-o despontar como uma *commodity* internacional;

- A incapacidade dos EUA, maior produtor de álcool de milho, atender ao crescimento da demanda interna por álcool [...];
- Os baixos custos de produção de suas commodities açúcar e álcool.
- crescimento da produtividade do trabalho agrícola e industrial na região Centro-Sul do país (ALVES, 2008. p.29).

Segundo estudos do Instituto Econômico Agrícola da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta), no ano de 2010, as exportações do agronegócio paulista atingiram US\$ 5,19 bilhões no primeiro quadrimestre do ano (um aumento de 22,1% em relação a igual período de 2009); as exportações do agronegócio brasileiro cresceram 15,5%, para US\$ 21,83 bilhões, representando 40,1% do total. As importações do setor tiveram elevação de 29,4%, para US\$ 6,64 bilhões (12,7% do total). O superávit do agronegócio, no primeiro quadrimestre, foi de US\$ 15,19 bilhões, 10,3% superior ao do mesmo período do ano anterior.

Portanto, o desempenho dos agronegócios sustentou a balança comercial brasileira, uma vez que os demais setores, com exportações de US\$ 32,56 bilhões e importações de US\$ 45,58 bilhões, produziram no período um déficit de US\$ 13,02 bilhões" IEA. (Notícia divulgada pelo site "notícias agrícola" em 17/05/2010).

Diante de tal conjuntura é evidente a expansão do setor para além de suas fronteiras agrícolas tradicionais; a direção toma sentido oeste paulista, sul mineiro, leste de Goiás e Mato grosso. (BACCARIN,2008)

Como supracitado, além dos impactos ambientais, a modernização no campo afeta a qualidade do trabalho desenvolvido neste espaço na medida em que promove a precarização das condições de vida destes trabalhadores. Assim, para Martins e Silva (2006):

A mecanização de frações do processo produtivo, por exemplo, ocasionou a maior captação de força de trabalho temporária em detrimento da manutenção dos trabalhadores residentes já contratados. Ao serem excluídos do processo produtivo, estes trabalhadores, juntamente com os trabalhadores migrantes provenientes das regiões norte e nordeste do país, formaram um excedente de força de trabalho que vem servindo de maneira funcional ao processo de acumulação nas áreas rurais (p.97).

A captação de mão-de-obra, no caso da cana-de-açúcar, é derivada do processo de corte e plantio que ainda permanece em muitas usinas de maneira manual. A mecanização

processou-se nas etapas do preparo do solo. Nesse sentido, segundo Alves (2008), somente as atividades de transporte das mudas, abertura dos sulcos ou valas, fechamento e adubação passaram a ser feitas por caminhões e máquinas agrícolas. Portanto, houve uma maciça incorporação de trabalhadores com a expansão da produção de açúcar e com a arregimentação destes trabalhadores; isso ocorreu e ocorre tanto nos locais de origem como nos locais de destino daqueles que migraram e permaneceram, encontrando-se parcialmente excluídos do mercado de trabalho local.

Alguns trabalhos têm demonstrando que maior parte dos contingentes migrantes é composta por homens jovens de baixo nível educacional que saem de seus locais de origem em busca de rendimentos para que possam garantir a reprodução social de seus núcleos familiares ou até mesmo acumularem para formarem novos núcleos. (WOORTMAN, 1990; MENEZES, 2002; SILVA, 1998, 2005).

Estes trabalhadores retornam no fim da safra para seus locais de origem ou tornam-se moradores das periferias das cidades próximas às plantações, passando a assalariar-se nos diversos trabalhos rurais oferecidos no município e no entorno das cidades que habitam como corte de cana, colheita da laranja, colheita de café e goiaba, etc.

Segundo Alves (2008), se tradicionalmente, desde os 1980, estas atividades eram realizadas por mineiros e baianos, a partir de 2001, as regiões do interior de São Paulo passaram a receber uma massa significativa de piauienses e maranhenses para a safra. Conforme esse autor, “Uma parte dos mineiros e baianos, de migrantes sazonais, passou ser moradora da região. Quem passou a fazer essa viagem e ter papel pendular foram os piauienses e maranhenses” (p.23).

Em 2006, segundo Martins e Silva (2006), a partir de dados coletados junto à pastoral dos migrantes, a Região Administrativa Central e Região Administrativa de Ribeirão Preto recebiam mais de 200 mil trabalhadores migrantes para as atividades ligadas à agroindústria e ainda pelo fato de serem temporários, muitas vezes, não são incluídos nas estatísticas dos órgãos oficiais, demarcando mais uma vez a invisibilidade desta mão-de-obra.

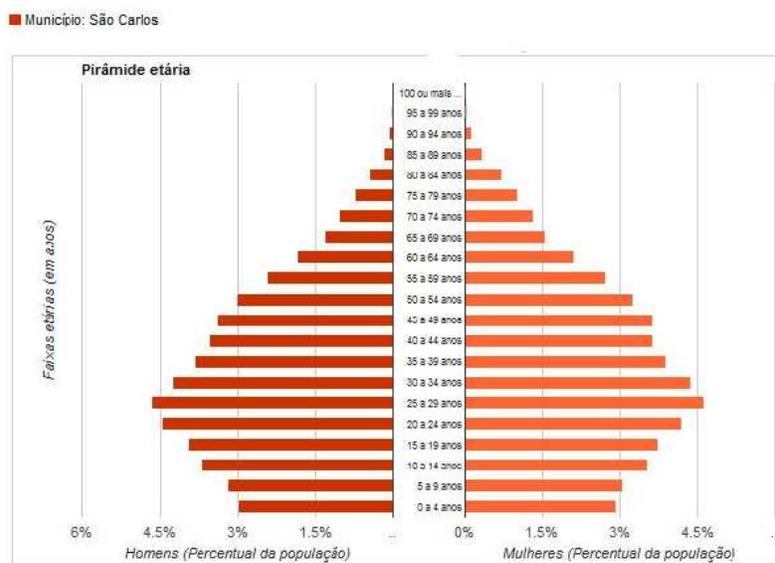
O complexo agroindustrial da cana-de-açúcar toma como elemento chave um novo paradigma embasado, segundo Alves (2008), na mecanização como parte integrante da produção ainda na busca pela uniformidade de seus produtos, no aumento da produtividade do trabalho, na redução do número de trabalhadores empregados bem como na gestão do trabalho pela produtividade.

## 2.4 ASPECTOS POPULACIONAIS DA REGIÃO CENTRAL

A escolha inicial de se trabalhar com a Região Administrativa Central e não meramente a Região de Governo de São Carlos é devido às relações mantidas pelas cidades que a compõem, seja no deslocamento diário de população para o trabalho em outros municípios seja pelas relações históricas, econômicas e institucionais entre as áreas. A Região Administrativa Central conta com 26 municípios e possui uma atividade industrial e serviços diversificados além de uma agroindústria fortemente marcada pelo processamento de cana-de-açúcar e laranja. Nesse sentido, os municípios de Araraquara e de São Carlos posicionam-se de maneira referencial em relação a outros que também constituem essa região.

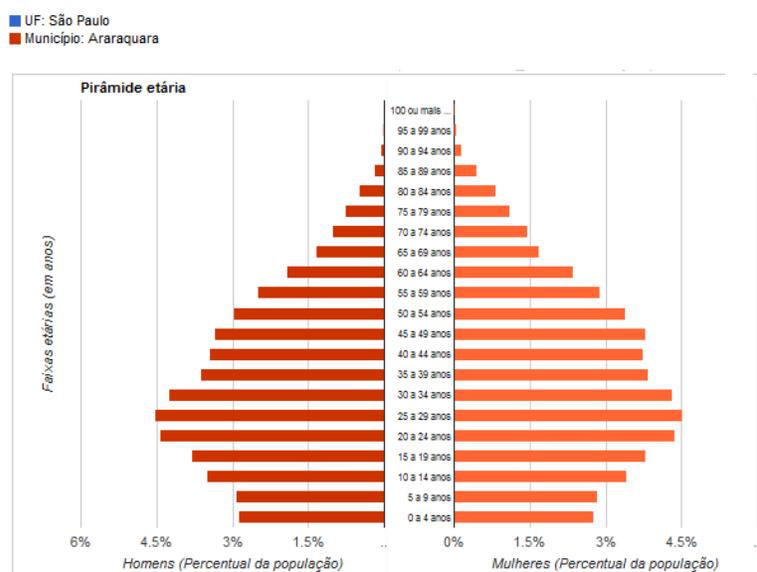
São Carlos e Araraquara são considerados polos aglutinadores da região, pois concentram quase 50% de sua população e por serem municípios caracterizados pela dinâmica socioeconômica. Segundo dados do SEADE para Região Central, suas taxas de crescimento anual vêm diminuindo. Na década de 1980, elas giravam em torno de 2,7%, já entre 1991 e 2000 teríamos uma taxa de 1,8%.

**GRÁFICO 1-** Pirâmide etária da população por sexo e idade – São Carlos - 2010



Fonte: IBGE – sinopse Censo 2010

**GRÁFICO 2 - Pirâmide Etária da população por sexo e idade – Araraquara 2010**



**Fonte:** IBGE – sinopse Censo 2010

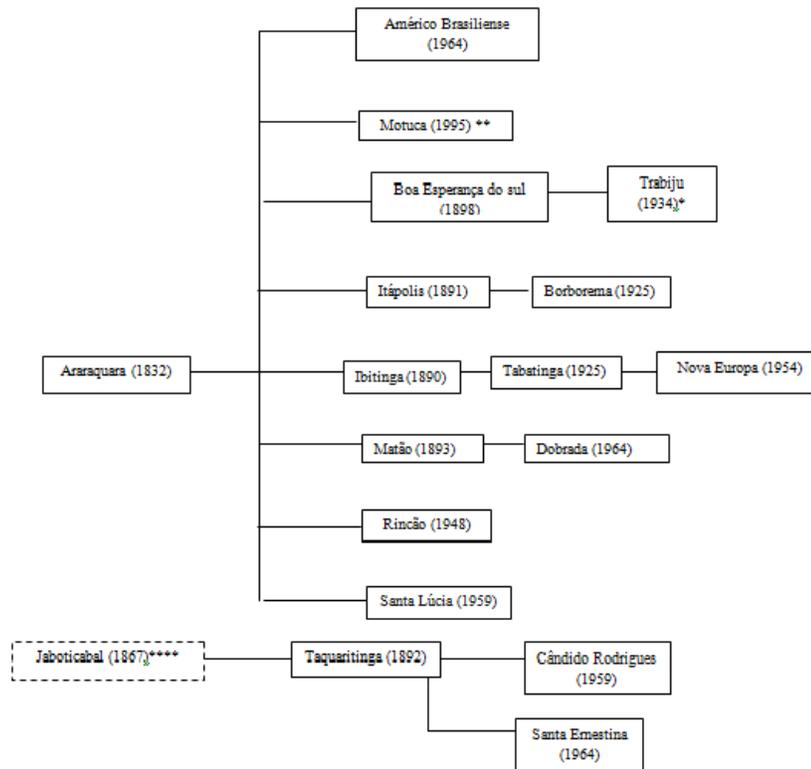
As pirâmides etárias de 2010 reforçam os argumentos de Patarra et al. (2000). Ao analisarmos os dados nela contidos, verificamos que os dois gráficos apresentam a queda da fecundidade e o envelhecimento da população. Considerando que, nesse caso, também se operou a mudança no padrão de fecundidade, é provável que o incremento populacional na faixa dos 15-59 anos (População Economicamente Ativa) é derivado dos saldos migratórios positivos para esta região.

Segundo Patarra et al. (2000) ,

a primeira metade dos anos 90 foram marcados pela diminuição no ritmo de crescimento da população brasileira e pelas suas formas de redistribuição espacial. De maneira geral, observação uma queda na taxa de crescimento populacional em todas as regiões brasileiras, devido principalmente ao declínio da fecundidade que já vinha se manifestando, embora diferentemente, para o conjunto do país, a partir de 1970. (p.12)

A Região Administrativa Central é dividida em duas sub-regiões de Governo: Araraquara e São Carlos. A recomposição territorial, a partir dos desmembramentos, permite entender o dinamismo que se expressa nesse espaço. As Figuras 1 e 2 abaixo representam a configuração dessa região.

**FIGURA 1-** Desmembramento dos Municípios da Região de Governo de Araraquara



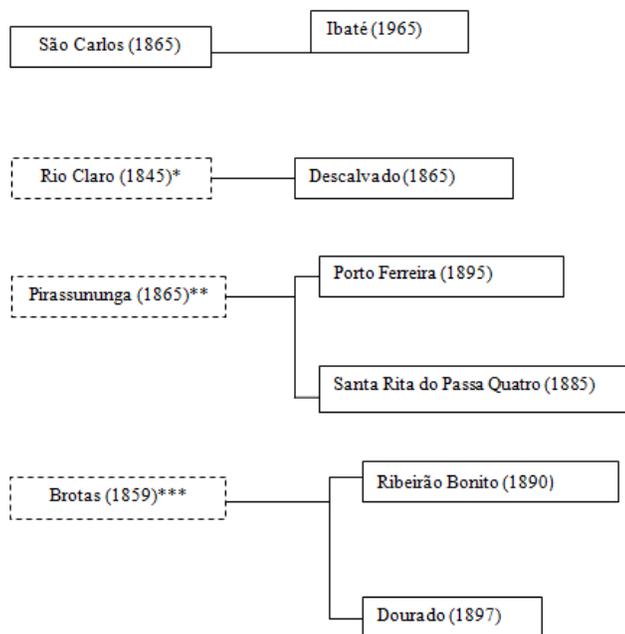
Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Informe Demográfico 1, 1980. Informe Demográfico 1, 1990 e informações disponíveis no site: <<http://www.seade.gov.br/index.php>>. Acessado em: 03 jun. 2010

\* Informação retirada do site IBGE Cidades (03 de Junho 2010)

\*\* Informação retirada do site IBGE Cidades (03 de Junho 2010), o município de Motuca foi distrito de Araraquara até 1993.

\*\*\* Jaboticabal foi desmembrada em 1867 de Araraquara e atualmente pertence a RG Administrativa de Ribeirão Preto.

**FIGURA 2** - Desmembramento dos Municípios da Região de Governo de São Carlos<sup>13</sup>



Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE. Informe Demográfico 1, 1980. Informe Demográfico 1, 1990 e informações disponíveis no site: <<http://www.seade.gov.br/index.php>>. Acesso em: 02 jun. 2010.

\* Rio Claro é desmembrado do município de Limeira e pertence à Região de Governo de Rio Claro

\*\* Pirassununga é desmembrado do município de Limeira e pertence à Região de Governo de Limeira.

\*\*\* Brotas é desmembrada do município de Rio Claro e pertence à região de governo de Rio Claro.

A Figura 1, referente à Região de Governo de Araraquara, apresenta maior número de municípios que a Região de Governo de São Carlos (Figura 2). A circulação de pessoas entre essas cidades é bastante intensa. Araraquara e São Carlos são os municípios aglutinadores dos setores industriais, de serviços públicos e privados, bem como apresentam um comércio dinâmico que também atrai a população.

<sup>13</sup> As figuras 1 e 2 foram produzidas, com a finalidade ilustrativa da região, ambas fazem parte do trabalho desenvolvido por Maciel, Lidiane e Tavares, Patrícia de atualização dos dados de desmembramentos municipais do estado de São Paulo, produzidos o âmbito do projeto temático “Observatórios das Migrações no estado de São Paulo”, coordenado pela Profa. Dra. Rosana Baeninger.

Atualmente, temos a seguinte disposição econômica para Região Administrativa Central:

**TABELA 4 - Municípios RA: população e atividade econômica significativas em (%)**

Município	População de ano 2010	Atividades significativas (%)		
		Indústria	Serviços	Agropecuária
Araraquara	208.662	26,32	71,64	2,04
Américo Brasiliense	34.478	46,54	50,21	3,04
Santa Lúcia	8.248	10,85	55,65	33,50
Rincão	10.414	8,35	54,91	36,74
Boa esperança do Sul	13.645	5,51	53,29	41,19
Borborema	14.529	6,65	56,51	36,84
Dobrada	7.939	25,78	51,90	22,32
Cândido Rodrigues	2.668	9,99	46,71	43,30
Motuca	4.290	52,89	31,65	15,46
Matão	76.786	30,28	67,86	1,87
Nova Europa	9.300	56,76	29,02	14,22
Fernando Preste	5.534	18,57	49,15	32,28
Gavião Peixoto	4.419	25,47	36,06	38,47
Santa Ernestina	5.568	8,70	63,90	27,40
Tabatinga	14.686	7,51	62,43	30,06
Ibitinga	53.158	27,16	61,69	11,15
Itápolis	40.051	14,33	60,18	25,49
Taquaritinga	53.988	11,10	72,83	16,07
Trabiju	1.544	27,66	47,69	24,65
São Carlos	221.950	30,60	66,64	7,22
Descalvado	31.056	37,29	47,46	15,25
Dourado	8.609	22,07	57,76	20,15
Ribeirão Bonito	12.135	8,32	56,80	34,88
Porto Ferreira	51.400	35,14	58,64	6,25
Santa Rita do Passa-quatro	26.478	14,19	69,03	16,77
Ibaté	30.734	19,67	61,95	18,38

Fonte: IBGE Cidades e SEADE – perfil municipal

A Tabela 4 possibilita verificar que as cidades com menor número de habitantes, como Ribeirão Bonito, Gavião Peixoto, Rincão, Santa Ernestina, possuem economias fortemente vinculadas às atividades da agropecuária. Seguindo a hipótese da pendularidade do trabalho rural em São Carlos, e como verificado em nosso trabalho de campo, muitos trabalhadores participam da colheita da laranja e do corte de cana-de-açúcar em Matão, Ibaté, Ribeirão Bonito. Como mostra a tabela acima, estes são municípios marcados pela agropecuária. Tomando as informações coletadas junto ao Sindicato dos Trabalhadores

Rurais de São Carlos, as atividades vinculadas a agropecuárias mais significativas para esse município estão relacionadas à avicultura para o abate.

#### **2.4.1. Evolução da População**

A partir da década de 1940, a região de governo de Araraquara vivenciou um processo gradual de urbanização que, em 60 anos, fez sua população dobrar em números absolutos. O volume maior desta população concentrou-se em Araraquara. Em 2000, segundo Censo demográfico (IBGE, 2000), a população total do município era de 182.240 habitantes, já em 2010, Araraquara apresentava uma população 208.662, seguindo dados do Censo demográfico de 2010. O incremento populacional foi derivado de diversos fluxos migratórios que atingiram a região.

Segundo Baeninger (1995), a estrutura da rede urbana foi marcada nos período de 1970 a 1990 pelo predomínio de cidades com menos de 20 mil habitantes. Em 1980, Ibitinga, Matão e Taquaritinga passariam para classe de 20-50 mil habitantes, enquanto Araraquara inseria-se na classe das cidades de tamanho entre 100-500 mil habitantes. Naquela década, Araraquara contava com 128.109 habitantes.

Seguindo os dados dos censos sistematizados por Baeninger (1995), nos anos 70 a Região de Governo de Araraquara recebeu cerca de 75.871 migrantes, dos quais 58.105 eram oriundos do estado de São Paulo, 17.766 derivavam de outros estados. Este processo migratório aprofundou-se durante os anos de 1980, 1990 e 2000. Como demonstrado na Tabela 5, a população dessa região de governo, entre os anos 1970 e 2000, dobrou de tamanho, apresentando um saldo de 238.327 mil habitantes, chegando a 569.404 habitantes em 2010.

**TABELA 5** - Evolução da população da Região de Governo de Araraquara 1940/2010

Período	Total	População	
		Rural	Urbana
1940	225.042	157.882	67.160
1950	216.387	117.953	98.434
1960	219.204	106.560	112.644
1970	229.337	66.941	162.396
1980	328.251	64.639	263.612
1991	445.414	54.163	391.251
2000	512.664	42.399	470.265
2010	569.404	28.458	540.947

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1940 a 2010 (FUNDAÇÃO SEADE)

Como visto na Região de Governo de Araraquara, a Região de Governo de São Carlos também apresentou evolução significativa de sua população entre os anos de 1940 e 2000. A partir da década de 1980, abriu-se um “corredor” no estado de São Paulo em direção ao interior que passou a ser área de atração de migrantes de outros estados, principalmente de Minas Gerais, do Paraná e dos estados do Nordeste. Assim,

aumentaram a participação relativa – em alguns casos absolutos – da migração nordestina no total desse movimento externo ao Estado, como foram os casos de Caraguatatuba, Bragança Paulista, Limeira, Rio Claro, São João da Boa Vista, Ribeirão Preto, Catanduva, São Jose do Rio Preto, Votuporanga, São Carlos, Franca, São Joaquim da Barra. (BAENINGER, 1999, p. 159)

**TABELA 6** - Evolução da população da Região de Governo de São Carlos 1940/2010

Período	Total	População	
		Rural	Urbana
<b>1940</b>	106.41	64.899	41.242
<b>1950</b>	98.586	47.958	50.628
<b>1960</b>	128.442	45.001	83.421
<b>1970</b>	151.873	31.678	120.195
<b>1980</b>	215.119	32.776	182.343
<b>1991</b>	283.360	28.930	254.430
<b>2000</b>	341.202	23.232	317.970
<b>2010</b>	382.003	18.797	363.260

**Fonte:** FIBGE Censos Demográficos de 1940 A 2010 (FUNDAÇÃO SEADE)

A partir da década de 1970, a Região de Governo de São Carlos apresentou saltos populacionais significativos e um processo de urbanização acelerado; o município destaca-se no global das cidades que fazem parte desta Região, já que, do total dos 341.202 habitantes que ela possuía nos anos 2000, 196.525 habitantes, segundo SEADE, correspondiam à população deste município. Destes números, 183.092 constituíam população residente no núcleo urbano e 9.547 no perímetro rural. A taxa de urbanização aprofundou-se após os anos 1950, registrando em 1970 e 1980, respectivamente, 88,7% e 92,2 %. O acelerado processo de urbanização iniciou-se pelas intermediações do centro da cidade, tomando o marco inicial da cidade a Catedral e a estrada de ferro, que dava suporte às indústrias recém-instaladas. Nos anos seguintes, a expansão, como mostrado por Lima (2007), tomou a direção sudoeste e nordeste da cidade.

O deslocamento rural-urbano entre as décadas de 1940 e 1970 apresentou-se com uma das tendências da urbanização nesta cidade. A população do município de São Carlos era de 48.609 habitantes, dos quais 25.746 encontravam-se na área urbana, contra 22.863 da área rural. Já em 1960, o município passava a contar com uma população total de 62.045 habitantes, dos quais 50.851 encontravam-se na área urbana contra 11.194 da área rural.

A partir de 1980 até 2010, seguindo os dados do Censo demográfico de 2010, a população da área rural desta cidade manteve-se entre 9.259 e 8.191 habitantes. A

população urbana saltou de 109.753 para 219.650 habitantes, muitos dos quais derivados dos fluxos migratórios para este município, consolidando assim a tendência à urbanização.

Quando analisados os saldos migratórios para Região de Governo de São Carlos, visualizamos que o “componente migratório foi responsável por 67,7% do crescimento absoluto da RG, apresentando um saldo migratório acima de 40 mil” (BAENINGER, 1994, p.27). Este saldo migratório, segundo Baeninger (1994), concentrou-se no município de São Carlos, sendo este responsável por 60% dos fluxos que atingiu esta RG. Os municípios de Porto Ferreira, Ibaté e Descalvado ganharam população neste processo por conta de seu dinamismo econômico. Porto Ferreira, por sua vez, apresenta uma indústria cerâmica consolidada, enquanto Ibaté e Descalvado adquiriram representatividade na agroindústria da região.

Ainda seguindo os dados sistematizados por Baeninger (1994), a tendência demonstrada nos censos de 1970 e 1980 era que 81% dos migrantes deslocavam-se<sup>14</sup> do próprio estado de São Paulo, o que representava 51.150 migrantes. Do total dos 9.671 migrantes interestaduais, 45% eram derivados do estado do Paraná, 24% de estados do Nordeste, 17,5% do estado de Minas Gerais, 8,6% do Centro-Oeste e 1,5% da região Norte.

A partir dos resultados do Censo de 2000, sobre migração, que considerou o último lugar de residência em 31 de julho de 1995, para cidade de São Carlos, temos a seguinte composição, considerando as regiões de origem:

**TABELA 7 - Movimento Migratório para São Carlos segundo Grande Região (1995-2000)**

<b>Região</b>	<b>Emigração</b>	<b>Imigração</b>
<b>Norte</b>	184	337
<b>Nordeste</b>	301	2.104
<b>Centro – Oeste</b>	469	774
<b>Sudeste</b>	7.984	14.783
<b>Sul</b>	277	1.807
<b>Outros (estrangeiros e não especificados)</b>	-	856
<b>Total</b>	<b>9.215</b>	<b>20.661</b>

Fonte: FIBGE Censo Demográfico de 2000

<sup>14</sup> Ou seja, tinham como último local de residência as cidades do estado de São Paulo como anotado pelos Censos.

Destacamos que a Região Sudeste contou com a maior participação no número de pessoas imigradas para São Carlos, os maiores fluxos derivaram do próprio estado de São Paulo e de Minas Gerais, a representatividade do primeiro é de 94% do total dos imigrados (13.906), já o segundo de 4% (665). A cidade que mais expulsou população para esta cidade foi a própria capital (3.718), seguida pelas regiões de Campinas, Rio Claro, Araraquara e Ribeirão Preto (NEPO/UNICAMP – Base de Dados). Da região Nordeste, os estados mais representativos foram a Bahia, com a participação de 50% (1.067), e Pernambuco com 21% do total dos imigrados (461). Na Região Sul, terceira em números significativos da Tabela 7, o estado que mais perdeu população para a cidade de São Carlos foi o Paraná; dos 1.807 imigrantes, 87% correspondiam desse estado (1.573).

A emigração de São Carlos deu-se para regiões do Sudeste, em especial para cidade de São Paulo, para as cidades da Região de Governo de São Carlos como Ibaté e Descalvado, bem como para Ribeirão Preto e Araraquara. Esta dinâmica mostra que as trocas populacionais entre as cidades eram derivadas das situações econômicas e das relações sociais que estes indivíduos estabelecem nestas cidades, denotando um ir e vir constante entre elas. De qualquer forma, podemos concluir que o saldo migratório da cidade é positivo, indicando certo potencial de absorção populacional.

A partir dos anos de 1970, o processo de interiorização da população do estado de São Paulo atrelou-se ao processo de desconcentração industrial da capital e também está relacionado, dentre outros determinantes, com o congelamento dos aluguéis e à emergência de uma legislação que protegia o inquilino nos anos 1960 (DURHAM, 1988).

Mesmo Durham (1988) discorrendo sobre um processo ocorrido após a Segunda Guerra Mundial na cidade de São Paulo, é possível que sua análise estenda ao nosso problema de pesquisa. Nesse sentido, podemos afirmar que a formação dos bairros que compõem a Cidade Aracy, em São Carlos, se deve à nova dinâmica populacional que atingiu este município após anos de 1980. Assim, “abriu-se um novo negócio, a venda, a prestação de terrenos de baixo valor imobiliário, isto é, aqueles mais distantes ou localizados em áreas particularmente insalubres ou de topografia desfavorável, de difícil acesso sem serviços públicos e freqüentemente, sem documentação legal” (DURHAM, 1988, p. 2).

Por meio da Tabela 8, podemos acompanhar a evolução da população nas décadas recentes. Ela é derivada dos saldos migratórios positivos que atingiram a Região Central do Estado de São Paulo e da própria especulação imobiliária que o município vem sofrendo.

**TABELA 8** - Evolução da População do Município de São Carlos (1980-2010) em número de habitantes

Período	Total	População	
		Rural	Urbana
<b>1980</b>	119.542	9.259	109.753
<b>1991</b>	157.549	9.742	144.020
<b>2000</b>	192.639	9.547	183.092
<b>2010</b>	221.692	8.879	212.813

Fonte: FIBGE Censos Demográficos de 1980 a 2010 (FUNDAÇÃO SEADE)

#### **2.4.2 São Carlos: a formação dos bairros da Cidade Aracy**

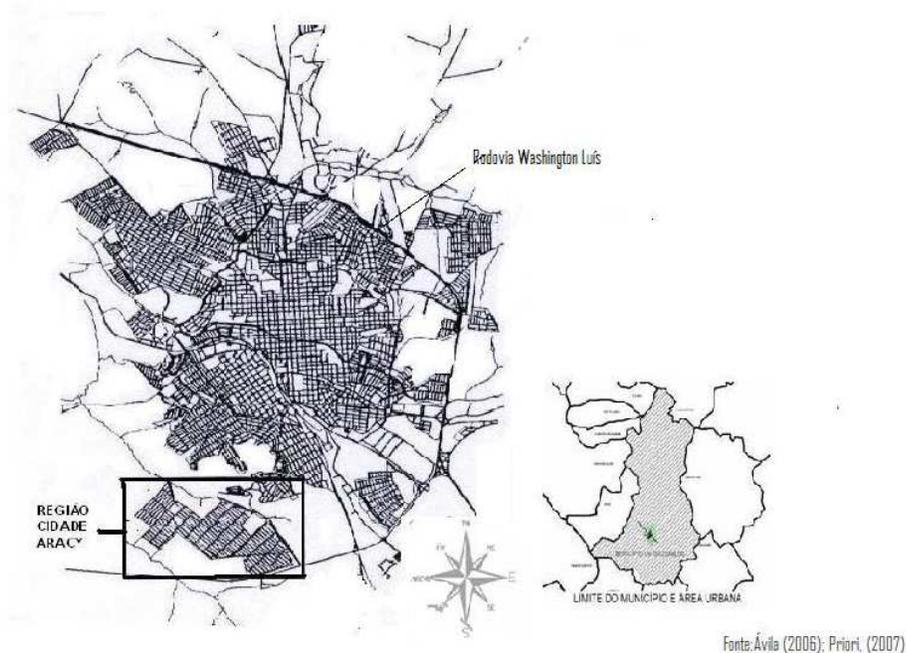
A partir de todas as transformações econômicas e sociais que se desenvolveram na Região Central e, sobretudo, no município de São Carlos após anos 1970 e 1980 – como citado nos tópicos anteriores, podemos destacar a inserção no Programa de Médias Cidades e beneficiamento do processo de desconcentração industrial, bem como na formação do setor sucroalcooleiro –, verificamos um saldo significativo nas taxas de urbanização e de crescimento populacional.

Abriu-se, então, um lento e gradual processo de expansão do perímetro urbano, ao sul. A partir dos anos 1980, Lima (2007) verifica um verdadeiro descontrole da expansão urbana com a aprovação da lei n. 7821/77 de zoneamento urbano. Essa lei possibilitava à alteração do perímetro urbano em qualquer circunstância, o que propiciou um aprofundamento do processo de especulação imobiliária em determinadas áreas do município. Segundo esta autora, a partir deste momento, houve um descontrole no processo ocupação do espaço.

Em 1978, o perímetro foi modificado pela lei n. 7926/78; em 1979, pelas leis n. 8056/79 e 8095/79; e, em 1980, pelas leis n. 8170/80, 8459/1980 e 8529/80. Uma das antecipações mais evidentes foi aprovada para a implantação do loteamento Cidade Aracy, pela lei 8170/80, na qual o perímetro foi ampliado para envolver o loteamento que seria aprovado dois anos depois desse alargamento. (LIMA, 2007, p.170)

O espaço ao sudoeste, onde derivou tal loteamento, era uma antiga fazenda da Família de Ernesto Pereira Lopes – médico e imigrante italiano. Esse tornou-se um expressivo industrial para a cidade de São Carlos na década de 1950, despontando no cenário nacional por sua fábrica de geladeira e tratores Companhia Brasileira de Tratores (CBT).

**MAPA 3 - Área Urbana do Município de São Carlos com destaque a Região Cidade Aracy**



Na década de 1980, essa região de terreno arenoso e topograficamente desfavorável para habitação e de difícil acesso dado a disposição de seu relevo marcado por um “morro” ou “serrinha” na categoria local, tornou-se uma das áreas de expansão urbanas mais expressivas do município de São Carlos (FAZANO, 2001). Atualmente a “serrinha” denomina-se Avenida Integração.

O loteamento Cidade Aracy I<sup>15</sup>, foi organizado a partir da venda de terrenos pela imobiliária Faixa Azul. A propaganda agressiva somada aos baixos valores dos lotes atraiu a população recém-chegada à cidade para essa região e supostamente criou novos fluxos migratórios para o município na medida em que as redes de informação dos migrantes e de suas famílias eram ativadas.

Nos anos 1990, este bairro contava com uma fraca infraestrutura urbana, as ruas eram sem asfaltamento devido, a cobertura de água e esgoto era precária<sup>16</sup>, e o abastecimento de energia elétrica não atendia todas as residências. Até meados dessa

<sup>15</sup>Agradeço a paciência de alguns entrevistados na narrativa sobre a formação dos bairros pesquisados.

<sup>16</sup>Na falta de uma rede de esgoto, a população abria fossas sépticas para o armazenamento dos dejetos.

década, o atendimento em sistema de saúde era realizado no Posto de Saúde do bairro mais próximo, Cruzeiro do Sul. Ainda em 1995, era inexistente a presença de escolas de Ensino Fundamental e Médio; então, algumas salas de aula eram improvisadas, na única estrutura institucional pública, hoje privada, presente no bairro: o Cemitério Jardim da Paz, fundado em 1984 que atendia uma inexpressível clientela.

Nessa década, também os bairros Presidente Collor, Cidade Aracy II e Antenor Garcia surgiram na esteira do desenvolvimento do bairro de Cidade Aracy I, loteados pela mesma imobiliária. Nesse momento, a tática comercial de promoção de venda fora a doação de 125 metros quadrados de um terreno de 250 metros. O loteador nutria a expectativa da compra do lote ao lado pela parte beneficiada.

A centralidade da construção da casa própria para o projeto de melhorar de vida para a população migrante alocada nesta região tornava os aspectos topográficos e a infraestrutura local irrelevantes. A maior parte do primeiro grupo de migrantes chegados ao bairro, como demonstrado por Silva (2007), realizou uma migração do tipo Rural – Urbana. Esse processo migratório era maciçamente formado por paranaenses e mineiros, o que nos leva a supor que estes aspectos supracitados coerentes com a vida urbana não faziam parte do universo das necessidades imediatas destes migrantes.

A casa, o terreno, a horta e o precário acesso aos benefícios da cidade tornavam-se significativos no projeto de melhorar de vida. Apesar das condições precárias existentes, os migrantes estavam na “Cidade”, e o valor atribuído a esta era demasiadamente grande.

Em termos locais, há pouca diferenciação quanto à nomeação dos bairros – Aracy I, Aracy II e Presidente Collor –; os mesmos são conhecidos apenas como “Aracy”. Já nos fins dos anos 1990, estes bairros, juntamente com o bairro de Antenor Garcia, passaram a receber pesados investimentos em infraestrutura do governo municipal. Hoje, a região conta com escolas de Ensino Fundamental e Médio, dois postos de saúde, as ruas são asfaltadas e há o devido abastecimento de água e luz bem como rede de esgoto.

Segundo o Censo de 2010, na região dos bairros que compõem a Cidade Aracy, como é popularmente conhecida, soma-se uma população de 19.079 habitantes, distribuídos em quinze setores censitários. Essa população formou-se durante os anos 1990 e 2000 e emprega-se em diversos setores da economia local – dentre eles, no assalariamento rural oferecido na região.

A maior parte da população é composta por pretos e pardos, como Ávila (2006) e Silva (2007) já chamavam a atenção, e seguindo dados sistematizados por Oliveira (2001)

e Mancuso (2004), nos anos de 1991, 1996 e 2000. E é a área que mais concentra chefes de família com menos anos de escolaridade no município de São Carlos. Os estudos de Oliveira (2001) e Mancuso (2004) apontam que a maior parte dos chefes de família dessa região ganha até dois salários mínimos, o que reforça a vulnerabilidade social da área em questão. Por muitos anos, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, como mostra o texto do Plano Municipal de Assistência Social de São Carlos (2003, p.6) a Região Sudoeste do município de São Carlos foi considerada um bolsão de pobreza.

Outra característica apontada por Ávila (2006) e Silva (2007) é a trajetória migratória das famílias que compõem os bairros da Cidade Aracy. Essa população é composta majoritariamente por nordestinos, mineiros e paranaenses. Na década de 1980, segundo Baeninger (1994), entraram no município de São Carlos aproximadamente 60.681 migrantes vindos de vários estados brasileiros.

## 2.5 ASSALARIAMENTO RURAL ENTRE FAMÍLIAS DOS BAIRROS DA “GRANDE ARACY”

O objetivo desse tópico é descrever os processos de trabalho realizado pelos trabalhadores rurais migrantes dos bairros da “Grande Aracy”, bem como atentar para, pelos menos, três questões que os atingem: 1) o processo de arregimentação e a formalização ou não do trabalho; 2) a condição de trabalho rural e 3) a pendulariedade da população envolvida.

Como já citado e trabalhado no capítulo anterior, o agronegócio, que se desenvolveu na Região Administrativa Central e de Ribeirão Preto, modificou a estrutura agrária anteriormente estabelecida, trazendo assim novas questões sobre o universo do trabalho e da produção. No que toca às questões referentes ao mundo do trabalho, a substituição dos colonos por trabalhadores assalariados eventuais foi somente mais umas das transformações globais sofridas pela economia agrícola deste estado. Nessa perspectiva, “Quando desapareceram as famílias típicas de colonos, uma nova figura surgiu na cena política de São Paulo, o volante ou trabalhador assalariado eventual, que vive da agricultura, mas mora na cidade” (STOLKE, 1986, p. 180).

O uso indiscriminado dessa força de trabalho esteve ligado às questões políticas mais gerais desenroladas nos anos 1960. A institucionalização do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) transformou, de maneira decisiva, o sistema de exploração do trabalho. “Se a

lei contemplava aos trabalhadores permanentes, mas deixava sem proteção os trabalhadores eventuais, a forma encontrada de evadir à lei era a de transformar os primeiros em eventuais” (STOLKE, 1986, p. 233). Nesse sentido, surgiu a figura do “turmeiro” que arregimentava e organizava os trabalhadores para o trabalho da colheita, da limpeza do terreno, do plantio entre outras tarefas.

Neste momento, para Stolcke (1986), as definições de trabalhadores volantes refletiam sua condição de trabalhadores sem patrões, sem registro e, conseqüentemente, sem direito. O tempo de trabalho era controlado de modo que não houvesse a criação de vínculos permanentes capazes de levar estes trabalhadores à reivindicação de direitos. Passados os primeiros tempos do uso indiscriminado da exploração da força de trabalho volante, a lógica racional administrativa passou a controlar a contratação destes trabalhadores, encontrando brechas legais para a exploração desta força de trabalho.

O número de trabalhadores eventuais parece ter sido incrementado pelos fluxos migratórios que atingiram a porção Centro-Oeste do estado de São Paulo, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (BAENINGER, 1999). Isso coincide com a expansão e a consolidação das monoculturas da cana-de-açúcar e da laranja nesse período. Num primeiro momento, estes trabalhadores contratados por tarefas circulavam e ainda circulam entre diversas culturas, sendo o salário pago por empreita ou tarefa.

Pelo trabalho de campo desta pesquisa identificou-se que, atualmente, com a regularização das funções do trabalho rural pelo Ministério do Trabalho, é estabelecido pelos contratos de trabalho o salário mínimo; porém, ainda temos grandes diferenças salariais quando se considera a atuação desses trabalhadores, cuja produtividade influencia diretamente o ganho salarial. Essa condição

reforça as diferenças de habilidades, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade. (SILVA, 1998, p. 86)

A possibilidade de superação das metas de produtividade e os incrementos salariais derivados da superação das mesmas fazem com que os trabalhadores intensifiquem o ritmo até a exaustão (SILVA, 2007; ALVES, 2008; SCOPINHO, 2008), situação agravada pela tensão gerada sobre o controle da produtividade. São inúmeros os casos e relatos sobre os roubos realizados pelas usinas, na pesagem da cana, ou dos turmeiros e fiscais e outros

trabalhadores no caso da colheita de laranja. Os trabalhos de Novais e Alves (2006, 2007 e 2008) confirmam esse drama.

No município de São Carlos, diferentemente de outras cidades da Região, como Ibaté e Gavião Peixoto, é mais comum encontrarmos trabalhadores envolvidos na colheita da laranja do que do corte da cana-de-açúcar. No entanto, para os trabalhadores da colheita da laranja as metas da produtividade são também questões do cotidiano da roça. O número de caixas colhidas representa menores ou maiores ganhos no final do mês.

Na pesquisa de campo, verificou-se que os trabalhadores da cana-de-açúcar moradores desses bairros de São Carlos encontram-se envolvidos em trabalhos ligados à dinâmica interna da usina. Pelo menos um dos ônibus de trabalhadores que saem dos bairros da Cidade Aracy para Ibaté é de trabalhadores empregados na função de “ajudante geral”. Para Vladimir (38 anos), a usina na qual trabalha prefere contratar cortadores de regiões longínquas e para o trabalho interno contrata trabalhadores locais ou das proximidades cuja estabilidade derivada da residência fixa local é maior.

### **2.5.1 Arregimentação e contratação: a ação dos turmeiros e processo de trabalho**

A contratação das turmas para o trabalho na colheita da laranja é geralmente feita por “turmeiros(as)”, muitas vezes, ex-trabalhadores rurais moradores do próprio bairro. O anúncio é feito no comércio local por cartazes (Anexo IV- Fotografia 5) e por meio de carro de som que sinaliza a contratação, ou ainda de modo individual com a visita do turmeiro na casa dos trabalhadores que fizeram a safra anterior.

Para agenciar mão de obra, é preciso mais do que simplesmente um capital inicial para compra do caminhão ou ônibus que transportará a turma. Seguindo o argumento de Stolcke (1985, p. 248),

o turmeiro deve inicialmente ganhar a confiança dos trabalhadores assim como dos fazendeiros ou seus administradores, e para isso é preciso ter muita experiência no trabalho agrícola. O respeito de que desfruta um turmeiro entre seus trabalhadores depende, em larga medida, de sua capacidade de coordenar e impor uma disciplina de trabalho. Da qualidade do serviço que ele é capaz de oferecer dependem também suas oportunidades de encontrar trabalho para a turma e em uma boa fazenda, em termos de salários e condições de trabalho.

A reputação do turmeiro, como em Stolcke (1985), ainda depende de sua capacidade de assegurar o melhor salário, no caso da colheita da laranja, o melhor preço da caixa e as melhores condições de trabalho. É comum os colhedores reclamarem da roça, para onde os turmeiros os levam, ou da pouca capacidade da empresa, intermediada pelo turmeiro, em resolver questões trabalhistas durante e após a contratação. O prestígio do turmeiro também será medido pelo número de trabalhadores bons que consegue arregimentar.

Em Menezes (2002), também é possível encontrar elementos para pensar a ação dos turmeiros contemporaneamente. Os arregimentadores apoiam-se em redes informais de parentesco e amizade.

As redes são os canais através dos quais o arregimentador seleciona os bons trabalhadores. Por outro lado, as redes representam também, o espaço onde os trabalhadores trocam opiniões e informações sobre uma diversidade de aspectos relacionados à plantations canavieira e praticam formas de resistência espontânea, individuais ou coletivas. (MENEZES, 2002, p.131)

Na colheita da laranja, as redes de amizade e vizinhança, como em Menezes (2002), também atuam como forma de resistência; por elas circulam informações sobre a reputação do turmeiro, sobre a firma a que eles estão vinculados e, principalmente, sobre as condições de trabalho às quais são submetidos os contratados. Dependendo do tipo de informação que circula nessa rede, os turmeiros têm mais ou menos dificuldade para montar a turma. Alguns turmeiros que possuem reputação deteriorada apostam no desconhecimento do trabalhador sobre sua “fama” para conseguir arregimentá-lo. Eles também concorrem com outros mercados de trabalho, principalmente o urbano, aos quais os trabalhadores rurais também se vinculam. Muitas vezes, entre os desempregados sem perspectiva alguma de emprego urbano, é que os turmeiros conseguem formar sua turma.

Após o recolhimento das carteiras pelo (a) turmeiro (a), segue o processo de contratação pela empresa. Inicialmente é feito um exame de admissão que deseja verificar as condições de saúde do candidato<sup>17</sup>. Porém, a pré-seleção realizada pelo turmeiro (a) é a mais importante no processo de contratação. No caso dos (as) turmeiros (as) que fazem uma pré-seleção criteriosa, é verificada, no caso dos trabalhadores que atuaram na safra

---

<sup>17</sup>O exame físico contempla medição de pressão, peso, altura. No caso das mulheres pergunta-se o último dia da menstruação e, na contratação de 2011, uma avaliação psíquica.

anterior, a produtividade e a quantidade de atestados solicitados. Porém, o que mais conta na seleção é o comportamento que o trabalhador tem em relação à turma, pois se acredita fielmente que ele influencia na produtividade do trabalhador.

No desenvolvimento desta pesquisa, através de entrevistas, os turmeiros citados a seguir são unânimes em afirmar que preferem contratar pessoas do próprio bairro ou das intermediações, pois para contratar em outras localidades é necessário oferecer transporte, alojamento e alimentação, o que encarece a atividade. No entanto, ambos consideram que, se um dia tiverem que recorrer a essa prática para garantirem a safra, não hesitarão em fazer uso da mesma.

João Carlos – O “Paraíba” e Marlene (53 e 55 anos, respectivamente, casados) trabalham na safra de cítricos – laranja – como turmeiros e fiscais; e são paraibanos. Ele migrou para São Paulo em 1970 e voltou dois anos depois para se casar com Marlene. Paraíba contou-nos em entrevista que teve que vender dois sacos de feijão, um relógio e uma bicicleta para casar-se com Marlene, que na época foi auxiliada pela madrinha de batizado para fazer seu vestido de noiva. Depois de casados, migraram da cidade de Cachoeirinha-PB, do sítio, definitivamente para São Carlos. A escolha dessa cidade foi motivada pela rede familiar e de amizade aqui já estabelecida. O irmão mais velho já morava em São Carlos há algum tempo.

Nos primeiros anos em São Carlos, João Carlos trabalhou na Companhia Brasileira de Tratores, do grupo Pereira Lopes, mas as condições precárias de trabalho o forçaram a pedir demissão.

*Entrevistadora: E como era o trabalho na Pereira Lopes?*

*João Carlos: Eu trabalhava em um “fornão” muito quente, eu usava roupa de couro.*

*Marlene: Você vê como era difícil, a gente veio da roça, podemos dizer assim, que a fábrica andava atrás das pessoas, então era fácil sair do Nordeste e conseguir um emprego, então ele saiu da roça e foi trabalhar num emprego desse aí.*

*JC: Pior que o da roça!*

*M: Porque quem vem da roça vem, e acha que lá estava sofrendo, mas se você for comparar com esse serviço que ele fazia, Deus me livre, a roça é bem melhor.*

*JC: Nós jantávamos na rua de “fora”. Eu entrava cinco horas da tarde e saía nove da manhã, e hoje você vê que não pode por causa das leis.*

*M: Hoje até na roça tem “mordomia”. Na roça, quando ele começou ir, era em cima de um caminhão. Todo mundo “englomerado”, hoje tem que dar ônibus, tem que dar uniforme, garrafão, luva, óculos, marmita, tudo para gente trabalhar, e o ônibus, tem que ter caixa d’ água, toldo, com mesa e cadeira. Mudou de mais, tem o horário, de entrar de parar, de almoço, de descanso, não é mais aquela escravidão, então trabalhar na roça ficou melhor ainda.*

Marlene atua na safra da laranja há cinco anos. Antes de ir fazer a safra, trabalhou de empregada doméstica até convencer o marido a deixá-la ir. A parceria que mantém com ele é de longa data; o auxílio prestado ao marido é considerado por ela como essencial para o bom desenvolvimento do trabalho. Atualmente é ela quem ajuda João Carlos a controlar a produção de sua turma, pois ela tem “*mais estudo*” do que ele. No entanto, como segue o relato abaixo, Marlene reconhece que sempre esteve prestando auxílio ao trabalho desenvolvido por ele.

*Eu convenci ele me deixar ir. Assim, se eu fosse contar a história de minha vida daria um filme, porque quando minhas crianças eram pequenas eu não podia ir. Mas mesmo assim, eu não estava lá na roça, mas é como estivesse. Se ele fosse numa fazenda mais longe, e tinha que acordar às 4 da manhã, eu estava ali, preparando café e a comida, ai depois eu comecei a trabalhar de doméstica, até quando eu aguentei. Depois eu fiquei muito enjoada, a gente só pega dor e friagem e não tem valor. E na roça no final do ano você tem os direitos, o seguro desemprego.*

Para o marido, apesar de o trabalho em casa de família ser pesado e “sofrido”, ele imaginava ser melhor que estar na roça; porém, depois de vários relatos e reclamações da esposa, entendeu que a mesma situação precária que ele encontrou no trabalho urbano no passado, a esposa poderia estar sofrendo; assim, de fato legitimou a parceria para o trabalho rural.

Para a contratação da turma, João Carlos conta com seu capital social. Antes do início da safra, “*bate em porta em porta*”, a seleção é feita de maneira criteriosa. Como verificado em uma entrevista com uma colhedora de sua turma e em outras conversas informais, João Carlos representa a figura do turmeiro “justo”, e exerce sobre os

trabalhadores um tipo de dominação que parte dos valores morais e éticos e não de ordenamentos legais ou burocráticos. Ele e sua esposa são padrinhos dos filhos de alguns contratados.

Izabel (turmeira e fiscal, 45 anos, atuando na laranja há cinco anos) tem quatro filhos, dois meninos e uma menina. É natural de Minas Gerais. Na década de 1980, migrou para o Paraná e, por fim, há 15 anos está em São Carlos. Possui dois ônibus, ambos são utilizados para “puxar” turma. Na entrevista com ela, foram poucos os dados biográficos a que tive acesso; a turmeira prefere focar no processo de trabalho. Durante a entrevista, mantém a todo o momento um ar de desconfiança.

Considera ao trabalho rural como uma forma de “*Escape, quando não se tem emprego na cidade, toca-se para a laranja*”; seus anúncios (impressos em formas de cartazes) são postos nos bares e nos mercados do bairro. No mês de maio de 2011, o seguinte anúncio sonoro foi veiculado no bairro:

*E aí pessoal, vamos trabalhar? Estamos contratando colhedor de laranja, homem e mulher. Os interessados favor comparecer na Avenida (x), número (y)<sup>18</sup>, com carteira de trabalho e falar com Izabel.*

Izabel é considerada por alguns trabalhadores, que já fizeram safra com a mesma, como turmeira que está do lado do patrão, e, por isso e pelo tempo de atuação na contratação, não conseguiu ainda criar vínculos que aumentasse seu capital social, que poderia ser utilizado para contratação. Como diz em entrevista, “*contrato quem precisa, quem vem me procurar*”.

São pelos menos cinco turmeiros que contratam nos bairros que compõem a Cidade Aracy; muitos utilizam de ambas as práticas de anúncio para a arregimentação. Colam cartazes pelos bairros e acionam a rede de relações sociais para a formação da turma. Esse trabalho envolve, frequentemente, a família: pai, mãe e filhos dividem as tarefas de organização, transporte e fiscalização da produção.

É possível verificar, quando se trata do trabalho na laranja e no café, uma quantidade expressiva de mulheres nessas culturas; o recorte de gênero parece ser significativo para esse tipo de trabalho, e as comparações com os canaviais são sempre lembradas pelas mulheres. Na contratação, os turmeiros(as) levam em consideração as

---

<sup>18</sup>Alguns dados foram suprimidos para garantir a mínima preservação de identidade dos participantes da pesquisa, mesmo em alguns momentos sendo quase impossível.

identidades de gênero que define as mulheres pelo cuidado com a planta e a ideia de “mulher batalhadora”. Izabel e João Carlos não fazem distinção entre a produtividade dos homens e das mulheres. Ambos consideram que, na colheita, os níveis são muito parecidos, o que difere do trabalho no corte da cana, na qual a preferência por homens é um fato.

### **2.5.2 O trabalho familiar: arranjos e disputas**

O trabalho de campo dessa pesquisa constatou que são muitas as famílias migrantes que se assalariam na colheita da laranja, goiaba e café. Encontramos casais, filhos e mães, famílias inteiras, incluindo avós e netos. Esse dado nos lembrou Solcke (1986) e Silva (1998) que, em seus estudos, defenderam que, na passagem do trabalho rural do colonato para o trabalho oferecido pelo agronegócio aos trabalhadores rurais migrantes ou volantes, ocorreu a dissolução do trabalho familiar em prol do trabalho individualizado.

Nessa passagem, todos os membros eram contratados por valores diferentes e não interessava ao grande capital o trabalho familiar, o que rompeu com a dominação masculina do “pai-patrão” e, de algum modo, promoveu novos arranjos familiares na medida em que emergiam novos conflitos. Para Silva (1998), ao capital “interessa-lhe, sim, o trabalho individualizado, cooperativo, hierarquizado e controlado por outros que não mais o chefe de família” (p.101). No colonato, seguindo o argumento de Stolcke (1986), a autoridade do marido/pai sobre a família surgia da imposição e da coordenação do trabalho que impunha aos filhos e à esposa.

Consolidada essa passagem do trabalho rural familiar para o trabalho individualizado do agronegócio, concordamos que muitas assimetrias de gênero e geracionais foram rompidas, porém, devemos ainda considerar que essa individualização da qual fala as autoras deve ser relativizada. As famílias de trabalhadores rurais da colheita da laranja dos bairros da região da Cidade Aracy, por exemplo, vivenciaram esse processo. Mas, o fato de o trabalho agora ser formalmente individualizado não significou que os ganhos e a autonomia do uso dos mesmos passem por essa clivagem sempre. Bem como a divisão das tarefas na colheita, ainda que esses familiares se encontrem trabalhando na mesma roça.

O trabalho é controlado por duas figuras, o fiscal de turma e o fiscal de produção. Contudo, na dimensão micro do trabalho, o que esses trabalhadores mais relataram nas

entrevistas foi a cooperação entre os familiares e os conflitos gerados quando há resistência de uma das partes. A presença do pai, da mãe ou dos avós ainda exerce certa autoridade sobre a gestão do trabalho.

Seguindo o raciocínio de Josi (22 anos, ex-trabalhadora rural), de Cilene (39 anos, trabalhadora rural) e de tantas outras mulheres, se todos os ganhos vão para o mesmo lar, não faz sentido trabalhar individualmente no mesmo espaço. O projeto familiar de melhora qualitativa de vida parece ser central nessa decisão.

O trabalho em parceria na laranja é bem conhecido; muitos homens vão acompanhados de suas esposas, e algumas mulheres chegam a levar seus filhos adolescentes que, geralmente, estudam à noite, como é o caso de Irene (38 anos, paranaense, moradora do bairro de Antenor Garcia).

*Meu marido não trabalha na laranja e ele não liga de ir e levar o menino. Levo ele porque percebia que ele ficava muito desanimado em casa, pelo menos lá vejo ele animado, ganhando um dinheirinho, gosto de ir ganhar meu dinheiro ter mais autonomia, não depender somente do dinheiro do marido, que é pouco também. (Irene).*

Irene tem três filhos, duas meninas e um menino, o fato de querer ganhar seu dinheiro e não depender tanto do marido está relacionado à perspectiva de vida, que como nos conta, em outro momento da entrevista, começou a desenvolver após a migração. Antes de se mudar, trabalhava como o marido na terra do pai, no Paraná. Sua trajetória ocupacional oscila entre o trabalho doméstico e o rural, antes como pequenos agricultores e hoje como diarista nas diversas colheitas da região. Irene considera que a vida no sítio é muito cooperativa e, então, não tem como ter renda separada. Isso para ela muda na cidade. Ainda que todos os ganhos sejam direcionados para casa, a divisão é clara, pois ela e o marido estão envolvidos em atividades em espaços diferenciados.

O trabalho com o filho, Fábio de 19 anos, é cooperativo, e os ganhos são divididos entre eles. Esses ganhos não são somente usufruídos individualmente: a dimensão da casa sempre é levada em consideração por ambos. A gestão individual do trabalho e dos ganhos parece ser somente realizada na medida em que há a quebra do arranjo familiar anterior e o estabelecimento de nova residência.

Não somente entre os colhedores de laranja, encontramos esse padrão de trabalho familiar ou entre casais; entre os turmeiros, este tipo de trabalho também se faz presente.

Tanto João Carlos quanto Izabel são acompanhados por mulheres e filhos. João Carlos não dirige, e é o filho encarregado de transportar a turma para as fazendas; o pai, por sua vez, almeja a continuidade do trabalho na roça através do filho. A esposa, ex-doméstica, é responsável pelo registro mais preciso da quantidade de caixas de laranja colhida por sua turma e fiscalização.

Já os filhos homens de Izabel trabalham com ela na safra da laranja: um dirige o ônibus e o outro a ajuda registrando e controlando o trabalho na roça. As duas filhas, uma de 24 e a outra de 18, ficam em casa e atuam no mercado urbano de serviços.

Assim verificamos que a solidariedade familiar da casa ou dos antigos tempos reproduz-se na roça; a competição entre familiares do mesmo núcleo é pouco valorizada. Muitos trabalhadores concordam que o trabalho em parceria é melhor, pois diminui a quantidade de tarefas a serem realizadas, o que cansa menos. Porém, como lembrado por Dona Luzia (64 anos, ex-trabalhadora rural da laranja, migrante do Mato Grosso do Sul), muitas vezes o trabalho cooperativo não deixa de ser conflituoso:

*Olha menina, quando comecei a ir para roça ia eu, meu marido, e meu filho-neto, trabalhávamos todos juntos, depois que meu velho quebrou a clavícula e não voltou mais, comecei a colher com esse meu neto, mas aí ele começou a folgar de mais, oh bicho preguiçoso, aí mandei ele ir colher sozinho.* (Dona Luzia)

No momento da entrevista, o neto de Dona Luzia chegara em casa, e, ambos dando risadas sobre a situação, explicam-me o processo que na época fora conflituoso, mas não o suficiente para promover a quebra das relações familiares. A autoridade da avó frente ao neto, por ela criado, baseada na reciprocidade hierárquica, é bastante significativa.

### **2.5.3 As condições de trabalho na colheita da laranja**

Rever o processo de contração dessa força de trabalho torna-se importante na medida em que o trabalho oferecido pela colheita de cítricos vem se alterando nas últimas décadas<sup>19</sup>. O movimento global de mudanças econômicas e a inserção dessas colheitas nos grandes conglomerados internacionais modificaram a dinâmica do trabalho bem como a

---

<sup>19</sup> Agradeço aos participantes dessa pesquisa que me ajudaram de maneira fiel a reconstituir esse processo.

atuação rígida do Ministério do Trabalho na fiscalização das condições de trabalho e formalização da prática em prol do cumprimento da lei 5.889/73. Mesmo atualmente contando com um número significativo de trabalhadores sem registro, eles não formam mais a maioria como em outros tempos.

Os turmeiros – Encarregados de Turma –, nos anos 1990, eram conhecidos como “gatos”. São muitos os relatos das condições precárias de trabalho bem como roubo da produção. Cilene (38 anos, colhedora), por exemplo, conta-nos que, em 1995, na sua primeira safra, ela e sua turma, majoritariamente composta por nordestinos, mobilizaram um levante contra um turmeiro; alguns voltando para o Norte e outros procurando outros turmeiros, deixando aquele sozinho no meio da safra.

*Para quem nunca colheu laranja era tudo muito difícil, ninguém nos ensinou, nós colhíamos 40 caixas por dia, e ai o turmeiro disse um dia que era pouco, que se fosse continuar naquele ritmo era melhor ir embora, ai a gente trabalhou um mês inteiro e um dia a gente veio embora de a pé, nós trabalhávamos pra frente do Broa, o que dá uns 50 quilômetros até aqui, ele não podia ter feito isso até a outra turma que trabalhava com ele, disse que se nós fôssemos na justiça ele estava ferrado, porque não pode fazer isso, porque a produção estava boa, para quem nunca tinha apanhado laranja ai fomos na casa dele e ele não queria dar o pagamento da gente porque dizia que nós tínhamos dado para trás, eu quase bati nele ai ele pagou mas disse que não ia dar baixa na carteira e ai ficou até a firma mandar o papel, depois ele veio atrás, mas eu fiquei desgostosa, os outros foram embora pro norte, mas a gente queria ficar aqui então terminei a safra com ele e disse que preferia perdi esmola do que trabalhar com ele, ai um dia o Paraíba que conhecia meu irmão bateu lá em casa e perguntou: “é aqui que o Zé mora, vim chamar ele para safra da laranja”, e eu disse que meu irmão estava trabalhando de pedreiro, mas e perguntei então se ele tinha vaga que eu iria com ele, e estou até hoje, o Paraíba era mais organizado, ele ensinava, ajudava a carregar o material e sempre apoiava a gente .(Cilene).*

Os colhedores também eram responsáveis pela compra de luvas, sapatos, marmitas e roupas para o trabalho. Não havia banheiros químicos, nem toldo e bancada para o almoço, que geralmente é montado rente ao ônibus. Muitos ainda relatam que é comum fazerem o almoço embaixo do pé de laranja, pois, dependendo da “rua” em que estão, a

bancada fica longe e é cansativo se deslocar até a mesma. A comida é esquentada em uma lata ou come-se fria.

São inegáveis os avanços nas condições de trabalho, porém a precarização ainda é presente, seja na formalização do trabalho por tempo indeterminado que é determinado pelo tempo de safra, seja na própria prática, pois não são raras as quedas das escadas, alergias desenvolvidas pelo uso de agroquímicos para o controle de pragas na lavoura, picadas por animais peçonhentos e dores causadas pelos movimentos repetitivos e pelo peso da sacola que é apoiada no ombro durante a colheita do fruto. O “sobe” e “desce” constante da escada – com a sacola cheia de frutos para depositar no “Bag”, sacola maior que fica rente ao pé que está sendo colhido – propicia o surgimento de dores lombares entre outras.

Cilene (38 anos, colhedora), na entre safra do ano de 2010 para 2011, quando foi realizada uma segunda entrevista, estava fazendo fisioterapia, na Unidade Básica de Saúde do bairro, para livrar-se de dores na coluna ocasionadas pelo esforço repetitivo e diário nas 12 safras já realizadas. Essa situação é parecida com a de Valentina (42 anos, colhedora), que nos conta em entrevista que não irá fazer a safra no ano de 2011, pois precisa “descansar um pouco” e iniciar um tratamento, uma vez que, desde que quebrou o braço ao cair da escada em um dos anos em que fez a safra, ainda sente muitas dores.

Estar na safra é cansativo, pois como a maioria das mulheres, Valentina está submetida à dupla jornada de trabalho; a frustração por não poder cuidar bem da casa é constante nos relatos.

*Quando estou na safra é oito horas da noite estou na beira do tanque ou fazendo jantar, Olha meu marido me ajuda, mas não é a mesma coisa, se pede para lavar um quintal só joga uma água e diz que está pronto, não faz as coisas direito, se vai lavar a louça só da uma passada por cima, apesar de que eu quando estou na safra não areio as panelas e ai vai ficando pro feriado para o fim de semana.*

Valentina é migrante do Paraná, migrou em decorrência do casamento e, em seu local de origem apesar da família ser de sitiantes, ela não exercia atividade agrícola, trabalhava em um supermercado. O trabalho rural na cidade de destino surgiu da possibilidade de auferir ganhos que possibilitassem a construção da casa própria no bairro de Cidade Aracy II. Esse trabalho opera penas frustrações cotidianas como a relacionada à

impossibilidade de arear as panelas, que representa a falta de cuidado com a casa. Mas nesse caso, o objetivo maior de construção da casa ratifica sua sujeição ao trabalho rural.

*Olha na laranja não tem essas frescura se você tem estudo vai, se não tem também vai, se tem dor ou não tanto importante, se tem experiência ou não também vai, diferente dessas firmas por aí [...] mas um dia estava trabalhando com chuva, e o sapatão com barro fica muito liso, ainda tinha passado tinta óleo na escada e ficou muito liso mesmo, aí quando subi eu escorreguei quando percebi virei de lado para não quebrar a coluna e foi por cima desse braço e o nervo saiu, eu fiquei afastada pelo INSS porque estava registrada.*

Na última safra, a firma que contratou Valentina “não pagou nenhum atestado”, porém, todos eram registrados; para ela, mesmo assim era melhor, pois caso acontecesse algum acidente, estavam protegidos não pela empresa, mas pelo INSS, como afirma. Ainda relata que antigamente os turmeiros pegavam a carteira, mas não levavam para registrar e os trabalhadores somente ficavam sabendo no fim da safra quando ia fazer o acerto, situação que, atualmente, é impensável dado as ações do Ministério do Trabalho. Porém, como é visto, a empresa sempre se apoiará nas brechas da legislação trabalhista para escaparem de algumas obrigações que oneram a atividade.

O atestado médico pela falta ao trabalho constitui um importante elemento de disputa entre os trabalhadores e patrões. O número de atestados solicitados pelos trabalhadores é considerado indicativo de “bom” ou do “mau” trabalhador e influencia na contratação da próxima safra. Pegar atestado “suja” a fixa do empregado frente à empresa; assim, as possibilidades encontradas são sair da colheita ou trabalhar até “não aguentar mais”. Nesse sentido, é na época da entressafra que os trabalhadores (as), principalmente as mulheres, vão ao médico.

Silva (2008), ao investigar as mortes e os acidentes em canaviais e laranjais paulistas, constatou que

não há uma política específica no combate à ocorrência de acidentes de trabalho, e a criação de uma política a esse respeito torna-se inviável, caso comprometa o rendimento dos trabalhadores no desempenho de suas funções. Cada trabalhador é obrigado a agir individualmente, com o apoio do Sindicato, na resolução de litígio ocorrido na esfera do trabalho (p.26).

Assim a preocupação sempre recai sobre os níveis de produtividade do trabalhador. São por esses níveis sagrados que a preocupação da reprodução da força de trabalho se realiza. Assim, Silva (2008) adverte que “o aumento do processo de precarização caminha lado a lado com o avanço técnico-científico, ambos presentes no setor de cítricos e sucroalcooleiro”(p.2).

Somando os dados de campo dessa pesquisa, temos, a partir de informações coletadas junto aos trabalhadores rurais do bairro Antenor Garcia, São Carlos, que atualmente um “bom cortador” corta em média 14 a 19 toneladas por dia. E sabe-se que o ritmo é pautado pelas necessidades econômicas padecidas.

Segundo Marcos<sup>20</sup> (26 anos, morador do bairro Antenor Garcia e do alojamento de uma usina localizada entre São Carlos e Ibaté), a usina *obriga* a fazerem pausas do turno por causa da rigidez do sindicato:

*A usina nos obriga a descansar, além disso, temos banheiros, dados pela usina, mas nem sempre usamos eles, também tem toldo no ônibus para descansar na hora do almoço, mas não queremos parar, mas é necessário, pois quando o sindicato multa, todos recebemos “bronca” dos mais altos cargos aos mais baixos, nós os cortadores, o sindicato é bom por um lado, mas ruim por outro, pois não queremos parar.*

É bastante representativa a fala deste cortador, pois nos demonstra a visão que tem do sindicato representado como um *mal necessário* que, muitas vezes, influencia na produtividade por suas regras de trabalho; para esse trabalhador, há a introjeção da necessidade de “*não parar*”, da necessidade de superação e alcance de maiores ganhos, e para tal, valoriza a competitividade entre os trabalhadores do eito.

Marcos, ainda nos relata que, na safra de 2010, a usina não arregimentou nenhum trabalhador do Norte e do Nordeste. A contratação fora feita em Minas Gerais, e que, mesmo morando em São Carlos, foi até Minas para ser contratado.

A justificativa mais conhecida fora que mesmo os “nortistas” tendo índices de produtividade relevantes e até maiores, eles causam muitos problemas para a cidade, pois os bares próximos ao alojamento são palco de constantes desentendimentos entre os trabalhadores, o que reflete nos índice de criminalidade da pequena Ibaté.

---

<sup>20</sup> Os nomes dos participantes desta pesquisa foram modificados para preservar minimamente suas identidades, condição esta estabelecida no momento da entrevista ou da conversa informal.

Para um senhor de meia idade que acompanha Marcos, no momento da conversa, o prefeito de Ibaté gostaria de proibir a entrada desta população, mas não pode, porque são eles que cortam a cana. Assim, tomando como referência teórica o trabalho de Elias e Scotson (2000), os recém-chegados são portadores da desordem e devassidão moral.

Desafiar os arregimentadores e ir para o bar, por exemplo, é uma estratégia de resistência cotidiana destes trabalhadores, a exploração do trabalho que os apropria até mesmo as horas não dedicadas ao trabalho, horas essas que devem ser dedicadas ao descanso para o trabalho: o tempo livre deve ser produtivo.

#### **2.5.4 Entre o trabalho rural “com” e “sem” registro: a segmentação da força de trabalho**

Como demonstrado no item anterior, a contratação de trabalhadores rurais nos bairros da grande Cidade Aracy ocorre por meio da ação dos arregimentadores ou turmeiros (as) como são localmente conhecidos. Eles (elas) são também moradores desses bairros, e suas casas são localizadas nas partes mais centrais do bairro, geralmente são logo identificados, pois em frente a suas casas ou nas proximidades encontramos ônibus com a denominação: “rurais”.

No caso da laranja, por trás da ação dos turmeiros existem as empresas que negociam com os donos das fazendas a safra ou que possuem grandes fazendas de cítricos. Elas também atuam como intermediárias nas relações entre trabalhadores (colhedores e turmeiros). Os trabalhadores considerados nesse campo são contratados para o trabalho na safra de cítricos das empresas *Louis Dreyfus Commodities*, *Cutrale* e *Citrosuco*, do grupo Fisher. A última, aliás, está em processo de fusão com a *Citrovita*, do grupo Votorantim como divulgado pela revista “*Isto é dinheiro*” em maio de 2010.

Na semana passada, a Citrosuco, do grupo Fischer, e a Citrovita, do grupo Votorantim, anunciaram uma megafusão que dá forma a um colosso com sete fábricas, dez mil empregados, faturamento de R\$ 2 bilhões e uma fatia de 25% do mercado global de suco. Só de exportações, foram US\$ 676, 269 milhões no ano passado. São números que fazem a nova companhia ombrear com a Cutrale – a empresa de Araraquara também possui sete fábricas e exporta US\$ 676,255 milhões. Trata-se de uma diferença mínima, é verdade, mas que incomoda.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup> Disponível em:

<[http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/23741\\_O+MALABARISMO+DA+CUTRALE](http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/23741_O+MALABARISMO+DA+CUTRALE)>. Acesso em: 20 nov. 2010.

A Fisher, segundo dados institucionais, existe desde 1928 e dedica-se à produção e à industrialização de laranja, atuando no cultivo, manejo, processamento, estocagem e distribuição do produto final, exportando boa parte de sua produção. Com a fusão, o grupo contará com empresas em Matão, Araras, Limeira, Catanduva e Bebedouro no estado de São Paulo e em Videira, Santa Catarina, ainda com a empresa Lake Wales, na Flórida (EUA); juntas, elas terão a capacidade de produção equivalente a 25% do consumo mundial de suco de laranja com faturamento anual de dois bilhões.

A americana Louis Dreyfus Commodities também aparece como contratante de trabalhadores rurais nessa região. A empresa é responsável por parte significativa do suco de laranja exportado do Brasil para os Estados Unidos. Segundo dados de campo, a empresa arregimenta, pelos os turmeiros vinculados a Coimbra-Frutesp; alguns trabalhadores conhecem parcialmente seu caráter internacional. Quando são questionados sobre para quem trabalham, alguns afirma, como é o caso de Cema (41 anos, colhedora de cítricos), o “*patrão é um tal de Louis Dreyfus que é americano*”. Nesse caso, é necessário nomear o “patrão” que, no caso, é fictício Louis Dreyfus.

No campo considerado por esta pesquisa estão presentes dois tipos de trabalho. O trabalho devidamente regularizado pelo Ministério do Trabalho, conhecido como trabalho *com carteira*, e o trabalho *sem registro ou sem carteira*.

Atualmente, o trabalho sem registro é realizado maciçamente em propriedade de menor porte, cuja safra dura poucos meses atingindo, em menor medida, a colheita de laranja e em maior grau a colheita do café e da goiaba.

O contrato de trabalho entre os trabalhadores (as) rurais dos bairros que compõem a Grande Aracy é por tempo indeterminado e formalizado pela lei 5.889/73, sancionada em 1973 em substituição ao Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Essa lei foi criada com o intuito de equiparar os direitos dos trabalhadores rurais aos urbanos.

Para Stolcke (1985), as diferenças são sensíveis em relação ao Estatuto: naquele momento a nova lei tratava de definir o trabalhador rural em seu Artigo 2º como “Empregado rural [que] é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, [que] presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”. (p. 233, *grifo nosso*). Ainda segundo a autora, essa lei ao invés de eliminar algumas deficiências observadas no Estatuto do Trabalhador Rural, como em relação à legalização dos trabalhadores eventuais, simplesmente os excluíram de maneira eficaz.

Para o trabalho do tipo eventual, seguindo dados de campo, não há formalizações, não há contrato. A lei n. 6.019, que define trabalhador eventual ou temporário, não os contempla, são totalmente desprotegidos.

No caso dos trabalhadores formais, segundo parte do Contrato de Trabalho, a qual tivemos acesso em uma das entrevistas realizadas, a remuneração do trabalhador será variável conforme a produção, que, no caso da laranja, se refere à quantidade de caixas colhidas, de dimensões internas de 52 cm x 32 x 30 cm de altura, respeitando a remuneração estabelecida pelo salário mínimo. Atualmente, como verificado na Carteira de Trabalho de alguns participantes dessa pesquisa, o valor da caixa é de 0,32 centavos por caixa colhida. O contrato prevê ainda que o preço por caixa de laranja colhida será determinado considerando-se a quantidade de frutas por árvore; o tamanho da fruta e, por fim, a quantidade de frutas por árvore de cada talhão.

A “caixa” é o modo antigo de se referirem ao local em que armazenam a laranja, pois atualmente usa-se uma sacola que é pendurada ao corpo facilitando o trabalho de subir e descer a escada que ajuda a alcançar os frutos. A sacola cheia chega a pesar 20 quilos e é despejada em uma sacola maior que fica rente ao pé de laranja, conhecida como “Bag”. No final do dia, caminhões passam recolhendo-a com a ajuda de um guincho. Às vezes, os trabalhadores preferem derrubar a laranja no chão com um gancho ou manualmente para que depois possam recolher; essa prática levou muitos colhedores a serem denominados “Catadores” de laranja. Esse modo de colheita é bastante usual quando o trabalho é realizado em parceria entre colegas, filhos e casais.

Os trabalhadores sem registro para as safras da região são bastante conhecidos, (STOLCKE, 1985; SILVA, 1998, ALVES, 2008); muitos deles, que hoje gozam dos direitos estabelecidos no contratado de trabalho, já trabalharam dessa forma. Seja porque ele simplesmente não existia ou para testarem sua capacidade de adaptação ao trabalho, para ver se aguentariam como comumente afirmam.

#### 2.5.4.1 Os trabalhadores com carteira assinada

O trabalho com registro tornou-se comum entre os turmeiros e outros trabalhadores a partir dos anos 2000. Foram várias as lutas sociais e sindicais para que a atuação do Ministério do Trabalho sobre a regularização dessa atividade fosse cumprida. Todavia, a determinação da regulação também faz parte do contexto econômico do agronegócio que se estabeleceu de fato nos últimos 15 anos. A racionalização e o controle das atividades fazem parte das novas perspectivas de produção. Segundo os dados da Relação Anual para o Ano de 2010 (RAIS)<sup>22</sup>, temos o seguinte perfil para os trabalhadores da laranja devidamente contratados nas cidades de interesse<sup>23</sup>, é homem, de 30 a 49 anos de idade com ensino fundamental incompleto.

**TABELA 9** - Número de trabalhadores vinculados à laranja por município e sexo

<b><u>Município (SP)</u></b>	<b><u>Homens</u></b>	<b><u>Mulheres</u></b>	<b><u>Total</u></b>
<b>Araraquara</b>	247	77	324
<b>Bebedouro</b>	1.490	597	2.087
<b>Brotas</b>	374	178	552
<b>Matão</b>	1.024	227	1.251
<b>São Carlos</b>	252	105	357
<b>Total</b>	3.387	1.184	4.571

**Fonte:** Ministério do Trabalho RAIS 2010

<sup>22</sup> Agradecemos a Silvana Queiroz pelo apoio incondicional oferecido à pesquisa no que diz respeito à tabulação dos dados a partir da RAIS.

<sup>23</sup> Optamos pela escolha dos municípios de: Araraquara, ao consideramos sua significância na produção de cítricos, principalmente por ser sede da Cutrale; Bebedouro, por ter escritórios da Louis Dreyfus; Brotas e Matão por terem escritórios da Citrusuco do grupo Fisher; e, por fim, São Carlos, por se tratar da cidade de maior interesse para esse estudo.

**TABELA 10** - Número de trabalhadores vinculados à produção de laranja por município e faixa etária

<b>Município (SP)</b>	<b>ATE 17</b>	<b>18 A 24</b>	<b>25 A 29</b>	<b>30 A 39</b>	<b>40 A 49</b>	<b>50 A 64</b>	<b>65 OU MAIS</b>	<b>Total</b>
<b>Araraquara</b>	0	21	30	95	110	64	4	324
<b>Bebedouro</b>	3	386	291	538	472	359	38	2.087
<b>Brotas</b>	20	113	80	136	115	83	5	552
<b>Matão</b>	0	136	156	316	337	272	34	1.251
<b>São Carlos</b>	3	48	63	107	74	53	9	357
<b>Total</b>	26	704	620	1.192	1.108	831	90	4.571

Fonte: Ministério do Trabalho RAIS 2010

**TABELA 11** - Número de trabalhadores rurais vinculados a laranja por município e escolaridade

<b>Município(SP)</b>	<b>Analfabeto</b>	<b>Ens.F. I</b>	<b>Ens.F. C</b>	<b>Ens.M.I</b>	<b>Ens.M.C</b>	<b>Superior</b>	<b>Total</b>
<b>Araraquara</b>	5	184	36	10	60	29	324
<b>Bebedouro</b>	33	1.669	157	34	118	76	2.087
<b>Brotas</b>	14	348	84	39	55	12	552
<b>Matão</b>	25	699	116	88	254	69	1.251
<b>São Carlos</b>	7	178	79	45	33	15	357
<b>Total</b>	84	3.078	472	216	520	201	4.571

Fonte: Ministério do Trabalho RAIS 2010

**Legenda:** **Ens. F. I:** Ensino Fundamental Incompleto  
**Ens. F. C:** Ensino Fundamental Completo  
**Ens. M.I:** Ensino Médio Incompleto  
**Ens. M. C:** Ensino Médio Completo

**TABELA 12** - Rendimentos em salários dos trabalhadores vinculados À laranja Município/por Salários

<b>Município (SP)</b>	<b>Até 0,50</b>	<b>0,50 - 1,00</b>	<b>1,01- 1,50</b>	<b>1,51 - 2,00</b>	<b>2,01- 3,00</b>	<b>3,01- 4,00</b>	<b>4,01 - 5</b>	<b>5,1 À +</b>	<b>Total</b>
<b>Araraquara</b>	0	4	95	66	58	46	12	33	314
<b>Bebedouro</b>	181	360	573	413	259	68	17	46	1.917
<b>Brotas</b>	1	16	343	123	37	11	8	7	546
<b>Matão</b>	0	10	154	486	306	67	68	80	1.171
<b>São Carlos</b>	0	8	181	84	52	8	7	3	343
<b>TOTAL</b>	182	398	1.346	1.172	712	200	112	169	4.291

Fonte: Ministério do Trabalho RAIS 2010

A partir desses dados, inferimos que a maior parte dos trabalhadores registrados moradores ou não dessas cidades são homens, têm entre 30 e 49 anos e majoritariamente possuem Ensino Fundamental Incompleto; ainda cerca da metade desses trabalhadores ganha, em média, de um salário mínimo e meio a dois salários mínimos. A partir da comparação dos dados da RAIS, com os dados obtidos com o trabalho de campo realizado, observamos que esses trabalhadores, quando não estão na safra da laranja, encontram-se em muitos trabalhos urbanos que, em média, pagam a mesma faixa salarial.

Alguns trabalhadores enfatizam que, na colheita de laranja, é aberta a possibilidade de ganhos maiores, pois o que conta é a produtividade. Assim, há uma valorização entre os trabalhadores dessa ocupação em relação a outras.

O fato de possuírem majoritariamente o Ensino Fundamental Incompleto é bastante significativo. Dessa forma, relembando a fala de Valentina (colhedora, 42 anos), temos a seguinte constatação: “*Olha na laranja não tem essas frescura se você tem estudo vai, se não tem também vai também*”. Para ela, a “*frescura*” advém dos pré-requisitos estabelecidos pelos empregadores urbanos, nas áreas industriais, de serviço e comércio. É importante considerar que, para esses trabalhadores, com essa faixa educacional existe uma dificuldade em candidatar-se aos empregos oferecidos por esse setor. Logo, o trabalho na colheita da laranja aparece como se observa na fala de Izabel (turmeira, 42 anos): uma forma de *escape*, ao desemprego.

Diante disso, lidamos com duas perspectivas no campo considerado por essa pesquisa: existe uma fração de trabalhadores que legitimam o argumento de Isabel e Valentina, considerando o trabalho rural como um “*escape*”, como alternativa ao desemprego, e aqueles que amplamente valorizam esse tipo de trabalho por outras motivações e demonstram até mesmo a preferência por tal em relação ao trabalho urbano – aspecto esse que será discutido na última seção desse capítulo. Mas tais opiniões também são refeitas, repensadas, ao longo da trajetória ocupacional e de vida desses trabalhadores, o que demonstrou certas contrariedades e descontinuidades nos discursos dos entrevistados. Ora dizem preferirem o trabalho rural em relação ao da cidade, ora dizem faltar oportunidades. Entretanto, mesmo quando se empregam em trabalhos urbanos, permanecem ali por muito pouco tempo, voltando para a safra da laranja logo em seguida.

Outro dado que também chama a atenção, ao considerarmos os dados da RAIS e do campo da pesquisa, é o número de trabalhadores na faixa etária dos 50 aos 64, de 65 a mais e de 18 a 24. É possível confirmar por esse dado uma das tendências gerais do mercado de trabalho brasileiro, se consideramos a laranja como um “*escape*”, como anteriormente citado.

Na faixa dos 18 aos 24 anos, encontramos jovens buscando seu primeiro emprego; é o caso de Josi (migrante da região metropolitana de São Paulo, 22 anos, colhedora de laranja) e Fábio (19 anos, solteiro, filho de paranaenses, ex-colhedor de laranja).

*Logo que cheguei aqui, eu deixei um monte de currículo, eu não tinha escolha, nunca tinha trabalhado, não tinha experiência em carteira, pois sempre trabalhei com meu pai, aí vamos tentar, né?, O que aparecesse era lucro, nunca tinha capinado na minha vida, até hoje não sei, fazia cada buracão. Aí chamavam “vamos para goiaba, então eu ia, “vamos para a laranja” eu também ia. Mas às vezes também te chamam para uma firma, mas aí você prefere voltar para laranja, sabe aquele pressão toda em cima de você (Josi).*

Segundo Pochmann (2007), “a emergência do desemprego estrutural entre os jovens torna mais distantes as possibilidades de constituição de trajetórias ocupacionais e de vida vinculadas à ascensão social” (p.2). Assim, para o autor, o processo de imobilidade social intrageracional e regressão intergeracional, isto é, quando a posição da vida e trabalho do filho é inferior a dos pais, está em curso na sociedade brasileira, o que reforça a necessidade de criação de políticas públicas capazes de inverter tal processo.

São muitos jovens na posição de Fábio e de Josi que, após completarem o Ensino Médio, ficam à deriva. Muitos ainda dependem das redes de relacionamento familiar para conseguir alguma colocação no mercado de trabalho. Somando a esse processo de desemprego estrutural, é verificada também a maternidade ou paternidade precoce. Josi, aos 22 anos, já é mãe de uma menina de dois anos, o que colabora para sua expulsão do mercado de trabalho formal urbano.

A outra ponta do processo está no incremento do número de trabalhadores (as) na faixa etária dos 50 aos 64 anos. Como demonstrado por Wajnman e Oliveira (2004), com o avançar da idade verificamos uma maciça expulsão pelos empregadores dos trabalhadores do mercado de trabalho industrial, de comércio e de serviços. Porém, nos últimos anos, seguindo as autoras, essa população vem pressionando positivamente o mercado de trabalho. Assim, considerando a média nacional:

Vale destacar o nível de participação ainda bastante elevado no grupo 60-64 anos: 62% para homens, com o pico da atividade masculina situando-se em 95% no grupo 30-34 anos; e 24% para mulheres, contra 67% no grupo de 35-39 anos de idade. Em termos de proporções, os idosos de 60-64 anos de idade, respondem por 45% da PEA de 60 anos e mais, o grupo de 65-69, por 25% e os acima de 70, pelos demais 30%. (WAJNMAN, OLIVEIRA, p.457, 2003).

Voltando aos dados da RAIS, verificamos que o número de trabalhadores na atividade da laranja com mais de 65 anos, cerca de 90, com registro de trabalho, pode estar relacionado ao que nos confidencia Dona Luzia (64 anos, migrante do Mato Grosso do Sul e ex-colhedora de laranja).

*Em 2002 fui trabalhar na laranja com meu esposo. Nós recebíamos, por quinzena, 70 reais, aí depois comecei a ir com o “Paraíba” que nos ajudou muito. Na época era todo esse “mundarel” de gente aqui em casa. Naquele ano fez a safra eu meu esposo e esse meu filho-neto, aí deu um dinheiro bom, nós continuamos no ano seguinte, mas aí não quiseram mais pegar eu porque já tinha mais de sessenta anos e porque meu marido tinha quebrado a clavícula quando caiu da escada aí minha nora me ajudou a entrar de auxiliar de cozinha no restaurante que ela trabalhava, esse restaurante depois foi vendido para dona desse que estou hoje, aí me perguntaram: “O dona Luzia você sabe cozinhar?” eu disse que sim é claro, aí me colocaram na salada. Meu marido comprou um ônibus que ainda estamos pagando e tem levado gente para roça também, mas prefere pegar o pessoal de Ibaté.*

Portanto, no processo de contratação, além de se considerar exame médico realizado pela empresa, da verificação das fichas do trabalhador, caso tenha feito safras anteriores, os trabalhadores com mais de 60 anos que se candidatam são, na maioria das vezes, dispensados pelas empresas por considerarem inaptos para a atividade da colheita.

A aposentadoria para, pelo menos, quatro dos entrevistados dessa pesquisa, não está no horizonte imediato do curso da vida. As trajetórias profissionais de Luzia, João, Paraíba e Marlene estando, atreladas ao trabalho na roça – sem ou com registro – também são sazonais. Isso dificulta a contagem dos anos de contribuição. Alguns trabalhadores têm como alternativa lançarem-se nas redes de parentesco e amizade como forma de encontrarem outras atividades que os prendam ao mercado de trabalho. Muitos trabalhadores, na faixa dos 65 anos, relatam que a necessidade de estar no mercado de trabalho também se relaciona ao arranjo familiar refeito na migração.

#### *2.5.4.2 Os trabalhadores sem carteira assinada*

Seguindo dados de campo, o trabalho sem registro ainda é bastante comum no bairro. Ele atinge principalmente as safras cujo período é curto e cujas propriedades não estão vinculadas ao complexo sucroalcooleiro e, de maneira restrita, à safra de cítricos. As safras do café e da goiaba são as que mais utilizam desse tipo de trabalho. Geralmente não existe uma empresa por trás das negociações entre turmeiro e trabalhador, mas sim um fazendeiro ou um médio agricultor. O número desses trabalhadores é quase impossível de ser conhecido, pois varia muito ao longo do ano.

Muitos desses trabalhadores são arrematados depois que o período de contratação formal para safra de laranja já terminou. Atinge aqueles trabalhadores que, nesse momento, estavam em outras atividades produtivas e ficaram desempregados nesse meio tempo. Também é conhecido que boa parte dos safristas da laranja, no período do fim da colheita ao início da próxima, a entressafra, se vincule a este tipo de trabalho sem registro a fim de custear o período em que estão sem trabalho.

Alguns turmeiros da laranja arrematam esses trabalhadores sem contrato para complementar a turma e garantir o aumento da produtividade. Esses trabalhadores são conhecidos como *diaristas*. Mas geralmente os turmeiros que trabalham com contrato e carteira assinada negam-se a levar pessoas sem registro, por causa da fiscalização do

Ministério do Trabalho. Os turmeiros que trabalham com esse tipo de turma, como dito anteriormente, são em sua maioria aqueles que prestam serviço para certos fazendeiros da região.

O número de trabalhadores sem carteira é quase impossível de quantificar. Além de não possuírem nenhum dado que os identifique, constituem uma porção sempre flutuante, pois, como já foi dito anteriormente, esse tipo de trabalho é considerado como “bico”. Por meio de observações de campo e relatos, é possível estimar, nos bairros que compõem a Cidade Aracy, cerca de 100 trabalhadores nessa condição, e a grande porção está na colheita do café e da goiaba.

Mariana (39 anos, casada, 3 filhos) é natural do Paraná e migrou para São Carlos na década de 1990. Possui uma trajetória de vida marcada pelo trabalho rural, especialmente o trabalho “sem registro”. Já atuou na safra da laranja, do café e da goiaba e conta-nos que, na colheita da laranja, prefere não ter registro, pois, nessa condição, se ganha mais do que quando é registrado e também se pode mudar de atividade quando entender que as condições de trabalho não são boas ou continuar trabalhando enquanto melhores propostas não aparecem. O trabalho sem registro é visto como um “bico” para quando não se está em um trabalho formalizado. Desde 2000, paga as parcelas do INSS como autônoma para que algum dia essas parcelas contem nos anos de contribuição para a aposentadoria.

Já o jovem Fábio (18 anos, solteiro, filho de paranaenses), filho de Mariana, trabalhou com a mãe durante uma safra de laranja e uma colheita de café. Nessa época, estava à procura de seu primeiro emprego e se recusava ficar em casa enquanto a mãe ia para a roça. Mariana ainda considerava que era melhor ele estar fazendo um “bico” com ela do que ficar em casa. Atualmente Fábio está trabalhando em uma fábrica de peças industriais da cidade, e a mãe continua na safra do café. Essa safra arregimenta mais mulheres do que homens; a habilidade manual das mulheres é amplamente valorizada na colheita desse fruto. Segundo Mariana, essa safra depende da habilidade manual e delicadeza para não danificar a planta.

Ser trabalhador sem registro significa não ter direitos ao seguro desemprego no final da safra e estar desprovido dos benefícios e auxílios oferecidos pelo contrato formal, como, por exemplo, ter direito a descanso remunerado e ser protegido pelo INSS caso sofram algum tipo de acidente.

Sigaud (1979), ao analisar o processo de segmentação da força de trabalho rural em Pernambuco, também verificou essa distinção entre trabalhadores rurais com carteira

considerados “fichados” e sem registro o que chamou de “clandestinos”. Nesse caso, a segmentação da força de trabalho garantia a acumulação do capital do usineiro através do aumento da intensividade da força de trabalho, pois o clandestino que trabalha para o empreiteiro é comandado por sua disposição. Assim, trabalhar segundo a disposição opõe-se a trabalhar tendo um limite aquém da disposição, tendo uma média a ser superada.

Já entre os trabalhadores da laranja, a disposição é fundamental; a liberdade que dizem usufruir na roça contrasta com a pressão pela produção. Assim, o trabalho com e sem carteira tem suas vantagens e desvantagens. O primeiro resguarda ao trabalhador maior segurança e o segundo maiores ganhos. É também através desse cálculo que os trabalhadores contrabalanceiam e fazem suas escolhas.

Para muitos migrantes, as preferências pela formalização ou não do contrato de trabalho pode estar relacionada a suas trajetórias migratórias e estratégias de reconversões. O trabalho de campo demonstrou que os trabalhadores, de alguma maneira, fazem um cálculo sobre as condições e as perspectivas de vida nesse trabalho e, assim, decidem se formalizam o contrato ou não. Há um espaço de ação e definição de trajetórias individuais pelo traçar de perspectivas nesse ou naquele trabalho.

Assim, as preferências pelo trabalho rural, especialmente o da colheita da laranja, é dada pela “instabilidade” que o trabalho temporário oferece. Para as trajetórias migrantes encontradas no campo de interesse, o retorno aparece como elemento central nas trajetórias de vida.

Mesmo os contratos dos trabalhadores sendo firmados como de prazo “indeterminado”, sabe-se que a safra ocorre de um determinado período e que, entre os meses de dezembro a maio, serão dispensados para serem recontratados no mês de junho, quando a safra inicia-se novamente. Durante cerca de cinco meses, esses trabalhadores realizam “bicos” na cidade, geralmente aqueles relacionados à construção civil, no caso dos homens, e aqueles relacionados ao trabalho doméstico como as diaristas, no caso das mulheres, ou ainda atuam em outras culturas como da goiaba, do café e do eucalipto. Esses trabalhos permitem a manutenção do núcleo familiar na entressafra.

Mas, a cada dois anos, estando submetidos ao contrato por tempo indeterminado e recolhendo o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), podem usufruir de três a quatro meses em seus lugares de origem. Uma das participantes dessa pesquisa coloca-nos que, caso os trabalhadores estejam vinculados a outros tipos de trabalhos formalizados pelo contrato por tempo indeterminado e que realmente não se sabe quando será mandado

embora, os mesmos só poderiam voltar para seus locais de origem nas “curtas férias”, que vão de 20 dias a um mês, tornando a volta muito custosa. Assim, é preferível “voltar” a cada dois anos usufruindo do seguro desemprego.

Nesse sentido, para que os trabalhadores rurais migrantes do Paraná, Paraíba, Bahia e de tantos outros estados possam realizar o retorno, tão essencial no curso de suas vidas, o trabalho rural aparece como alternativa na medida em que libera o trabalhador migrante das amarras do trabalho permanente, possibilitando idas mais constantes – mesmo que sejam a cada dois anos, ou ano “sim” e ano “não” como dizem – a seus locais de origem, com os quais ainda mantêm contato.

Esses trabalhadores migrantes estão sempre na encruzilhada entre o trabalho formal rural, com registro e sem registro, entre o trabalho urbano que, como no caso das diaristas e trabalhadores da construção civil, pode ser com ou sem registro também. Para além dos determinantes macroestruturais que colocam essa população nesses trabalhos, deduzimos a partir dessa pesquisa que a ação desses indivíduos na negociação de suas trajetórias de vida deve ser sempre considerada nas análises das migrações.

### **2.5.5 A pendularidade do trabalho rural no município de São Carlos**

A pendularidade do trabalho tem sido amplamente estudada por pesquisadores que voltam suas análises para as grandes cidades brasileiras (CUNHA, 1993; ARANHA, 2005; OJIMA, OLIVEIRA, PEREIRA 2006). Pensar o entorno, também conhecido como “Região Metropolitana”, desafia os pesquisadores a análises dos deslocamentos diários de sua população. O vai e vem rítmico, similar a um pêndulo, opera esses deslocamentos diários.

Segundo Aranha (2005), os movimentos são ocasionados por diversas motivações, entre as quais se lista trabalho, lazer, estudo, saúde, negócio entre outros, refletindo para esse autor as desigualdades sociais e espaciais entre a metrópole e seu entorno. Assim, “mensurar volume, sentido e direção desses deslocamentos é indicativo não apenas das trajetórias que as pessoas realizam no espaço, mas também das oportunidades e/ou dos obstáculos existentes nessas cidades” (p.96).

Esses deslocamentos diários caracterizaram a formação das chamadas “Cidades Dormitórios” (OJIMA et al., 2006), nas quais sua população somente toma a mesma como

local de residência, pois as outras atividades, principalmente econômicas e culturais, são realizadas em outras cidades.

No contexto da Região Administrativa Central e de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, ao longo dos anos, foi possível observar tal dinâmica. Silva (1998), ao estudar as migrações para essa região, demonstrou que a população migrante, que vem para o corte de cana dessas regiões, tendia a concentrar-se nas chamadas periferias urbanas ou cidades dormitórias como Guariba, Serrana e Dobrada.

No caso dos trabalhadores da colheita da laranja moradores da periferia de São Carlos, a situação de pendularidade também é conhecida<sup>24</sup>. No entanto, diferentemente dos trabalhadores da Região Metropolitana de São Paulo, podemos sugerir, a partir de dados de campo, que os trabalhadores rurais da laranja e outras culturas não possuem relações diretas ou estreitas com o ambiente cultural da cidade na qual se localiza a plantação, pois somente circulam entre a periferia de São Carlos e as roças e assim não possuem claramente a dimensão espacial pela qual circulam para a colheita de cítricos.

A situação pendular somente é percebida pelos trabalhadores quando o trajeto da casa à plantação é demasiadamente longo. Quando eles vivenciam a situação de “*Pegar estrada*”, tal percepção vem à tona. Algumas vezes, os trabalhadores, não possuem a dimensão definida de espaço, ou seja, não sabem se ainda aquela área rural pertence a São Carlos ou não.

Assim, o trabalho é pendular. Porém, as vivências cotidianas ou os espaços de vida para além do trabalho, são realizados entre o centro do município de São Carlos – especialmente a área comercial – e os bairros que compõem a região da Cidade Aracy. É nesse espaço que estão a igreja, o campo de futebol, as poucas praças, o bar, a família, os vizinhos, os amigos e os mercados em que mais circulam.

Segundo Paraíba (54 anos, turmeiro), é o fiscal da empresa que decide para onde vão. Os trajetos geralmente não passam de uma hora e meia. Durante a safra, os trabalhadores chegam a colher laranja em muitos municípios, a circularidade depende do tamanho da fazenda e da disponibilidade das turmas que lá colhem. Numa mesma fazenda, existem muitas turmas, moradores ou não dos bairros da Região da Cidade Aracy.

Atualmente, a Secretaria de Agricultura e abastecimento mantém uma base do restaurante popular da cidade nos bairros da Cidade Aracy I, por onde passam diariamente

---

<sup>24</sup> A colheita é realizada nos municípios de Itirapina, Brotas, Bebedouro, Matão, Araraquara, Ribeirão Bonito e nos distritos de Água Vermelha e Santa Eudóxia. Dado obtido pela pesquisa de campo.

cerca de 560 trabalhadores rurais cadastrados para tomarem o café da manhã, oferecido gratuitamente por esta secretaria. Das 05h50min da manhã às 07h00min, é possível observar grande movimentação de ônibus, com a denominação “Rurais”, e vans que transportam estes trabalhadores para as fazendas, majoritariamente de laranja, cana-de-açúcar e café.

No tempo de deslocamento, alguns trabalhadores vão jogando, outros conversando e muitos dormindo. Porém, são as muitas mulheres que nesse tempo se dedicam a fazer artesanato para vender e assim complementar a renda ou simplesmente por distração. A atividade favorita é a realização de toalhas de crochês. Uma das participantes da pesquisa mostra-me várias bonecas que faz durante o trajeto da casa à roça; a saia da boneca é feita de crochê, a armação, ou o corpo é feito de garrafa PET, e a cabeça é comprada pela cunhada, *sacoleira*, na Rua 25 de Março em São Paulo. Essas bonecas são vendidas às colegas de trabalho e às vizinhas. O ato de fazer boneca parece ativar a subjetividade feminina em meio ao duro ambiente de trabalho, caracterizado pela roupa, utensílios e pela própria atividade.

Esses deslocamentos diários e gestão do tempo gasto neles fazem parte do cotidiano desses trabalhadores rurais que, por uma série de motivações, são lançados a esse mercado de trabalho.

### **CAPÍTULO III: O SENTIDO DE “MELHORAR DE VIDA”: ARRANJOS DO PARENTESCO NA DINÂMICA DAS MIGRAÇÕES RURAIS-URBANAS EM SÃO CARLOS-SP**

O objetivo deste capítulo é discutir o sentido atribuído pelos migrantes à noção de “melhorar de vida”<sup>25</sup>. A argumentação será constituída através de duas dimensões: (i) a primeira dela tentará mapear o significado da expressão “melhorar de vida”, e (ii) a segunda atentará para os impactos causados pela migração sobre os arranjos familiares nos locais de origem e destino, tomando como referência os dados qualitativos da pesquisa de campo realizada. Assim, nesse texto, utilizaremos sentido como sinônimo de significado. Mesmo conhecendo a literatura sociológica que os diferencia, optamos por, nesse texto, tratá-los desse modo, uma vez que, ao iniciarmos a construção da pesquisa, o objetivo fora mapear as expressões do que os migrantes chamam de “melhorar de vida”.

Tomamos como hipótese de trabalho que o sentido de melhorar de vida alterava definitivamente os arranjos familiares nos locais de origem e destino. Essa hipótese foi testada a partir dos dados qualitativos colhidos na pesquisa de campo realizada entre julho de 2010 a julho de 2011.

O campo da pesquisa concretizou-se entre famílias de trabalhadores rurais migrantes dos bairros da Cidade Aracy. Consideramos que as noções de “melhorar de vida” ou de seus significados passam pela esfera do mundo do trabalho, mas também se realiza em outras situações da vida social dependendo de uma série de percepções construídas no âmbito das relações sociais.

Para esse trabalho, a noção de “melhorar de vida” gestada no processo migratório é construída na dinâmica da cultura; essa é entendida como um contexto no qual os símbolos podem ser descritos de maneira compreensível. Como proposto por Geertz (1973), afinado com a sociologia weberiana, “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu” (p.15). Então, passamos a considerar que os significados construídos nessas teias de relações são gestados nas relações sociais desenvolvidas pelos migrantes em seu cotidiano. A noção geral de “melhorar de vida” ora apresenta materialidade econômica definida, ora aspectos simbólicos quando não conjugam as duas faces. As

---

<sup>25</sup> No texto, ao remetermo-nos à expressão “melhorar de vida”, usaremos aspas, pois a mesma é um dado da pesquisa exploratória inicial entre os migrantes dos bairros de Cidade Aracy e amplamente utilizada por Durham (1985).

interpretações traçadas sobre suas condições de vida são refeitas na dinâmica do cotidiano. O significado de “melhorar de vida” articula o lá (locais de origem) e o cá (locais de destino) e, conforme o processo migratório, consolidam-se outras noções que, a partir da expressão “melhorar de vida”, são produzidas.

Seguindo Bourdieu (2007), podemos considerar que as migrações propiciam um movimento de deslocamentos na vida das famílias analisadas. Estes deslocamentos serão importantes para discussão da relação social no novo ambiente.

No campo social em que estão inseridos, há uma alteração no volume de capitais econômicos, sociais e culturais. Assim, consideramos a possibilidade de existência de um *deslocamento vertical* que propicia “uma modificação no volume da espécie de capital já dominante na estrutura patrimonial” (BOURDIEU, 2007, p. 123) e também existe um *deslocamento transversal*, pois há “a passagem para um outro campo, portanto, a reconversão de uma espécie de capital para uma outra ou de uma subespécie de capital econômico ou de capital cultural para uma outra” (BOURDIEU, 2007, p. 123). O deslocamento no espaço social passa por estas estratégias de distribuição de capitais.

No entanto, estes deslocamentos passam pelo *campo dos possíveis*, assim:

Determinado volume de capital herdado corresponde um *feixe de trajetórias* praticamente equiprováveis que levam a posições praticamente equivalentes – trata-se do *campo dos possíveis* oferecido objetivamente a determinado agente; e a passagem de uma trajetória para outra depende, muitas vezes, de acontecimentos coletivos (guerras, crises, etc.) ou individuais (encontros, ligações amorosas, privilégios, etc.) descritos, comumente, como acasos (felizes ou infelizes), apesar de dependerem, por sua vez, estatisticamente, da posição e das disposições daqueles que vivenciam tais eventos (BOURDIEU, 2007, p. 104).

Os acontecimentos propiciam a passagem de uma trajetória para outra; podem estar relacionados com as redes sociais nas quais os migrantes estão inseridos. A rede familiar cria relações potenciais que serão mobilizadas de acordo com as circunstâncias e as preferências individuais. A troca de informações nas redes parentais, de vizinhança e de amizade, será a base para a inserção em mercados de trabalhos específicos e outras situações sociais (DURHAM, 1973).

A aparente instrumentalidade do uso dessas redes poderá ser superada pela ação recíproca desse migrante após a inserção no local de destino, seja pelos simples dizeres de reconhecimento ou no auxílio futuro ao familiar. A manipulação dos bens culturais e da própria cultura também é um aspecto relevante no que toca à inserção do migrante nas novas relações sociais, permitindo ou não o acesso a alguns espaços sociais ou influenciando o prestígio nesses espaços. Nesse sentido dominar as categorias locais de relacionamento é importante para a inserção social.

Os tópicos que seguem considerarão os dados da pesquisa qualitativa. Foram entrevistados 15 trabalhadores rurais migrantes, totalizando 20 pessoas envolvidas, já que, em três casos, foram entrevistados dois casais e uma mãe e filho simultaneamente.

Para compor a análise que se seguirá nos próximos tópicos, foram selecionados alguns fragmentos de história de vida dos entrevistados. Os nomes dos participantes foram alterados para que a preservação de suas identidades fosse garantida, exceto João Carlos, o “Paraíba”, a quem, dada essa marcação identitária, pedimos gentilmente que permitisse o uso de seu nome real.

Entre as trajetórias de vida às quais tivemos acesso com esta pesquisa, temos alguns pontos em comuns: todos os entrevistados possuem trajetórias de vida marcadas diretamente pela migração rural-urbana. Em todos os casos, o projeto familiar migratório faz-se presente; não há nenhum tipo de migração individual. Na maioria dos casos, mesmo quando entrevistávamos homens, eram suas esposas que traziam elementos sobre os arranjos familiares na migração. Em relação à família, as respostas dos homens eram sempre objetivas e evasivas quando, em muitos casos, não chamavam suas mulheres para responder. Como em Sarti (1996), a mulher ainda aparece como grande portadora do discurso familiar, do mundo da casa.

### 3.1 ASPECTOS GERAIS DA RELAÇÃO ENTRE MIGRAÇÃO E A EXPRESSÃO “MELHORAR DE VIDA”

Na investigação dos significados da expressão “melhorar de vida”, foi possível mapear e categorizar, a partir da pesquisa qualitativa, quatro aspectos que expressam para os migrantes pesquisados a noção “melhorar de vida”. A primeira delas se relaciona com o acesso ao consumo de bens, sejam eles duráveis e não duráveis. O segundo aspecto vai de encontro com o acesso aos serviços sociais e / ou direitos sociais. Em terceiro, podemos

citar a noção de libertar-se de esquemas de dominação – no caso das mulheres, essa máxima significa construir autonomia frente a seus maridos e, nos caso dos homens, distanciarem de seus pais. E por fim, a própria circulação no espaço social de vida significava “melhorar de vida” para alguns dos entrevistados. Lembramos ainda que essa categorização é meramente formal, pois é possível perceber que, muitas vezes, esses quatro aspectos são ressaltados nos discursos, entretanto, em alguns casos, um ou outro toma maior relevância.

### **3.1.1 “Melhorar de vida” como expressão de acesso ao consumo**

A precariedade das condições de vida foi relatada por muitos dos entrevistados desta pesquisa e a impossibilidade de reprodução social nos espaços de origem ainda constituem, como em Singer (1976), um dos motores da migração. Para trabalhar esse aspecto, selecionamos dois fragmentos de história de vida de dois casais: a de Regis e Karla, migrantes de Aurora-CE e de Paraíba e Marlene, migrantes da Paraíba.

Regis, 34 anos, é ex-trabalhador rural da laranja, e, há cinco anos, mora no bairro de Presidente Collor em uma das poucas ruas sem asfalto. É casado com Karla, 29 anos, com quem tem dois filhos. A casa em que moram possui somente um cômodo, subdividindo-se em quarto e cozinha. Em muitos momentos da entrevista, Karla diz que esse cômodo será a sala da futura casa ainda em construção, cujo alicerce pudemos observar aos fundos. Regis acredita que *“se lá estivesse bom, ninguém viria pra cá”*. Seu relato é permeado por descrédito ao homem do campo, a qual o considera ignorante, por não conseguir potencializar os recursos a ele destinados pelo governo estadual ou federal via empréstimos em prol do desenvolvimento local.

O entrevistado visualiza que o problema não está na seca, nem na terra, mas na falta de capacidade de o homem do campo partir para novos empreendimentos. O indivíduo aparece em seu discurso com único responsável por sua trajetória de vida; os fatores estruturais são menosprezados ou quase não são lembrados em sua narrativa.

Regis ainda nos conta que em Aurora-CE, sua cidade de origem, a criação de ovelha garante sustentabilidade às famílias de pequenos agricultores e constitui uma alternativa frente à seca, mas o enorme preconceito com sua carne e derivados inviabiliza a criação. Segundo nos conta, seu rebanho de 37 ovelhas teve que ser vendido para outros

locais. A decisão de migrar parte da seguinte condição: da inviabilidade da agricultura, por não gerar excedente, ou renda que possibilite o consumo elementar para sua família.

No que toca à situação de pobreza dos municípios considerados pelo entrevistado, a ausência de um mercado consumo dinâmico é um dos grandes problemas regionais que forçam a migração; Regis lembra que a economia local de seu município de origem é precariamente dinamizada pelos programas de redistribuição de renda, como bolsa família, e pelos benefícios recebidos pelos aposentados – renda essa que considera insuficiente para manter os mínimos necessários de existência:

*Nem para viver do comércio lá dá, pois quem movimenta o comércio são os aposentados e a bolsa família. Se você tem um comércio são os aposentados que vão comprar tudo que produzimos. Só são os aposentados que vão comprar e ainda é muito pouco.*

Karla (29 anos, ex-trabalhadora rural da laranja, hoje diarista), esposa de Regis, conta-nos que a maioria das pessoas de Aurora – CE hoje só anda de moto e ostenta celulares caros:

*Coisa que não existia quando eu morava lá, hoje pessoas como meu cunhado, vem para cá e fazem a safra da cana ou laranja e voltam ostentando coisas de São Paulo.*

O significado do acesso a “*coisas de São Paulo*” estão para além do seu valor de uso. O status gerado pode reorganizar relações nos locais de origem quando os migrantes voltam, seja para visitar seus familiares que lá ficaram, ou quando voltam com a expectativa de reconstituírem suas vidas nestes espaços. O *habitus*, como esclarece Bourdieu (1994), gera e opera distinções que remetem a um estilo de vida socialmente valorizado.

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e, sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica a maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão de gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc. (BOURDIEU, 1994, p.22)

Bourdieu (1996) está de acordo com Veblen (1899) e Douglas (1978), pois, de alguma maneira, descarta a ideia meramente utilitária e economicista sobre o fenômeno do

consumo. Os autores acima citados estão preocupados em interpretar o consumo como um fato social classificatório, dotado de significados. Trata-se de uma linguagem que aproxima ou afasta grupos sociais, ancorada a um sistema classificatório hierárquico que cria distinções. Há, portanto, um significado cultural embutido no consumo das “*coisas de São Paulo*”. Voltar ostentando essas “coisas” insere os indivíduos numa teia de relações de comparabilidade, de consumo ideal, como nos lembra Veblen (1889).

João Carlos, o “Paraíba”, (54 anos, morador do bairro Cruzeiro do Sul, turmeiro da laranja), tem sua história de vida marcada pelos trinta anos em que trabalha “na laranja” no interior de São Paulo. Ele nos conta enfaticamente que trabalhou dois anos nas indústrias da família Pereira Lopes em São Carlos e que encontrou “na laranja” a possibilidade de “melhorar de vida” pois foi, através da roça, que conseguiu se estabelecer na cidade, educar seus filhos, comprar o terreno, no qual construiu sua casa, e o ônibus que utiliza para transportar a turma até os locais de trabalho. Houve uma alteração substantiva em seu padrão de consumo e no de sua família:

*Vim para São Paulo, para comer carne e hoje nem acho carne tão bom assim, o trabalho na roça aqui me deu muito mais, e meus parentes de lá me admiram por ter conseguido sobreviver de roça aqui.*

Paralelamente ao processo de alteração dos padrões de consumo desses migrantes, outros desejos foram criados pela lógica da cidade. A possibilidade de ter uma casa própria mesmo que, em uma área de topografia desfavorável, construída pelo próprio morador, também faz parte da trajetória dos migrantes estudados. Há também a absorção de valores e princípios consumistas, estimulados por uma política de crédito, como posto por Faria (1991, p.107).

Através dela, como aponta Wells (1978), importantes segmentos dos grupos ocupacionais de classe média baixa e baixa puderam ter acesso – limitado e problemático – a certos bens de consumo duráveis (como a televisão, por exemplo) bem como a roupas e artigos para o lar (móveis, roupa de cama e mesa etc.).

No campo desta pesquisa, até mesmo os bens de consumo considerados de primeira ordem estão inseridos dentro da lógica do Consumo Conspícuo (VEBLEN, 1899), ou seja, até mesmo esses produtos podem sugerir distinção. O caso de Edneide, 35 anos, migrante

de Alagoas, mãe de oito filhos, moradora do bairro de Cidade Aracy II, é representativo dessa abordagem.

*Entrevistadora: Muitas pessoas quando vem dizem que vieram para melhorar de vida. Como as outras pessoas, você acha que melhorou de vida?*

*Edneide: É eu acho, por exemplo, lá não era todos os dias que dava para comer mistura com feijão e farinha, nós nunca comíamos pão. Aqui é diferente. Abre a geladeira tem Danone para ela (apontando para filha de 4 anos), tem bolacha.*

*Entrevistadora: vocês têm a bolsa família, aqui?*

*Edneide: Sim, tenho e é importante, o meu dá 134 reais. Com esse dinheiro eu comprava pão, o Danone dela, mas era de mês em mês, não era sempre, de manhã eles comiam cuscuz, feito de fubá solto. Ali ainda tem, a gente tinha umas vacas de leite, meu marido ia tirar leite de manhã e era isso que eles comiam. Aí à noite, para variar, também fazia cuscuz com feijão, às vezes, eles comiam com leite de novo. Eles tinham muita força.*

Quando avaliamos o valor nutricional dos alimentos citados por Edneide, concluímos que o feijão e o cuscuz possuem até mesmo maiores porções de proteínas e carboidratos. No entanto, o que faz o “Danone” e o “pão” serem melhores é uma conjunto de padrões ideais de consumo disseminados pelos veículos de comunicação de massa. A própria entrevistada chega à conclusão, no final da fala, que os filhos “tinham muita força” mas mesmo assim, há sobreposição valorativa de um alimento sobre o outro. Para Faria (1991), os padrões de classe média consumidora são, a todo o momento, disseminados pela televisão, por exemplo, e assim influenciam diretamente o universo cultural dos indivíduos.

No caso da família de Edneide e de muitas outras, há uma pressão por determinados padrões de consumo, ainda mais se considerando a extensa família de Edneide que é justificada por um “planejamento familiar” negociado entre ela e o marido. A decisão de migrar está atrelada também à insuficiência da terra arrendada e ao precário acesso aos serviços de saúde, educação, consumo, entre outros.

*Precisava ter muitos filhos para roça. Ele sempre me falava isso, mas o que aconteceu foi que a terra não dá mais; hoje a renda da terra dá muito pouco. O ano passado nós não passamos fome porque tinha feijão e farinha, mas, não teve como vender o feijão, o pouco*

*que vendeu compramos roupa pras crianças, pagamos uma conta, porque todo mundo tem conta, né? e aí? mais nada; tenho o bolsa família que ajuda, mas ainda falta.*

Nesse caso, o uso da força de trabalho familiar para a roça de subsistência estruturou o planejamento familiar e possibilitava o “não passar fome”. A família de Edneide morava em uma “terra” de Pilar – PB, e o contato com a vida urbana da própria cidade de outras regiões, bem como com os parentes em São Paulo, reorganizou definitivamente suas expectativas de vida.

### **3.1.2 “Melhorar de vida” como expressão de acesso a direitos sociais**

A melhora nas condições de vida aparece, nos discursos dos entrevistados, como acesso aos direitos sociais<sup>26</sup> que se apresentam como aspecto positivo dos ganhos com a migração. São dois os direitos ou “serviços” principais: aqueles relacionados à saúde e à educação. A grande maioria dos entrevistados desta pesquisa lembra-se do quão custoso era ter acesso à escola ou aos serviços de saúde em seus municípios de origem. Mesmo que o país, nas últimas décadas, tenha expandido sua rede de atendimento nesses serviços, ela ainda se apresenta como precária em muitos municípios, como comprovam Nogueira et al. (2007).

A possibilidade de acessar direitos sociais já estava presente nos discursos dos migrantes rurais de Durham (1973), porém de maneira pouco definida; pois mesmo no período estudado pela autora, as noções de direitos sociais já sendo ratificadas, desde a Era Vargas, somente a partir da Constituição de 1988 que eles tomam o caráter de inalienáveis que hoje possuem.

A Constituição de 1988 marca, segundo Castro e Delgado (2004), a organização de uma estrutura política que permitiu o alargamento dos serviços sociais que por meio dessa Constituição assumiram de fato o status de direito.

---

<sup>26</sup> Nos termos definidos por Marshall (1968), os direitos sociais, diferentemente dos direitos políticos e civis, abrangem os direitos ao trabalho, à seguridade social, à educação, à saúde, à habitação etc. No Brasil, como explicita José Murilo de Carvalho (2005) a conquista dos direitos não seguiu os moldes dos países europeus, nas quais a conquista de um direito favoreceu o desenvolvimento de outros. No caso brasileiro os direitos não foram conquistados e sim transmitidos por uma elite de governantes cujos interesses eram próprios. A timidez no exercício da cidadania por meio dos direitos é devida a inversão da pirâmide dos direitos produzida por Marshall, No Brasil, os direitos civis – aqueles que tocam a propriedade, liberdade e igualdade – foram dados após os direitos sociais. A doação desses direitos por parte dos governantes, e não a conquista dos mesmos por parte da população interessada, estimulou a lógica dos favores.

Garcia (1988) verifica que o acesso aos direitos sociais – principalmente os que tocam às questões do trabalho – apresentava ao migrante, na década de 1970, a possibilidade de retirar-se de um esquema de dominação tradicional a qual estavam submetidos em seus locais de origem. Em seu estudo, a maior parte das necessidades dos moradores era suprida pelas trocas de favores entre os mesmos e os senhores de engenho. Nas cidades, a lógica dos dons transvestidos em favores é parcialmente substituída pela lógica dos direitos; os migrantes, como lembrado por Garcia (1988), inserem-se em outros esquemas de dominação, nas quais a forma, mais acabada, é a dominação legal burocrática, definida nos termos weberianos.

A questão colocada pelo discurso do acesso aos direitos sociais – principalmente educação e saúde – revela uma dimensão importante da problemática social em que estes migrantes se inserem. Os assalariados do corte da cana e da colheita da laranja, no interior paulista, fazem parte do movimento global de precarização do trabalho e, mesmo quando são contratados formalmente, esse é temporário até o fim da safra.

Estes trabalhadores transitam entre as situações de desemprego, emprego e trabalho informal. Telles (2001), ao discutir os dilemas da constituição da cidadania brasileira, considera que esses – trabalhadores – “fora ou no limiar da trama de representatividade que constrói identidades reconhecíveis, ficam, a rigor, sem lugar na sociedade: não se constituem plenamente como trabalhadores, não são cidadãos e não se singularizam como sujeitos de direitos” (p.106).

Mesmos os migrantes considerando que o acesso aos direitos sociais como um ganho, na migração, a leitura de Telles (2001) é bastante pessimista sobre a expansão ou a consolidação desses direitos no Brasil. Se olharmos o problema sob a luz do estudo dessa autora, podemos considerar que os migrantes inserem-se na problemática, com a totalidade da população, do esfacelamento dos direitos sociais nesse país, pois, no cenário desenhado nos anos 1990,

[...] os arranjos neoliberais ganham terreno, acenando como a perspectiva de uma privatização dos serviços públicos que, efetivada, haverá de institucionalizar e sacramentar a segmentação da cidadania pela clivagem entre os que têm acesso os serviços fornecidos pelo mercado e aqueles que são destinados aos precários serviços públicos estatais, serviços vistos cada vez mais como “coisas de pobre” signo da incompetência ou fracasso daqueles que golpeados pelos azares do destino não puderam ou não souberam provar sua virtudes empreendedoras no mercado (TELLES, 2001, p.131-132).

Esse acesso aos direitos sociais reconhecidos na fala dos migrantes trabalhadores “temporários” da colheita da laranja ou do corte da cana não deixa de ser também precário, já que, sem terem a mediação pública de seus direitos via representatividade, esses se perdem na invisibilidade social que os corteja. Ou para o mesmo:

[...] é reservado o espaço da assistência social, cujo objetivo não é elevar condições de vida, mas minorar a desgraça e ajudar a sobrevivência na miséria. Esse é o lugar do não-direito e da não-cidadania. É o lugar no qual a pobreza vira carência, a justiça se transforma em caridade e os direitos em ajuda, a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído (TELLES, 1999, p.95).

Em nosso campo de estudo, são muitos os migrantes que reproduzem as falas de Regis (34 anos, migrante do Ceará, ex-trabalhador rural) que, mesmo considerando que São Carlos “*sendo ruim de emprego*”, o acesso ao serviço público de saúde e à educação é bom, quando comparado aos seus locais de origem, onde as crianças ainda vão para escola de caminhão ou a pé, encarando uma caminhada de sete a oito quilômetros diariamente.

Esse aspecto também é lembrado por Edneide (35 anos, dona de casa, moradora há cinco meses no bairro de Cidade Aracy II, migrante de Alagoas) que reconhece a importância de morar, mesmo afastada do centro, a 10 minutos do posto de saúde e da escola dos filhos.

Edneide, Regis e tantos outros entrevistados demonstram certo anseio por uma inclusão social menos marginal. Essa ambição conduz esses migrantes a apostarem na educação dos filhos como forma de mobilidade social geracional. A realização do Ensino Fundamental e Médio pelos filhos é tomada como um valor e representa aos migrantes a possibilidade deles atuarem em outros trabalhos que não os oferecidos pelo agronegócio. Assim, representa a possibilidade real de afastarem os filhos da colheita da laranja, considerado “pesado”, porém não menos digno.

### 3.1.3 “Melhorar de vida” como libertar-se de esquemas de dominação

Desvincular-se de esquemas de dominação tradicionais também é um aspecto levantado, quando os entrevistados são questionados sobre o significado da expressão “melhorar de vida”. Nesse caso, o campo tem mostrado que as mulheres, quando migram pós-casamento, buscam tornar-se livres da dominação masculina seja do pai ou do ex-esposo. Os homens relatam o desejo da construção da autonomia frente à roça do pai e a possibilidade de gestão autônoma dos ganhos. Na tentativa de modificarem suas histórias de vida, ambos encontram, no processo migratório, a resolução dos conflitos da vida particular. Essa expressão do “melhorar de vida” – libertar-se de esquemas de dominação – constituiu, entre os aspectos por nós categorizados, o mais importante no que toca a criação de novos arranjos familiares.

Em outra dimensão, Garcia (1985) já chamava a atenção para esse aspecto ao analisar a posição que os trabalhadores rurais passavam a ocupar após a migração, mostrando como o processo migratório alterou definitivamente a posição desses trabalhadores.

A dominação é entendida, sob a luz da teoria weberiana, como a probabilidade de encontrar obediência ou aceitação a um determinado mando; esse se transforma na máxima da conduta sem levar em consideração a opinião própria sobre o valor ou desvalor do mando, procurando assim despertar a crença de sua legitimidade.

Não consiste, portanto, em toda espécie de probabilidade de exercer poder ou influência sobre outros homens. No caso concreto, esta dominação, no sentido indicado, pode descansar no mais diversos motivos de submissão: desde o hábito inconsciente até o que são considerações puramente racionais segundo fins determinados. Um determinado mínimo de vontade de obediência, ou seja, de interesse em obedecer, é essencial a toda autêntica de autoridade (WEBER, 1987, p.137).

Ainda segundo o autor, existem três tipos puros de dominação. O fundamento da legitimidade pode estar centrado em três condições básicas ou tipos puros. 1) Dominação racional, que toma como característica a crença na legalidade da ordem instituída; 2) Dominação tradicional, fundada na crença cotidiana das tradições passadas de geração para geração; 3) Dominação carismática, firmada em características relacionadas à santidade, ao heroísmo ou à exemplaridade de uma pessoa.

Para a dominação tradicional, foco de nosso interesse, Weber (1987) ainda pontua que os mandos são legítimos porque, “em parte, pela força da tradição que assinala inequivocamente o conteúdo das ordenações, e cuja comoção por causa de uma transgressão dos limites tradicionais poderia ser perigosa para a própria situação tradicional do indivíduo dominante” (p.143).

Assim, para Weber (1987), teremos pelo menos dois tipos de dominação tradicional: a que se vincula a gerontocracia, autoridade exercida pelos mais velhos, conhecedores da tradição sagrada, e pelo patriarcado, cuja dimensão do espaço privado é ressaltada. “Chama-se patriarcalismo à situação em que dentro de uma associação, na maioria das vezes primeiramente econômica e familiar, uma só pessoa exerce a dominação de acordo com regras hereditárias fixas” (WEBER, 1987, p.145).

Não é raro a dominação tradicional estar ligada à figura masculina. Bourdieu (1998) demonstra como as mulheres inseridas numa economia de bens simbólicos foram historicamente submetidas a esquemas de dominação masculina, cujo dispositivo central é o mercado matrimonial. Na ordem social, “as mulheres só podem aí ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos em poder dos homens.” (BOURDIEU, 1998, p.55)

Edneide (35 anos, migrante do Alagoas), citada no tópico anterior, mesmo possuindo uma família nuclear típica, possui uma trajetória migratória marcada por arranjos familiares diversos. Em entrevista, conta-nos que a primeira migração ocorreu ainda adolescente quando acompanhou a mãe, que “fugia” de um namorado. Essa vendia amendoim na cidade de origem e plantava roça de mandioca em uma terra cedida.

*Minha mãe tinha um namorado que não queria somente ela. Mas queria muitas. Aí ela não quis, era assim: se ela comprava uma casa em outra rua ele ia atrás. Então, a gente saiu sem dizer para ele, para onde ia.*

Muitas trajetórias de migrantes mulheres mostram essa tentativa de desvincular-se de padrões de dominação masculina e de situações que as contrariam. Nesse caso, um padrão de masculinidade não consentido é central para o início do processo migratório. Na trajetória da mãe de Edneide, a tensão de posições identitárias de gênero caracterizam suas motivações para a migração. Mais uma vez Edneide relata esta situação quando, ao passo de seu casamento, a mãe migrou, pois nas palavras da entrevistada:

*Quando eu casei ela veio também, vendeu a casa lá (Pilar – PB) e comprou uma terra em Olivença – PB, porque assim, ela gostava muito de mim, e tinha medo de eu sofrer, porque falavam que eu não era carne nem peixe, e meu marido ia bater em mim. Mas Graças a Deus, olha já tem 13 anos, e ele nunca bateu em mim, e depois disso viemos para cá, e ela ficou, ela não quer vir para cá.*

A proteção à filha, considerada frágil, e a recusa a certos padrões de masculinidade influenciaram na trajetória migratória da mãe de Edneide e, conseqüentemente, na da filha, que só pode migrar com o marido após a mãe certificar-se através da convivência no mesmo povoado com o genro que ele era digno de confiança.

O Caso de Cilene (38 anos, trabalhadora rural) também se torna exemplar nesse aspecto. Sobre sua trajetória migratória, ela contribui com a seguinte intervenção:

*Entrevistadora: E como foi que você decidiu migrar? vir para cá?*

*Cilene: Eu vim passear. Eu tinha meu irmão que já morava aqui há um ano. Aí esse meu irmão me disse para vim para cá, pois o pai das meninas estava enchendo o saco para mim voltar para ele, aí eu peguei e vim escondida, quando ele soubesse eu já estaria aqui em São Paulo, eu fiquei com medo da família dele roubar as meninas de mim.*

Mesmo o significado de “melhorar de vida” sendo um projeto familiar e se realizando na família, as percepções para homens e mulheres podem ser diversas. Nesse sentido, as disposições de gênero e geracionais são relevantes para o entendimento deste significado. Cilene migra “escondida” do marido, que estava parcialmente separada, já que ele e a família exerciam forte pressão sobre ela.

O campo da pesquisa apontou que muitas mulheres, quando partem sozinhas, passaram por situações traumáticas que envolviam separação de suas famílias ou de seus esposos. Para dar início ao processo migratório, elas dependem de recursos emprestados de algum parente, geralmente irmão, como no caso de Cilene (38 anos, trabalhadora rural, moradora do Bairro de Cidade Aracy II), Marlene (40 anos, trabalhadora rural, moradora do bairro de Cidade Aracy II) e Alice (50 anos, trabalhadora rural, moradora do Bairro de Cidade Aracy I).

No caso dos homens, como Paraíba (55anos), Regis (34 anos), lançaram-se no projeto migratório com algum recurso economizado do trabalho na roça dos pais e, diferentemente das mulheres, geralmente migram sozinho, buscando mulher e filhos

somente quando há condições propícias para esse objetivo. Há uma preocupação geral com o padrão de consumo da família; desvincular-se de padrões de dominação paterna é importante em suas trajetórias, mas não aparece tão evidente como nos discursos das mulheres.

Portanto, essas foram as primeiras constatações: a alteração nos padrões de consumo, acesso a direitos sociais, a possibilidade de acumular recursos, seja para comprar motos, eletrodomésticos e propriedades, bem como a substituição de determinados padrões de comportamento e dominação para outros, aparecem como as expressões do “melhorar de vida” entre os migrantes estudados. Essa noção é construída no jogo entre indivíduo e família podendo ser modificada na dinâmica dos arranjos pós-migração.

Quando se analisa a família, o caso da segunda geração ou dos filhos pequenos que acompanharam os pais no processo migratório é bastante revelador sobre os projetos e as noções do que seja “melhorar de vida”. Nos casos que selecionamos – e trataremos no tópico sobre família –, o conflito entre Cilene e as filhas é exemplar. Melhorar de vida para as filhas não mais condiz com as expectativas da mãe, que parece ter cumprido uma etapa do processo migratório.

### **3.1.4 “Melhorar de vida” e movimentação nos espaços sociais de vida**

A noção geral de “melhorar de vida” ainda pode ser representada pela possibilidade de movimentação e de criação de novos “espaços de vida”. As três representações de “melhorar de vida” anteriormente citadas podem também ser incluídas nessa noção, pois articulam a produção social do espaço. Romper com um determinado espaço de relações sociais ou reproduzi-lo, como os trabalhos de Menezes (2002, 2010) e Woortaman (1990) atestam, também representa a noção geral de “melhorar de vida” na medida em que os migrantes reelaboram suas vidas pelas perspectivas gestadas no próprio processo migratório.

A trajetória migratória de Paulo (33 anos, nascido em Brumado-BA, morador do bairro de Cidade Aracy II), por exemplo, é marcada por diversos deslocamentos, a partir de 1986, quando seu pai “sumiu no sertão” deixando sua mãe com sete filhos pequenos.

*Antes de trabalhar em comércio, eu trabalhei em vários estados, como Minas Gerais, donde herdei o sotaque “mineiro”, pois acho o mais bonito de todos que conheci, nas minhas andanças. (Paulo).*

A valorização de aspectos da cultura de outras localidades é presente na trajetória dos migrantes que chegaram aos bairros que compõem a Cidade Aracy na década de 1980, 1990 e 2000. Os diversos deslocamentos ora os distanciam dos seus locais de origem ora os aproximam. Paulo, ao mesmo tempo em que agrega elementos da identidade mineira, possui uma casa de comércio, denominada “Do norte”, onde reconstitui o espaço cultural outrora deixado.

*Aqui vendo de tudo um pouco, e o que não vendemos nós comemos e compramos outras coisas para vender; trabalho com a demanda, mas prefiro ter um pouco de tudo: doce de buriti, cana, pingas diversas, inclusive a Pitu, a mais vendida, tempero, farinha grossa e fina, feijão de fava, corda e andu. Ainda tenho a parte do sacolão com fruta, abóbora, batata, tomate. Gosto de coisas de diversas localidades do Piauí, Bahia, Sergipe, Pernambuco entre outros.*

A identidade desse e de outros migrantes constrói-se na dinâmica de seus deslocamentos no acúmulo de referências que o faz, enquanto baiano de sotaque mineiro, dono de uma “Casa do Norte” e Sacolão – denominação paulista interiorana de mercado de frutas. É esse acúmulo de referências que ele chama de “melhorar de vida”.

Cilene (38 anos, migrante do Pernambuco, colhedora de laranja) define-se como pernambucana trabalhadora rural em São Carlos. A vida em Palmares-PE é positivada pelas festas e por sua gente. O retorno para visitar a família é também o reencontro com a vida anterior que a definia enquanto trabalhadora rural da cana. Voltar depois dos “lucros” auferidos na cidade modifica as relações sociais em torno dela e de sua família.

Já Marcinho (23 anos, paraibano, trabalha na laranja há cinco anos) viu no assalariamento rural-urbano a possibilidade de modificar sua condição de vida no local de origem. A migração representou para esse trabalhador rural o ritual de passagem da adolescência para a vida adulta, marcando a construção de sua própria masculinidade. A renda auferida pela colheita da laranja em São Carlos possibilitou-lhe sustentar um núcleo familiar recém-formado e ajudar a sua família extensa.

Esse aspecto fora amplamente trabalhado por Woortamann (1990) quando discute a família camponesa e sua reprodução. Para esse autor, a migração, ainda pré-casamento, marcava a construção da autonomia individual masculina frente ao pai na medida em que os ganhos com a migração possibilitavam aos sitiantes “fracos” o acúmulo de recursos a

serem empregados na volta do filho migrado, para o sítio. No entanto, não somente os filhos dos sitiantes considerados “fracos” migravam; os filhos dos sitiantes conhecidos como “fortes” também eram atingidos pela condição de migrante. Migrar, para essa população, significava tomar contato com o “mundo” com o desconhecido, e a superação dos desafios impostos pela socialização desse mundo, operava a modificação no status social dos sujeitos.

A migração tem um sentido simbólico-ritual, para além de sua dimensão prática. Ela é parte de um processo ritual que reintegrará a pessoa na sociedade com o status transformado de rapaz para o de homem. A comparação entre fracos e fortes é útil justamente porque ela nos permite perceber essa dimensão simbólica, que poderia ficar oculta por traz das necessidades práticas do fraco. (WOORTMANN, 1990, p. 36, *grifos nossos*).

Assim, essa dimensão simbólica gerada pela movimentação nos espaços sociais pode marcar positivamente a trajetória individual ou familiar. Os deslocamentos múltiplos são somados às experiências de vida.

Silva (2006), ao estudar redes migrantes nos bairros que compõem a Cidade Aracy, considerou que a noção da própria origem indicava múltiplos deslocamentos e pertencimentos. Portanto, conceituar origem como local de nascimento tornava problemático, pois

embora houvesse ali fluxos migratórios comuns, não se tratava de um percurso único, ou seja, não eram nordestinos em São Carlos; eram baianos que foram para o Paraná e que se diziam paraenses em São Carlos; eram nordestinos que moravam há vinte anos na capital paulista; eram filhos de mineiros que foram para o Paraná, moraram anos de sua vida no Mato Grosso e que, enfim, eram paranaenses em São Carlos. (SILVA, 2006, p. 45)

Os migrantes quando questionados sobre seus locais de origem levavam em consideração um conjunto de fatores que não necessariamente se encontram atrelados ao local de nascimento, mas a um ou a múltiplos “espaços de vida”, ou seja, aqueles espaços nos quais os indivíduos se ligam ou se relacionam, como posto por Courgeau (1988). Isto é, por aqueles lugares nos quais os indivíduos constroem identidades e/ou representações sociais.

Segundo Silva (2006), na investigação realizada nos bairros que compõem a Cidade Aracy, as representações de nordestinos, mineiros e paranaenses eram diversas e deveriam

ser também consideradas no jogo das identidades. Os nordestinos eram reconhecidos como *mal-sucedidos*, pois

eram geralmente, os quais trabalhavam na safra de cana e da laranja, moravam nas piores ruas do bairro, tinham casas na maioria das vezes mal-acabadas; geralmente não tinham nenhum nível de instrução formal, e muitas vezes haviam morado em favelas da capital paulista antes de se mudarem para São Carlos (SILVA, 2006, p.18).

Já os paranaenses, por exemplo, estavam envolvidos em trabalhos urbanos e a identidade destes relacionava-se ao uma trajetória de sucesso migratório.

Para Silva (2006), *ser paranaense* ou *ser nordestino* era uma categoria social de classificação que envolvia representações presentes no bairro que estavam para além do local de nascimento. Segundo essa autora:

Mesmo migrantes não paranaenses poderiam ser apontados como paranaenses por outros que os viam incluídos no que era ser paranaenses. Da mesma forma, poderia haver nordestino que não correspondia ao que era *ser nordestino*, e poderiam se aproximar mais do que era ser paranaense (SILVA, 2006, p.105).

O que Silva (2006) não percebeu foi que este critério de classificação dependia da situação na qual se desenrolava a relação social no bairro; nordestinos, paranaenses, mineiros e paulistas encontram-se distribuídos nos bairros conforme ordem de chegada e dada à própria expansão do bairro e o esgotamento de algumas áreas. Portanto, os migrantes não estavam concentrados em “guetos” como o trabalho de Silva (2006) parece indicar.

O argumento de Silva (2006), para quem o bairro se divide entre *os bem-sucedidos* e os *mal-sucedidos*, desqualifica a própria trajetória social e de desenvolvimento das áreas das quais estes sujeitos foram expulsos. Nesse caso, como já citado, estar na “*roça*” (e não nos *empregos urbanos*) não é sinônimo de sucesso ou fracasso, como ficou esclarecido no Capítulo II.

### 3.2 “FAMÍLIAS” E “FAMÍLIAS”: OS ARRANJOS FAMILIARES ANTERIORES E POSTERIORES À MIGRAÇÃO

Nesse tópico, argumentaremos a partir do trabalho de campo realizado, sobre a hipótese que orientou esse trabalho; a de que os arranjos familiares eram alterados pela busca incessante de “melhorar de vida” que incluía o processo migratório. Consideramos que esse processo altera os arranjos familiares tanto no nível relacional quanto na disposição dos núcleos.

Deslocar-se dos locais de origem pode implicar mudança nos “espaços de vida” em que as relações eram delimitadas. No caso dos trabalhadores rurais “temporários”, o mundo do trabalho geralmente é alterado e a distribuição das tarefas familiares e domésticas é modificada. A convivência com outras famílias com outros padrões de conduta também afeta a vida familiar, criando novos rumos para a gestão dos conflitos ocasionados pela convivência no novo espaço social de vida.

A partir do trabalho de campo realizado entre os trabalhadores rurais migrantes dos bairros que compõem a região da Cidade Aracy, categorizamos sete situações familiares que exemplificam os rearranjos proporcionados pela migração ou pela busca do “melhorar de vida”.

#### 3.2.1 Migração e arranjos familiares

##### 3.2.1.1 *A formação de famílias vínculo mãe-filho*

A monoparentalidade é um aspecto bastante presente na organização de famílias no Brasil. São muitos os trabalhos que indicaram essa questão (BILAC, 1994; BERQUÓ, 1999; WORTAMAN, 2001; FONSECA, 2002; SALEM, 2002). Quando se avaliam as conformações de núcleos de trabalhadores rurais migrantes, também é possível observar tal dinâmica do parentesco. O trabalho de Silva (2007) é demonstrativo desse aspecto.

A figura do *pai que foi embora*, como argumenta Silva (2007), aparece como resultado da quebra de arranjos familiares proporcionados pela migração. Também é comum, quando os homens partem sozinhos, estabelecerem outras relações nos locais de destino, formando assim novos núcleos familiares. Como o caso de seu José que, aos 64 anos, possui três famílias, duas delas formadas no processo migratório. Nascido em

Palmares- PE, seu José migrou pela primeira vez em 1970 para trabalhar na construção civil e retornou em 1975 para casar-se com uma moça de sua região. Com ela, teve sete filhos, que permaneciam com a mãe nas terras da família enquanto ele migrava em diversas frentes de trabalho. Durante esse tempo, seu José manteve duas famílias, uma lá e outra cá, como se refere. Com a segunda família, teve mais quatro filhos. Nos anos recentes, consolidando sua permanência no Estado de São Paulo, começou “a tocar um pequeno negócio”, de denominação “Casa do Norte”. Foi nesse meio tempo que conheceu Graça, uma jovem de 35 anos, migrante de Palmares-PE, já mãe de três crianças, os quais tratam seu José como pai. Vale ressaltar que somente a filha mais velha de Graça recusa tratá-lo como pai; às vezes, agindo de maneira jocosa, brinca com os irmãos dizendo não ser filha daquele velho.

A ausência no lá e no cá reorganizou as relações que seu José manteve com os filhos; hoje ainda relata que não possui boa relação com suas ex-esposas e com os filhos gerados por elas. Nos últimos meses, Seu José fechou a “Casa do Norte” que tinha no bairro de Cidade Aracy I e abriu um bar no local. Quando o negócio parecia não ir para frente, ajudou Graça a montar uma loja de roupas no mesmo espaço. Para quem passa por sua calçada, é possível observar itens trazidos do grande comércio popular de São Paulo. Graça fica o dia todo a esperar por clientes. A presença de “seu” José é escassa. Alguns meses após a realização dessa entrevista a família mudou de casa.

“*Sumir no mundo*” foi uma das expressões recorrentes no trabalho de campo dessa pesquisa. As mulheres com filhos quando migram sozinhas possuem uma trajetória conjugal marcada por conflitos que ocasionou quebras nos arranjos familiares a consequente migração. A ausência proporcionada pelo “*Sumir no mundo*” marca definitivamente os arranjos familiares.

Assim, a migração também pode ocorrer por quebra de arranjos familiares nos locais de origem. Nesse sentido, o estudo de campo apontou dois casos, o de Cilene e o de Paulo.

Cilene (38 anos, trabalhadora rural e migrante de Pernambuco) explica-nos, em um dos momentos das entrevistas, que o primeiro marido tinha “*sumido no mundo*” e, após voltar de sua “*andança*”, queria reatar a relação, o que para ela era inaceitável. Diante disso, iniciou seu processo migratório que tinha como finalidade “fugir” do esquema de dominação anterior familiar e masculina.

Já Paulo (33 anos, ex-trabalhador rural, atualmente comerciante de uma Casa do Norte) relatou-nos que o processo migratório do pai, definido por Paulo como “*sumir no mundo*”, como Cilene ao fazer referência à migração do primeiro marido, determinou definitivamente sua condição migratória. Na ausência do pai, e pela necessidade de manter financeiramente o lar materno, Paulo, enquanto “filho eleito” (FONSECA, 2002), iniciou uma migração para o trabalho, voltando anualmente até se casar com uma moça do povoado, com quem migrou para São Carlos, onde hoje reside.

Esse aspecto da vida social das famílias pode ser refletido sob a luz dos trabalhos de Fonseca (2000), Salem (2006) e Silva et al. (2007). As autoras concordam que, na impossibilidade dos homens – na atual conjuntura socioeconômica como os arrochos salariais e as altas taxas de inflação – manterem economicamente seus lares, o que constituía a identidade masculina de “provedor”, rearranjam-se as relações de gênero interna na casa.

Assim, “as pressões [...] para que [os homens] cumpra[m] o papel de provedor são tão intensas e tão difíceis de serem atendidas que elas acabam, paradoxalmente talvez, por incitá-los a evitar e/ou desvencilhar de vínculos mais permanentes” (SALEM, 2006, p.431), e, na perspectiva da família de trabalhadores rurais, trabalhada por Silva et al. (2007), os padrões de masculinidade e virilidade foram alterados definitivamente. Logo, os resquícios dos padrões anteriores tornaram-se verdadeiros fardos. Portanto,

a única alternativa para a incapacidade de prover a família e manter os padrões de virilidade, assentados na submissão e respeito é a saída da casa. Essa partida dá início a um verdadeiro processo de circulação de homens, pois as relações são na sua maioria muito efêmeras. Para não assumirem publicamente seu fracasso, eles passam a circular entre outros lares. (SILVA et al., 2007)

Essa circulação de homens ocorre nos locais de origem e recoloca as famílias, estimulando-as também à migração, como nos dois últimos casos, bem como marcam as relações familiares pós-migração nos locais de destino, como mostra o trabalho de Silva et al (2007), reestruturando as relações de autoridade na casa. Na fala dessas migrantes, é comum encontrarmos elementos como “*fui mãe e pai das crianças*” ou aqui “*em casa eles só podiam contar comigo*” referindo-se à criação dos filhos.

Os estudos de Menezes (2002, 2010) têm apontado, no caso dos migrantes *permanentemente temporários* para o corte da cana-de-açúcar no estado de São Paulo, para

a atuação ativa das mulheres no que toca a manutenção do grupo familiar nos locais de origem.

As mulheres, sob a vigilância de pais, sogros e irmãos, aguardam o retorno de seus esposos. Assim, frequentemente, mesmo o projeto de “melhorar de vida” sendo familiar, ele não significa o deslocamento de toda família.

No caso tratado por Menezes e Saturnino (2010),

é preciso entender, portanto, que tanto ao ficar como ao migrar junto com os esposos e filhos, a mulher assume funções/ papeis diferenciados, mas ao mesmo tempo, complementares, no sentido de que são as ações e as funções assumidas por ambos que garantem em última instância, a reprodução do grupo familiar (p.292).

Gonçalves (2001), ao estudar as migrações internas, demonstra a mesma condição trabalhada por Menezes e Saturnino (2010), expondo que, nas regiões de origem, as mulheres de maridos migrantes são consideradas “viúvas de maridos vivos”. Assim sendo, na ausência deles, elas assumem, além da casa, todas as atividades relacionadas com o cuidado do roçado.

O que esses trabalhos mostram é que, definitivamente, quando os homens migram sozinhos, as relações internas ao grupo familiar são de alguma maneira rearranjadas. Mulheres, filhos, avós, etc., cumprirão papéis, muitas vezes, diferenciados daqueles incumbidos anteriormente à migração do ente familiar escolhido. A atuação das mulheres na manutenção da casa familiar e na educação dos filhos é de extrema importância para o projeto familiar de “melhorar de vida” e, como o ente migrado, elas serão também cobradas pelo fracasso ou sucesso desse projeto.

### *3.2.1.2 Quando o processo migratório não inclui todos*

Outro aspecto levantado é que o projeto familiar migratório nem sempre inclui todos: enquanto alguns partem outros ficam. Isso ocorre mesmo quando o projeto é de migração familiar. Assim, Menezes e Saturnino (2010) apresentam a seguinte questão: “Muitas vezes, o homem viaja primeiro, no intuito de alugar casa e conseguir, com o primeiro salário, comprar alguns itens básicos, fogão, camas ou colchões. Esse ritual de preparar a casa equivale à colonização do ambiente hostil, não humano” (p.300). Edneide (35 anos, migrante do Alagoas) conta-nos esse mesmo processo. O marido veio primeiro,

alugou a casa e a mobilhou com o primeiro salário; e os ganhos seguintes foram direcionados à vinda da família, considerando que, mesmo vindo em um ônibus ilegal, chamado popularmente de “Clandestino”, a passagem era cara, comprometendo mais da metade de seu salário. Dos oito filhos, dois ficaram com os avós paternos e maternos e, mesmo quando um deles migrou para São Carlos para ficar junto da família, esse foi expulso de casa. Edneide – em uma conversa informal numa outra visita de campo – confidenciou-nos que teve que alugar um cômodo fora da casa familiar para esse filho, uma vez que a vinda do mesmo provocou muitos conflitos com o pai. O arranjo familiar de Edneide será tratado no tópico seguinte.

O caso de Luzinete (45 anos, ex-trabalhadora rural da laranja, migrante do Sergipe) é exemplar de como mais uma vez o projeto migratório nem sempre inclui todos. Sendo filha adotiva, teve que romper com a mãe, com a qual convivia, para que pudesse migrar com o marido.

Situação similar a essa é analisada por Fonseca (1996) quando discute os caminhos da adoção em uma periferia do Rio Grande do Sul o que ilumina esta discussão. Para a autora, a circulação de crianças é marcada por negociações entre os pais da criança e os pais adotivos, sendo esta relação delimitada por um “jogo de poder, tanto no confronto quanto na solidariedade, que definem os limites do universo cultural” (FONSECA, 1996, p. 99), lançando aos doadores e aos doados uma série de prescrições a partir das quais a lealdade aos pais adotivos deve emergir nas relações cotidianas. A mãe adotiva nutre uma esperança de recompensa futura do filho adotado; então, ainda que a criança pequena tenha um valor enquanto objeto gracioso é depois de adulto que se torna aliado estratégico da rede. A mãe de Luzinete (citada acima) esperava que a filha adotiva cuidasse dela na velhice que se aproxima.

A circulação, nesse aspecto, toma contornos simbólicos que ultrapassam o determinismo econômico, antes vislumbrado como principal causa para este vaivém de crianças. Fonseca (1996) observa que “a maioria das mães doadoras de filhos não são motivadas pela esperança de estabelecer um vínculo utilitário patrão-cliente” (p.79). A evidência mais clara desse fenômeno é que as crianças circularam essencialmente no grupo de parentesco que economicamente não se diferencia tanto assim.

A dinâmica familiar dos grupos populares atuaria significativamente para o fenômeno de circulação de crianças. Nesses grupos, as decisões envolvendo crianças não estariam circunscrita ao casal, pois a própria conjugalidade seria instável e fluida. Assim, o

processo de reprodução dos grupos populares passaria pela coletivização das responsabilidades de criação das crianças colocadas a serviços da consolidação de redes de ajuda mútua unindo gerações e grupos familiares. “Dar uma criança pode, aliás, integrar um indivíduo em uma rede social onde em circunstâncias normais ela teria apenas um lugar precário” (FONSECA, 1996, p.81).

Luzinete (45 anos, ex-trabalhadora rural da laranja, migrante do Sergipe) migrou logo após o casamento com objetivo de afastar-se do irmão mais velho com quem não nutria boa relação. Somando a essa causa, meses antes da migração Luzinete recebeu uma proposta de emprego intermediada pela irmã migrada há alguns anos para São Carlos. No local de origem, Luzinete trabalhava no roçado do pai e como empregada doméstica de uma família tradicional da cidade.

Observamos que a migração, por um lado, marcou negativamente o relacionamento dela com a mãe adotiva e reafirmou a relação com a irmã migrada. O fato de a migração ter sido pós-casamento também é significativo na medida em que o casamento foi necessário para dar início ao processo migratório. O casamento marca definitivamente a migração para as mulheres. A maior parte das entrevistadas migrou após terem contraído matrimônio ou, por outro lado, já estarem separadas. O casamento representa, em parte, a autonomia necessária para gerir a própria vida.

Portanto, no caso de Luzinete, temos a seguinte configuração:

- Situação 1: *Anterior à migração*: relação direta de reciprocidade hierárquica familiar.  
(Afinidade, não há laços consanguíneos com a família)
  
- Situação 2: *Pós-migração*: Afinidade (Casamento), sem filhos.

### 3.2.1.3 A circulação de crianças

Frente à instabilidade do núcleo familiar no próprio processo migratório, Silva (2007), de acordo com Fonseca (1996), mostra como paralelamente à circulação dos homens, a circulação das crianças na família de trabalhadores rurais também se opera. Essa condição é vinculada ao antigo sistema de compadrio comum as famílias das áreas rurais. Conforme postula Fonseca (1996, p.117),

os padrinhos são responsáveis pela educação e socialização dos afilhados. O compadrio é pautado por relações de solidariedade e coesão dos grupos sociais de vizinhança e parentesco. As crianças circulam quando as condições de sobrevivência põem em risco a vida delas.

Mais de uma vez foram relatadas questões envolvendo circulação de crianças. Edneide (35 anos, trabalhadora rural, migrante de Alagoas), por exemplo, conta-nos que o processo de migração de sua família é marcado pela *separação*. Dos oito filhos, dois ficaram com a avó materna e mais dois com o avô paterno; um dos meninos que estava com o avô paterno recusava-se a vir para São Carlos com a família, pois, como ele mesmo me relata, na época da entrevista, tem uma roça de feijão no sítio do avô que está quase para ser colhida. Outros dois ajudam a avó materna com a roça de mandioca. O auxílio família neste caso é imediato, e a distribuição dos cuidados com as crianças preservam suas existências, já que os pais não possuem condições para isso.

Mesmo a cidade oferecendo um novo padrão de consumo, na qual os filhos deixaram de comer tapioca de manhã para comerem bolacha e “Danone”, alimentos raros em na mesa como afirma Edneide, a mudança no padrão de relacionamento proporcionado pelo novo espaço social de vida é gerador de inquietação. O medo da violência e das drogas assombra a família que já visualiza alguns indicativos na escola que os filhos frequentam. Há, por parte de Edneide, uma preocupação com a dinâmica do bairro e a possibilidade da desestruturação familiar via perda da autoridade materna e paterna sobre os filhos.

Para essa família, temos o seguinte arranjo:

- Situação 1: *Anterior à migração*: Família nuclear, com dependência ao núcleo paterno do marido. Edneide e o esposo mais os oito filhos moravam na mesma casa.
  
- Situação 2: *Posterior à migração*: Não há o rompimento com o núcleo paterno e materno (Edneide) que presta auxílio para o processo migratório familiar, que se inicia com a vinda do esposo e depois se mantém até a busca de mulher (Edneide) e 5 filhos. Neste momento da migração, há uma distribuição das crianças entre os núcleos. Os dois mais velhos ficam com a avó materna e um com o avô paterno. Estas crianças já constituem força de trabalho para esses avós. Portanto, o rearranjo nesse caso recaiu sobre a relação de filiação.

#### 3.2.1.4 O esfacelamento da autoridade materna nos locais de destino

A autoridade constitui uma dos pilares das relações familiares. Esta relaciona-se, por sua vez, com certo tipo de dominação exercida pelo pai ou pela mãe sobre os filhos (LINS-DE-BARROS, 1987). O rompimento com a autoridade materna ou paterna é também responsável por rearranjos familiares. No que diz respeito às migrações, esse processo pode se relacionar com a busca por novos significados da noção de melhorar de vida. É bastante comum encontrarmos essa situação quando se trata da segunda geração dos migrantes ou quando os filhos menores acompanham seus pais no processo migratório. O convívio nos espaços de destinos cria novos valores que podem ser confrontados com os dos pais.

Esta questão é amplamente retratada no caso de Cilene (38 anos, trabalhadora rural e migrante da Paraíba) que, em entrevista, conta-nos de forma elucidativa a expulsão de casa das filhas, ambas adolescentes: a primeira foi expulsa debaixo de uma “surra” de fio de cobre<sup>27</sup>:

*Ela pensa que a minha casa é dela, entra na hora que quer e traz quem quer para dormir aqui! E não me deve satisfação? Ela não me responde, mas pensa que agora eu sou a empregada dela? Lavar, passar, cozinhar? Eu trabalhei duro na roça para sustentar essas meninas, o pai delas nunca deu nada, e agora é isso? (Cilene).*

Cilene diz que “despachou” também a segunda filha para a casa do namorado:

*Mandei ela ficar com o macho dela, já que se aqui não estava bom, que ela que fosse para casa da sogra, uma louca varrida! (Cilene).*

A história de Márcia (ex-trabalhadora rural, 34 anos, migrante do Ceará) converge com a de Cilene. A entrevista com essa migrante não foi tão expressiva quando as situações foram etnografadas. No momento das entrevistas, as crianças de Márcia iam para a escola. Uma delas, uma menina de cerca de oito anos, tinha ido ao mercado. A mãe (Márcia), percebendo que a filha demorava a chegar – o que atrasava o pai, que iria levá-

---

<sup>27</sup> Durante o tempo que pude acompanhar a história desta família, os conflitos entre mãe e filhas foram levados duas vezes ao conselho tutelar.

las à escola – de pé no portão dizia: “*esta menina precisa de um corretivo*”. Por esse motivo começou a chamá-la, referindo-se à garota com as expressões “*vagabunda*”, “*peste*”, “*coisa de pouco valor*” etc. Infelizmente não conseguimos fazer a entrevista com essa migrante em profundidade, mas suas falas e o modo de tratar os filhos pareceram bastante reveladores.

Ambas as mulheres (Márcia e Cilene) vivenciam cotidianamente uma autoridade destituída, uma falta de controle matriarcal no gerenciamento da conduta das filhas que seguem outro ritmo; as adolescentes, no primeiro caso, buscam outro padrão de vivência na cidade, com outros costumes e modos específicos de lidar com as pressões do dia-a-dia.

A autoridade associa-se à noção valorativa de posicionamentos hierárquicos. O pai ou a mãe, quando providos da moral, exerce centralidade nos fazeres do (a) filho (a) (SARTI, 1996; HEILBORN, 2004). O sistema de reciprocidade gera um sistema sólido de laço afetivo entre os membros da família que não necessariamente dividem o mesmo espaço de convivência. Em uma conversa informal com uma das filhas de Cilene, a primeira a ser expulsa, ela nos confidenciou que a mãe sobrevaloriza o marido, e essa situação é responsável pela tensão gerada na relação mãe-filha, o que, por fim, proporcionou a quebra da autoridade materna.

A partir desta característica encontrada no campo, procuramos também compreender como se dava a gestão desses conflitos entre mães e filhas. No caso de Cilene, as tensões, até poucos meses antes da entrevista, eram amortecidas pelo irmão, já que ela morava no fundo do quintal da casa dele e, sendo padrinho da primeira filha, colocava-se de maneira enérgica frente aos conflitos entre mãe e filhas. Nos meses seguintes à primeira entrevista, Cilene finalizou a construção de sua casa, na qual seu projeto de “melhorar de vida” estava embasado, e longe do irmão. Sobre a última briga estabelecida entre ela e as filhas, afirma:

*Chamei a polícia, e eles me deram razão, pois elas pensam que agora que tem 18 anos podem fazer o que quiser, mas na minha casa não!*

Neste caso, é o Estado via suas instituições que se encarrega do gerenciamento dos conflitos entre mãe e filhas, não mais a família extensa. Durante o processo migratório, o rearranjo familiar é claro. Para as filhas de Cilene, o tio, irmão da mãe, desempenhava um papel central na reorganização das relações da casa.

O marido de Cilene, com quem convive há mais de 10 anos, possui um papel estritamente definido de marido; ele não substitui de nenhuma forma a imagem do pai morador da comunidade de origem em Pernambuco. O “padrasto” não possui autoridade nenhuma frente às filhas da esposa, mesmo com a formalização da relação via matrimônio. Ele posiciona-se de modo distanciado dos conflitos já que Cilene faz questão de afastá-lo, pois não deseja restituir, em suas relações amorosas, as estruturas de dominação que rompeu pela migração.

Para essa migrante, temos os seguintes arranjos:

- Situação 1: *Anterior à migração*: Relação de conjugalidade e consanguinidade, vivência de dois paradigmas familiares: um com a família nuclear e outro com a família extensa.
- Situação 2: *Pós-migração*: Auxílio do irmão. Estabelecimento de relação com outras redes familiares, que propiciou a inserção no trabalho rural, o segundo casamento e, anos depois, a expulsão das filhas adolescentes de casa.

Outra questão que merece destaque nesse arranjo é a condição de moradia dessa migrante. Cilene assim como todos outros entrevistados morava ou ainda mora no fundo da casa de parentes migrados anteriormente e contaram com os mesmos para colocação no mercado de trabalho rural ou urbano, além de contarem com eles para educação e cuidados dos filhos. O significado da casa própria para estes migrantes ultrapassa sua materialidade e constitui outro aspecto do sentido de “melhorar de vida”, ou seja, sair da casa dos parentes ou do aluguel e poder constitui novos projetos de mobilidade social agora autônomo em relação à família extensa.

### 3.2.1.5 Quando a casa da avó agrega os núcleos dos filhos

Dona Luzia (64 anos, migrante do Mato Grosso do Sul, ex-trabalhadora rural) vive em uma casa simples, sem toques de requinte, na qual a circulação de filhos, netos, noras, genros é uma constante. A casa é um sobrado com muitos cômodos, todo terreno de cerca de 300 metros é construído. Na parte da frente mora uma filha e, nos fundos, outro filho, ambos casados e com filhos pequenos. No terreno, moram 11 pessoas ao todo. Além

desses dois núcleos, o de D. Luzia é composto pelo marido e quatro netos, os quais ela chama de filhos-netos.

Essa conformação está atrelada ao processo migratório e ao projeto de melhorar de vida. A trajetória migratória de D. Luzia inclui outras cidades, porém a que construiu enquanto “Espaço de Vida” fora Naviraí-MS, cidade de onde migrou já casada. Seu pai e mãe são nordestinos, de Sergipe e Pernambuco, respectivamente. Após a morte do pai, a mãe migrou para Valparaíso-SP, local onde conheceu Antônio seu esposo. Já casados, migraram para Naviraí-MS onde constituíram família, ao todo nove filhos, quatro meninas e cinco meninos. Seu Antônio esteve sempre ligado a serviços rurais, tanto em Naviraí quanto em São Carlos onde atua como turmeiro. Dona Luzia em Naviraís era a cozinheira das frentes de trabalho formadas por seu Antônio (o marido).

Diferentemente de tudo que a pesquisa de campo tinha apontado até então, o último movimento migratório realizado pelo casal não está atrelado às expressões mapeadas por nós dos significados da expressão “melhorar de vida”. Para ambos, falar das motivações e significados de “melhorar de vida” era bastante difícil e só foi feito no final da entrevista já com o gravador desligado.

A família de D. Luzia migrou no ano de 2000 quando duas tragédias assolaram sua casa. Seu genro, em um “*ato de loucura*”, matou Tereza (filha mais nova de D. Luzia) na frente dos três filhos. Após o assassinato, fugiu sem dar pista de seu paradeiro. Para a participante falar dessa “*causa*” é bastante doloroso: seus gestos contidos, seu olhar perdido, indicavam para mim, pesquisadora, o desconforto em tratar da questão. Em vários momentos, prefere abster-se. O filho-neto, sentado no baú no canto da cozinha, parece também sentir o desconforto do assunto. Dona Luzia faz uma confidência, em certo momento: Esse filho-neto, um menino de apenas 17 anos, jura vingança pela morte da mãe.

No ano anterior à morte da filha, o filho mais velho envolveu-se em uma briga e foi executado pela polícia, como conta. Por fim, essas “*causas*” fizeram com que ela perdesse “*o gosto pela vida e por sua antiga cidade*”, pois, para ela, lembrar é rever toda a tragédia familiar, “*é como se passasse um filme de desgosto e sofrimento*”. Para essa migrante, “melhorar de vida” relaciona-se com a possibilidade aberta encontrada em São Carlos de estar longe daquele espaço de dor que a antiga cidade agora representa.

Assim o processo migratório alterou definitivamente a conformação de seu lar, pois primeiro agregou outros núcleos ao seu, com a chegada dos netos órfãos, segundo porque

consolidou a tendência extensiva na qual sua família já vivia na antiga casa, bem como reatou relações anteriormente perdidas com a filha já migrada há alguns anos que mora em frente à casa da mãe.

Nesse momento pós-migração, a avó é quem consegue organizar as relações na casa. É ela quem tranca o baú de alimentos para que as netas envolvidas com droga não os vendam, e também é ela ainda a responsável pelo sustento e pela educação dos “*filhos-netos*” adolescentes.

A atuação das avós na atual configuração da família brasileira tem colocado em debate os novos arranjos familiares. Lopes et al. (2005, p.1) consideram que

os últimos trinta anos foram marcados por alterações nos arranjos familiares, na configuração sócio-demográfica da população e mesmo nos valores sociais. Tais alterações influenciaram as configurações familiares e também o tipo de cuidado que os avós dispensam a seus netos. Aqueles que antes desempenhavam os papéis de bonachões ou permissivos passam a ter atribuições de pais, devendo agora impor limites e regras.

As autoras demonstram como os papéis sociais de avós foram expandidos. É pelos avós que os netos passam a ser cuidados cotidianamente na ausência dos pais. Os avós tornam-se responsáveis pela educação dos netos, assumindo uma posição de “pais substitutos”. Assim,

essa substituição ultrapassa os limites práticos e instrumentais, inserindo-se no imaginário das partes envolvidas, pois não é incomum presenciarmos netos chamando carinhosamente seus avós de mãe e pai, ou ainda afirmando que têm duas mães e dois pais quando o cuidado é dividido entre as partes. (LOPES et al., 2005, p.2)

Os autores concluem que essa situação de

ser mãe/pai de crianças e/ou adolescentes novamente – muitas vezes inesperada nesse momento de suas vidas, impacta sobre a saúde física e emocional desses avós, afetando sua qualidade de vida. Contudo, as relações com os netos envolvem também sentimentos, senso de obrigação familiar e satisfações que em muitos casos sobrepõem-se sobre o ônus que o cuidar dos netos pode acarretar (LOPES et al., 2005, p.5).

Dona Luzia apresenta-se aos 64 anos como uma pessoa longe de se aposentar. Durante a entrevista, são vários os momentos que interrompe para passar alguma ordem ou

chamar a atenção de algum neto enquanto, frente à pia desossa um frango para o jantar. Sua autoridade na casa é expressa pela “bronca” que dá em cada neto ou filho quando não lhe a “pede bênção” ao entrar na casa pela primeira vez no dia.

### *3.2.1.6 Quando a migração cria solidariedade e disputa entre irmão(ãs)*

No campo desta pesquisa, a totalidade dos entrevistados relatou a importância que o grupo de irmãos teve no processo migratório e como as relações entre eles foram reanimadas após anos de separação. Para tratar desse aspecto, tomo como dado de campo os casos de Regis e de Karla, migrantes do Ceará, já citados anteriormente. O processo migratório desse casal foi diretamente influenciado pela relação de proximidade e distância entre os irmãos. Regis e Karla são primos consanguíneos, o que justifica certa divergência de discursos na entrevista realizada simultaneamente. Enquanto Regis faz referência aos irmãos do pai de maneira bastante pejorativa, Karla os defende mostrando o outro lado da história, pois o fato de Regis falar mal de sua família significa para ela acusar sua própria família. Por isso, suas diversas intervenções na fala do marido. A relação entre Regis e os irmãos no local de origem era insustentável e apontava para uma série de conflitos no que toca a distribuição de terras do pai.

Regis e Karla, assim como outros entrevistados, contam que a possibilidade de migrar foi conhecida ao passo do retorno de irmão e primos que se aventuravam em terras longínquas.

*Entrevistadora: Foi por causa desse irmão do Reginaldo que vocês mudaram para São Carlos?*

*Karla: É foi ele que nos iludiu. Quer dizer ele disse que aqui era bom de emprego, mas eu não acho que aqui bom não, tem gente que fala que São Paulo é ilusão, mas em São Paulo tem vários tipos de emprego. Mas lá é bem mais sofrido.*

*E: Você tem família lá?*

*K: Sim, tem irmão, sobrinho, tio... Tem um monte de gente.*

O enunciado “foi ele que nos iludiu” tem um significado bastante interessante, pois reflete o desconhecimento do local onde esses migrantes chegam. Esse aspecto é apontado na literatura especializada e foi teorizado por Lee (1975). Assim mesmo quando Truzzy (2008), ao analisar a funcionalidade das redes na migração, aposta nas informações

confiáveis que por ela circulam, é necessário apreender que nem sempre os migrantes, ao iniciarem e concretizarem o processo migratório, sentem-se seguros com as informações que lhes foram dadas.

Regis e Karla moraram dois anos nos fundos do quintal do irmão anteriormente migrado. Com a ajuda dele, ambos conseguiram comprar o terreno ao lado numa rua ainda sem asfalto. Ambos possuem relação de proximidade físico-espacial, porém marcada pela distância afetiva. Dificilmente um frequenta a casa do outro. Mesmo a relação entre irmão tendo sido recuperada no processo migratório, parece reproduzir-se a relação anterior de disputa e de solidariedade referente à casa paterna quando eram ainda adolescentes.

A recuperação das relações como o grupo de irmão também é relatada por Eva (50 anos, migrante do Paraná, trabalhadora rural), Cilene e Marlene, esposa de João Carlos. Nesses três casos, parece-nos que outras dimensões são acionadas. Diferentemente de Regis e do grupo de irmãos homens, a relação dos irmãos com as irmãs pressupõe assimetrias de gênero.

Entre as mulheres entrevistadas, quando migram para os mesmos espaços onde habitam os irmãos mais velhos, eles tornam-se possuidores de uma autoridade simbólica anteriormente dada ao pai no que toca à proteção das filhas. Nos dois primeiros casos, de Eva e de Cilene, por tratar-se de mulheres com vínculos familiares de mães-filho, os irmãos mais velhos passam a assumir outros papéis sociais na proteção dessas mulheres migradas.

Tanto Eva quanto Cilene moraram nos fundos da casa dos irmãos, que atuavam não somente como seus protetores, mas como responsáveis pela educação dos(as) sobrinhos(as). Eva é viúva; seu marido morreu em Minas Gerais em uma frente de trabalho. Ela era trabalhadora rural em Porto Ferreira, dividia seu tempo entre os filhos e o trabalho. Como conta, em decorrência da morte de seu esposo, *veio ficar perto do irmão* em São Carlos. Chegou a morar em seu quintal, mas, logo que começou a atuar na safra da laranja, conseguiu financiar meio terreno onde, com a ajuda do irmão e de outros amigos de “roça”, construiu a casa na qual ainda mora com os dois filhos.

Todavia, mesmo contando com a ajuda dos irmãos nos primeiros tempos, sair do “*fundo do quintal*” da casa deles representava uma etapa do processo que chamavam também de “melhorar de vida”. Nesse caso, significava a construção de autonomia individual, pois morar no “*fundo do quintal*”, para essas mulheres, também implicava estar submetida a esquemas de dominação da qual elas pretendiam afastar-se. Além de conviver

com a constante dívida moral, por ter sido “ajudada”, disputam com as cunhadas o próprio espaço de convivência. Significa também ter sempre alguém disposto a “*se meter na sua vida*”.

Já no caso de outros entrevistados, como de João Carlos e Marlene, estar na casa dos “outros” descaracteriza a identidade masculina fundada na capacidade do homem provedor de sustentar sua família de maneira autônoma. Somente relatam que foi uma época muito difícil, mas que superaram.

Nesse sentido, consideramos que o processo migratório alterou definitivamente a qualidade da relação entre os irmãos, expondo-os em relações do tipo *solidariedade e conflito*.

### 3.2.1.7 Quando o processo migratório reorganiza as relações de gênero na família

Por fim, o último aspecto que gostaríamos de levantar sobre os arranjos familiares proporcionados pela migração é referente às relações de gênero desenvolvidas no grupo de parentesco. O processo migratório de alguma forma estimula a descaracterização das assimetrias de gênero. As relações de poder entre os casais são postas em cheque, pois o novo espaço é desconhecido. O contato com outros padrões de cultura e a perda da autonomia masculina, com a entrada da esposa no mundo do trabalho, favorecem o “*empoderamento*” das mulheres. Na maioria das vezes, em novos contextos, são elas que decidem o que se deve fazer com a renda auferida pelo trabalho.

Cema (41 anos, trabalhadora rural, migrante do Paraná) conta-nos, em entrevista, que migrou acompanhando o marido com o objetivo de trabalhar em algum emprego urbano, já que outros migrantes da comunidade, quando voltavam, contavam que São Carlos era um lugar bom de emprego. Esse emprego urbano foi possível dada a uma rede de relações já estabelecidas na cidade; porém, em decorrência de sua primeira gravidez, pediu as contas. Anos depois, com as crianças já crescidas, decidiu voltar ao mercado de trabalho, o que, segundo ela, não foi possível dada a pouca escolaridade que tinha, então decidiu “*tentar a safra*”.

Desde 2002, atua na safra da laranja, parando somente entre os anos de 2007 e 2008 por conta de um acidente de trabalho. No momento da entrevista, o marido de Cema tinha acabado de chegar do trabalho; ele atua na cidade como servente de pedreiro. Então, dando

continuidade a entrevista, Cema apontou para ele e disse: “*ele tem vergonha que eu diga que trabalho na roça, diz por aí que eu não preciso disso não*”.

Para o marido de Cema, parece operar uma fratura na sua identidade de homem provedor, toda vez que a mulher reafirma que vai para roça para ajudar nas despesas da casa. Mas ela não se intimida com esse constrangimento do marido e lista orgulhosamente todas as coisas que conseguiu comprar com o dinheiro “*vindo de roça*”.

*No primeiro ano comprei um forno microondas e esse sobrado aqui do lado é que você viu é dinheiro de roça, não tenho vergonha disso, chega final de semana, às vezes eles não tem dinheiro para por gasolina no carro, eu digo assim: olha tá aqui! eu sempre tenho meu dinheirinho.*

Marlene (39 anos, também migrante do Paraná e trabalhadora rural) concorda que é muito difícil ficar na dependência do dinheiro do marido.

Stolcke (1985) já mostrava as fraturas que ocorreram nas famílias de migrantes quando o sistema do colonato deixava de existir. Como já apontamos no Capítulo II, para os migrantes rurais, a forma de organização do trabalho familiar é completamente diversa da vivenciada nos locais de origem. Mesmo quando dividem a mesma eito, não estão sobre o domínio do “*pai-patrão*” (SILVA, 1998).

No trabalho na safra da laranja, é comum encontramos casais, e até pais e filhos, que colhem juntos, porém, a presença de mulheres migrantes é marcante. Muitas dessas mulheres são casadas com homens que não estão na safra, mas em outros empregos rurais ou essencialmente urbanos. A construção civil é uma das áreas de atuação que mais recebe esse tipo de trabalhador.

Assim, partindo dos dados fornecidos pela pesquisa qualitativa, não podemos considerar um único padrão de arranjos familiares anteriores e posteriores à migração. O que podemos afirmar – a partir da análise da literatura especializada em família e em migração, bem como dessa pesquisa – é que o processo migratório influencia diretamente na conformação dos núcleos, ressignificando posições dos membros da família e recompondo relações anteriormente perdidas. Como visto entre os trabalhadores rurais pesquisados, no processo migratório os filhos e as mulheres, por exemplo, tornam-se, multiplicadores da renda familiar na medida em que atuam ativamente no projeto familiar de “*melhorar de vida*”.



## CONCLUSÃO

Ao iniciarmos essa pesquisa, tínhamos como objetivo estudar as migrações de origem rural-urbana para o município de São Carlos. Assim sendo, recortamos como campo de pesquisa os trabalhadores rurais dessa cidade, moradores da região que popularmente é chamada de Cidade Aracy. O interesse maior era entender o que esses migrantes empobrecidos – moradores de uma região que, por anos, foi reconhecida com um dos maiores bolsões de pobreza da cidade de São Carlos – chamam de “melhorar de vida”. Perguntávamos então qual era o sentido ou o significado dessa expressão para os migrantes e suas famílias. O desafio era visualizar o que estava por de trás dessa máxima interpretada de maneira economicista e encontrar os elementos que poderiam ser considerados como “melhorar de vida”. A abordagem levou em consideração que haveria um projeto familiar, mais ou menos definido, de “melhorar de vida” e que a busca incessante por esse objetivo, gestado no processo migratório, alterava a conformação dos núcleos familiares.

Outro desafio do processo de pesquisa era em relação às hipóteses que iam surgindo em seu desenvolvimento. A questão do sentido de “melhorar de vida”, para esses migrantes, poderia ser tratada por meio da ampliação das dimensões analíticas e conceituais se voltássemos nosso olhar para o local de origem. Porém, pelas limitações impostas pelo próprio trabalho, só conseguimos acessar esse ambiente pelos relatos e histórias de vida contadas já no local de destino.

Diante disso, poderíamos abrir uma nova agenda de pesquisa ao propor que, a partir deste trabalho, o olhar fosse voltado para essa origem migratória, na qual poderíamos tratar o sentido não mais como sinônimo de significado, mas como conceito sociológico. Assim, se nos atentássemos para a Sociologia das Migrações, perguntar-nos-íamos, à luz da teoria weberiana, *qual é o sentido acessível à compreensão da ação social de migrar*. Tomaríamos como hipótese que o sentido da ação poderia ser entendido pela formulação geral de “melhorar de vida” a qual dedicamos esse trabalho.

Logo, discutidas as reflexões iniciais da pesquisa e as limitações desta dissertação, concluímos que o estudo entre os trabalhadores rurais migrantes dos bairros que compõem

a Cidade Aracy em São Carlos apresentou novos elementos para a reflexão do processo migratório interno. Primeiro porque mostrou que, mesmo essa população morando há anos nesse município, ainda conserva a condição de migrante, ou seja, está presa às raízes dos espaços de vida de onde partiram. Segundo porque observar a trajetória migratória de tal população nos permite descolar a ideia geral de “melhorar de vida” da visão puramente economicista, demonstrando como ela pode sugerir novos elementos. A condição de vida desses trabalhadores é certamente peculiar já que, como mostrado nos Capítulos I e II, vivenciam cotidianamente a relação entre a condição rural e a urbana por meio do trabalho e da moradia, o que, anteriormente, os definia como *boias-frias*, categoria que recusam como identificadora de sua condição.

Porém, a conclusão mais geral que tiraremos desta dissertação é que o sentido de “melhorar de vida” altera os arranjos familiares. A família é considerada não somente pela centralidade no auxílio econômico ao projeto migratório de “melhorar de vida”, mas pelas estratégias e pelas relações que cria no processo migratório.

Assim, como nos ensina Martins (1981), o “ir” e o “vir” presentes no processo migratório inserem os migrantes em um processo de dessocialização das antigas relações sociais e ressocialização nos espaços de destino. No processo migratório, o sentido de “melhorar de vida” toma múltiplos significados: ora se relaciona com a mudança nos padrões de consumo e acesso a direitos sociais, ora com a mudança nos padrões de relacionamento familiares. Por fim, concluímos que os significados dessa representação também dependerão das trajetórias realizadas pelo grupo familiar e das necessidades criadas pelos membros que o constituem. Portanto, o próprio significado é construído e reconstruído no processo desencadeado pela migração.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da Família**. Rio de Janeiro: Ed. Livros Técnicos e Científicos Editores S.A, 1973 [1981].

ANTICO, C. Por que migrar? In: PATARRA, N. *et al.* (Org.) **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: 1980-1993**. Campinas: Ed.IE/UNICAMP-FAPESP, 1997.

ARANHA, V. Mobilidade pendular na metrópole paulista. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.4, p.96-109, out./dez.2005.

ALVES, F. J. C. **Modernização da Agricultura e sindicalismos: luta dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto**. 1991. 347f p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 1991.

ALMEIDA, A. M. *et al.* (Org.) **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987.

ÁVILA, M. P. **Periferia é periferia em qualquer lugar?** Antenor Garcia um estudo de uma periferia interiorana. 2006. 114 p. Dissertação (Mestrado em Ciências sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.

BACCARIN, J. G. **Número e sazonalidade de emprego dos trabalhadores canavieiros não especializados no Estado de São Paulo, entre 2007 e 2009**. In: ENCONTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS – CERU, 37, 2010, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2010.

BAENINGER, R. A. **Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes- Brasil, 1980-1996**. Campinas, 1999. 234 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, SP, 1999.

\_\_\_\_\_. Região Administrativa Central: Região de Governo de São Carlos e Região de Governo de Araraquara. **Textos Nepo (31)**. Campinas, SP, 1995.

\_\_\_\_\_. São Paulo e suas migrações no final do século 20. In. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set., 2005.

\_\_\_\_\_. Migração, migrações. **Idéias**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Ano 2. Vol.2. 2011.p.31-41.

BAENINGER, R. A.; OJIMA, R. Novas Territorialidades e a Sociedade de Risco: Evidências empíricas e desafios teóricos para a compreensão dos novos espaços da migração. In: **Papeles de Población**, v. 58, p. 141-154, 2008.

BENINCASA, V. **Velhas Fazendas: Arquitetura e cotidiano em Araraquara (1830-1930)**. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2004.

BERQUÓ, E. Perfil demográfico das chefias femininas no Brasil. Seminário "Estudos de gênero face aos dilemas da sociedade brasileira". In: PROGRAMA RELAÇÕES DE GÊNERO NA SOCIEDADE BRASILEIRA, 3., 2001, Itu. **Anais...** Itu, SP: Fundação Carlos Chagas. Itu, 2001.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: **Usos & abusos da história oral**. Janaína Amado e Marieta de Moraes Ferreira (Coord.) Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 183-191.

\_\_\_\_\_. **A Economia das trocas simbólicas**. MICELI, S. (Org.) São Paulo: Perspectiva, 2007.

\_\_\_\_\_. Razões Práticas. In: **Sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papius, 1996.

BUENO, F. F.; EID, F. **Reestruturação produtiva e organização sindical: um ensaio sobre os efeitos recíprocos no setor automotivo**. 2000. Disponível em: [www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000\\_E0083.PDF](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2000_E0083.PDF). Acesso em: 20 nov. 2010.

CARVALHO, J M. de. 2005. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 7. ed. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira.

CANDIDO. A. Brazilian Family. In: SMITH, L; MARCHANT, A (eds). **Brazil portrait of half a continent**. New York. Drydm. 1951. p.291-312.

CARNEIRO, M.; SOUSA, A.; MARINHO, K. Migração, estrutura agrária e redes sociais. In: ALVES, F.; NOVAES, J. R. (Org.). **Migrante: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro**. São Carlos: EdUFSCar, 2008.

CARMO, M. A. A. C. “zanza daqui, zanza pra acolá”: deslocamentos de trabalhadores rurais do sertão da Bahia à lavoura cafeeira do cerrado mineiro – 1990-2010. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL TRABALHO E MEIO AMBIENTE. 2011, São Carlos, SP. **Anais...** São Carlos, SP: UFSCar, 2010, p. 23-39.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas - SP: Ed. Unicamp: Ed. IE, 1998.

CUNHA, J. M. P. Migração pendular, uma contrapartida dos movimentos populacionais intrametropolitanos: o caso do Município de São Paulo. **Conjuntura Demográfica**, São Paulo: Fundação Seade, n. 22, jan. /mar., 1993.

COURGEAU, D. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale.** Migration internes, mobilité temporaire, navette. Paris: Éditions de l'institut national d'études démographiques, 1988.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. **Notas de Población**, Santiago de Chile: CELADE, n. 49, 1990.

DELGADO G.C.; COSTA J.A. Direitos sociais no Brasil sob risco de desconstrução. In **Políticas sociais** – acompanhamento e análise, n. 9. IPEA. Brasília 2004.

DEVESCOVI, R. C. B. Urbanização e acumulação. Um estudo sobre a cidade de São Carlos. **Arquivo de História Contemporânea.** Serie Monografia. UFSCar. 1987.

DURHAM, E. R. **A caminho da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. Sociedade vista da periferia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo: Anpocs, 1988.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ECHEVERRIA, G. A desconcentração territorial e trabalho industrial no estado de São Paulo. In: XVI ENCONTRO DE JOVENS INVESTIGADORES, 16., 2008. **Anais...**, 2008.

FARIA V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 3, 1991, p. 98-119.

FAZITO, D. Análise de Redes Sociais e Migração. Dois aspectos fundamentais do “retorno”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, RBCS, v. 25, n. fev., 2010.

FAZANO, C. B. **Proposta de zoneamento ambiental: estudo de caso – Bairro Cidade Aracy, São Carlos-Sp.** 2001.164 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP, 2001.

FREIRE, G. [1933].. **Casa-grande e Senzala.** Rio Janeiro/São Paulo: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. [1936]. **Sobrados e Mocambos.** São Paulo/Rio de Janeiro: Global/ Ed.15º, 2004.

FONSECA, C. **Caminhos da adoção.** São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro, Zahar, 1975

FERREIRA, R. B. Redes de inovação no contexto dos tecnopolos: A experiência de São Carlos, Brasil. **Scripta - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales.** Universidad de Barcelona, n. 69 (32), ago., 2000.

FILGUEIRAS, O. **O Parque tecnológico de São Carlos (ParqTec)**. São Paulo: IED. 2000.

GARCIA, A. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.3, n.7, 1988.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GORDINHO, M. C. **A Casa do Pinhal**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

HARVEY, D. **A condição Pós-moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

GONÇALVES, J. A. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**, n.15 (43), 2001.

JANNUZZI, P. M. **Migração e Mobilidade Social: Migrantes no mercado de trabalho paulista**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

\_\_\_\_\_. Mobilidade social no Brasil no contexto da reestruturação produtiva. In: **I CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO - ALAP**, 1, 2004. Caxambu-MG. **Anais...** Caxambu-MG, 2004.

\_\_\_\_\_. Migração e mobilidade social no Brasil: Padrões históricos, tendências recentes. In: **29<sup>o</sup> CONGRESSO ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 29. 2001. **Anais...**, Caxambu-MG 2001.

LEITE, M. P. Novas formas de gestão da mão-de-obra e sistemas participativos no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. México, n. 1, p. 135-154, 1994.

LEE, E.S. [1966] Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.) **Migrações internas**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 1980.

LINS-DE-BARROS, M. **Autoridade e Afeto**: Avós, filhos e netos na família brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.

LIMA, R. P. **O Processo e o (des)controle da expansão urbana de São Carlos (1857-1977)**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, USP.

LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social**. 3. Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

LOPES, E. S. L.; NERI, A. L.; PARK, M. B. Ser avós ou ser pais: Os papéis dos avós na sociedade contemporânea. **Textos Envelhecimento** [on-line]. 2005, v. 8, n. 2, p. 239-253.

MASSEY, D. Economic development and international migration in comparative perspective. **Population and Development Review**, 1988. 14, p. 383-413.

MANCUSO, M. I. R.; OLIVEIRA, A. E; LAISNER, R, C e GRANJA, H, R. **Cadastramento Único**: Subsídio para Implantação de Programas Sociais de Famílias Abaixo do Limiar de Pobreza em São Carlos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte. **Anais....** Belo Horizonte: .2004, p.

MANO, M. **Os campos de Araraquara**: um estudo de história indígena no interior paulista. 2006. Tese. 357 f. (doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARTINS, J. S. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: \_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MARTINS, R. C.; SILVA, M. A. M. Trabalho e meio ambiente: o avesso da moda do agronegócio. **Lutas & Resistências**. Londrina, v. 1, p. 91-106, set., 2006.

MACIEL, L. M. **A família tal como é pensada e vivida, um estudo sobre organização familiar em bairros de São Carlos**. 2008. 70 f. Monografia de Final de Curso, DCSO, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP, 2008.

\_\_\_\_\_. Migração e identidade entre trabalhadores rurais-urbanos no interior de São Paulo. In. **XI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Anais...** UFBA-Salvador, BA. 2011.

\_\_\_\_\_; BAENINGER, R. Assalariamento rural no interior de São Paulo: um estudo sobre migrações e identidades. In. **35<sup>o</sup> Congresso da Associação de Pós-graduação em Ciências Sociais. Anais...** Caxambu, MG. 2011.

MENEZES, M. A. de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

\_\_\_\_\_. Relações entre pais, mães e filhos (as) em famílias camponesas: memória e infância. **Teoria e Pesquisa**. São Carlos, UFSCar, n. 49, jul./dez., 2006.

MINTZ, S. "Encontrando Taso, me descobrindo". In: Dados, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 27, n.1.1984. p. 45-59.

MORAES, R. Análise de conteúdo. In: Educação. Porto Alegre, v. 22, n.37, p. 7-32., 1999.

NEVES, A. P. das. São Carlos na esteira do tempo. **Álbum comemorativo do centenário da ferrovia (1884-1984)**. Ilustrações de Júlio Bruno. São Carlos: [s.n.]. 1984.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.

NOGUEIRA, V. S. Práticas migratórias em famílias camponesas: uma etnografia do ir e vir camponês. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL MEIO AMBIENTE E TRABALHO, número do evento, 2010, São Carlos, SP. **Anais... São Carlos: UFSCar**, 2010.

NOUGUEIRA, V.M. R; PRÁS, K.R. D; FERMIANO, S.A A diversidade ética e política na garantia e fruição do direito à saúde nos municípios brasileiros da linha da fronteira do MERCOSUL. In: **Cadernos de Saúde pública**. (23). Rio de Janeiro, 2007. p. 228-236.

NOVAES, J. R. Campeões de produtividade: dores e febres nos canaviais. **Estudos Avançados**, v. 21, nº 59, jan./abr. 2007, p. 167-178.

NOVAES, J. R. Quadra Fechada. **Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis**, IE-UFRJ, 2006.

NOVAES, J. R.; ALVES, F. J. C. (Org.). **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)**. São Carlos: EdUFSCAR, 2007.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: Crítica à Razão dualista**. CEBRAP, São Paulo. 1981.

OLIVEIRA, E. A. **O mapa da exclusão social em São Carlos**, atividade do projeto Permanente “Indicadores Sociais das Cidades Médias Paulistas” coordenado pela Profa. Dra. Maria Inês R, Mancuso, NPD/DCSo/UFSCar, 1998 e 2000.

PASTOR, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. Edusp. São Paulo, 1979.

PATARRA, N. (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1997.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para ciências da saúde, humanas e sociais**. São Paulo: EdUSP, 1999.

POCHMANN, M. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil**. 2007. Disponível em: <[www.emater.mg.gov.br](http://www.emater.mg.gov.br)>. Acesso em: 02/08/2011.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais paulistas (dinâmica das relações bairro rural/cidade)**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

SCALON, M. C. **Mobilidade Social no Brasil: Padrões e Tendências**. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1999.

SAMARA, E. M. Tendências atuais da história da família no Brasil. In: ALMEIDA, A.M. et al. (Org.) **Pensando a Família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p. 25-36.

- SAYAD, A. **A imigração ou paradoxos da alteridade**. São Paulo: EdUSP, 1998.
- \_\_\_\_\_. O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante. **Travessia**, n. 13. (número especial), p. 7-32, jan., 2000.
- SALEM, T. “Tensões entre gêneros na classe popular: uma discussão com o paradigma holista”. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 417-447, 2006.
- SARTI, C. A. **A família com espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996.
- SINGER, P. I. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In MOURA, H. (Org.) **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 1980.
- SILVA, V. F. **Migração e redes sociais: trajetórias, pertencimentos e relações sociais de migrantes no interior de São Paulo**. – Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, 2006.
- SILVA, M. A. de M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- \_\_\_\_\_. Expropriação da terra, violência e migração: camponeses do nordeste do Brasil nos canaviais paulistas. In: SEMINÁRIO MEMÓRIA, CIÊNCIA E ARTE: RAZÃO E SENSIBILIDADE NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO – PREAC, 5., 2007. Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: Centro de Memória da Unicamp, Centro de Memória em Educação - FE. 2007. Disponível em: <<http://www.preac.unicamp.br/memoria/textos/Maria%20Aparecida>>. Acesso em: 27 abr. 2009.
- \_\_\_\_\_. et al. A família tal como ela é nos desenhos de crianças. **Ruris**, Campinas, v.1, mar., 2007.
- \_\_\_\_\_.; MENEZES, M. A. **Migrações rurais no Brasil: velhas e novas questões**. 2007. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 12 maio 2010.
- \_\_\_\_\_. Mortes e acidentes nas profundezas do mar de cana e dos laranjais paulistas. **INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente** - v. 3, n. 2, artigo 1, abr./ago., 2008.
- SILVA, S. **Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- SILVA, M. S.. ; MENEZES, M. A. de. . Homens que migram, mulheres que ficam: o cotidiano das esposas, mães e namoradas dos migrantes sazonais do Município de Tavares. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.
- SCOTT, P. O homem na matrifocalidade: gênero, percepções e experiências do domínio doméstico. In: ANPOCS, 29º, 1988. **Anais...** Campinas, SP: 1988.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

STOLCKE, V. **Cafeicultura**. Homens, mulheres e capital. (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986.

TRUZZY, O. **Café e Indústria**: São Carlos 1850 -1950. Editora da UFSCar. São Carlos, SP. 2000.

\_\_\_\_\_. Redes em processos migratórios. **Tempo Social - Revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 1. 2008.

TELLES, V. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Editora 34, 2001.

\_\_\_\_\_. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: UFMG, 1999.

VEBLEN, T. [1889] **A Teoria da Classe Ociosa**: Um estudo econômico das instituições. São Paulo: Ática, 1974.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.15, 2000.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. **Serie Antropologia**, Brasília, UnB, n. 357, 2004.

WAJNMA, S.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; OLIVEIRA E. L. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e conseqüências. In: CAMARANO, A. A. (Org.) **Os novos idosos Brasileiros muito além dos 60**. Brasília, DF: IPEA, 2004.

WEBER, M. Os tipos puros de dominação. In: CASTRO, A. M. & DIAS, E. F. (org.). **Introdução ao Pensamento sociológico**. São Paulo: Moraes, 1988.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Informações sobre as Regiões de Governo e Região Administrativas. São Paulo.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 2000.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IED).  
MINISTÉRIO DO TRABALHO. Relação anual de informações sociais (RAIS) de 2010 e 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS – Plano Municipal de Assistência Social. 2003-2004. Disponível em:  
[http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/download/versao\\_final\\_PMAS.PDF](http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/download/versao_final_PMAS.PDF). Acesso em: 15 dez. 2011.

## ANEXOS

(I)

**Roteiro Biográfico – Projeto: O sentido de melhorar de vida: um estudo sobre Arranjos, desarranjos, rearranjos familiares nas migrações rurais – urbanas - urbanas – rurais.**

Data: \_\_/\_\_/\_\_\_\_

Local onde foi realizada a entrevista:

Pessoas presentes no local:

Nome:

Endereço:

Local de nascimento:

Estado Civil \_\_\_\_\_

Escolaridade:

( ) Analfabeta

( ) Sabe assinar o nome

1ª a 4ª série ( ) incompleto ( ) completo

5ª a 8ª série ( ) incompleto ( ) completo

Ensino Médio ( ) incompleto ( ) completo

Superior ( ) incompleto ( ) completo

Ocupação atual: \_\_\_\_\_

Quantas pessoas moram na casa: \_\_\_\_\_

A casa: ( ) própria, ( ) alugada, ( ) cedida

**Roteiro de entrevista:**

1. A quanto tempo está em São Carlos?
2. Realizou outras migrações? Se sim, para quais localidades?

Origem		Destino		Ano	
Motivação					
Acompanhantes					
Atividades exercidas na cidade de destino					

**Migração e Família:**

3. Conte-nos sobre sua trajetória de vida e de sua família onde nasceu?<sup>28</sup>
  - a) Como era este local? Como era a condição de vida lá? Vocês viviam no campo ou na cidade?
  - b) Como era a convivência familiar: o embate geracional (idade), estrutura de gênero. E como é hoje?
  - c) E porque da escolha da cidade de São Carlos? Quem veio e quem ficou? Você veio casado (a) ou Solteiro (o). Se é casado (a), casou-se lá ou aqui? Você têm parentes aqui no bairro ou na cidade?
  - d) Quando veio para São Carlos veio direto para a casa onde vive ou morou em outras casas e/ ou bairros. O que vê de positivo nesta cidade e o que vê de negativo?
  - e) Como se sente neste bairro? Como é a convivência com os vizinhos?

**Migração e Trabalho:**

4. Conte-nos sobre seu trabalho,
  - a) Quantas pessoas trabalham em sua casa?
  - b) Como ficou sabendo deste trabalho, no que ele se diferencia no trabalho de lá.

---

<sup>28</sup> Estas informações serão extraídas pela transcrição das entrevistas quando gravadas ou pelo anotações realizadas no caderno de campo da pesquisadora no momento da entrevista.

- c) Onde é seu local de trabalho? É em São Carlos ou na região?
- d) Se é trabalhador rural: Qual ou quais culturas já trabalhou? Ganhava por diária ou por produção? Há registro em carteira?

d.1) O que você faz no período da entressafra?

d.2) No seu local de trabalho, tem mais mulher ou homem? há uma separação entre as atividades exercidas por um e por outro?

d.3) Você gosta de seu trabalho? Há alguma profissão que gostaria de realizar?

### **Migração e retorno**

- a) Você volta sempre para sua cidade de origem?
- b) Pensa em mora lá novamente?
- c) O que sente quando volta é muito diferente daqui? Como as pessoas que lá moram te encaram? a relação é a mesma?

## **(II)**

### **Questionário aplicado aos turmeiros**

1. Caracterização:

Nome

Idade

Cidade de origem

2. Quanto tempo trabalha como turmeiro (a), quantas safras você já fez?

3. Os trabalhadores são registrados?

4. Como é feita a contratação? Como “seleciona” os trabalhadores

5. Quantas pessoas você contrata por safra? São mais homens ou mais mulheres

6. Você sabe de quais estados vêm as pessoas que você contrata? Elas moram onde?

7. Como é o trabalho do turmeiro e dos outros trabalhadores?

8. Em quais locais (cidades) você leva sua turma para trabalhar?

**(III):**

Questionário aplicado aos comerciantes das Casas do Norte

1. Caracterização:

Nome

Idade

Cidade de origem

2. Quanto tempo está em São Carlos?

3. Já trabalho como assalariado rural nesta cidade? Qual era sua ocupação antes de ser comerciante?

4. O que levou a decidir abrir um comércio? Uma “Casa do Norte”

5. Quais os produtos mais vendidos?

6. Quem são seus clientes?

7. Onde consegue os produtos?

8. Sua família ajuda no comércio?

9. Como era vida lá na sua região de origem?

(IV)

**Fotografias:**



Foto: Lidiane Maciel - O Bairro visto da “Serrinha” – Cidade Aracy II



Foto: Lidiane Maciel - bairro Antenor Garcia visto do alto do bairro Aracy II.



Foto: Lidiane Maciel – Casa bairro Aracy II – com destaque a ônibus Rural ao fundo e pequena plantação de milho à frente.



Foto: Lidiane Maciel – “Ônibus Rurais” – Cidade Aracy I



Foto: Lidiane Maciel- Cartaz fixado em bar no Bairro Cidade Aracy I – anunciando a contratação de trabalhadores rurais para colheita da laranja.



Foto: Lidiane Maciel – Cartaz fixado em poste anunciando viagens para o Nordeste, perto da antiga “Casa da Tapioca” – Cidade Aracy I.



Foto Lidiane Maciel - Casa de trabalhadora rural migrante com destaque ao galinheiro à esquerda e pequena horta à direita.



Foto: Lidiane Maciel – fachada de Casa de trabalhadora rural migrante com destaque para cerca de madeira e para árvore, cujas sementes foram trazidas da Paraíba.